

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Elisabetta Mazocoli de Paula Costa

**Travessia do *Banzeiro*:
estratégias narrativas em Eliane Brum
e novas relações entre Jornalismo Ambiental, Cultural e Subjetivo**

Juiz de Fora

2026

Elisabetta Mazocoli de Paula Costa

**Travessia do *Banzeiro*:
estratégias narrativas em Eliane Brum
e novas relações entre Jornalismo Ambiental, Cultural e Subjetivo**

Dissertação apresentada ao final do curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Christiane Ferraz Musse

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mazocoli de Paula Costa, Elisabetta .

Travessia do Banzeiro : estratégias narrativas em Eliane Brum e novas relações entre Jornalismo Ambiental, Cultural e Subjetivo / Elisabetta Mazocoli de Paula Costa. -- 2026.

155 p.

Orientadora: Christina Ferraz Musse

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2026.

1. Jornalismo Ambiental. 2. Jornalismo Cultural. 3. Jornalismo de Subjetividade. 4. Eliane Brum. 5. Banzeiro Òkòtó. I. Ferraz Musse, Christina , orient. II. Título.

Elisabetta Mazocoli de Paula Costa

Travessia do Banzeiro: estratégias narrativas em Eliane Brum e novas relações entre Jornalismo Ambiental, Cultural e Subjetivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 22 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christina Ferraz Musse - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Cláudia de Albuquerque Thomé
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Rodrigo Fonseca Barbosa
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Monica Martinez
Universidade de Sorocaba

Juiz de Fora, 17/06/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Christina Ferraz Musse, Professor(a)**, em 22/06/2026, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Albuquerque Thome, Professor(a)**, em 21/08/2026, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fonseca Barbosa, Professor(a)**, em 25/08/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Martinez, Usuário Externo**, em 27/08/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3033717** e o código CRC **8458A197**.

Dedico este trabalho ao meu avô, Luiz Carlos, que sonhou mundos que não conhecia para todos nós, guardou as memórias da nossa família em papel seda, me confiou seus álbuns de criança e as palavras. Que aquilo que me chegou através dele possa continuar comigo.

AGRADECIMENTOS

Fazer todo o mestrado em Comunicação enquanto trabalho como repórter foi um enorme desafio. Para além de ter que administrar meus anseios com a prática jornalística a partir da reflexão teórica e entender em que pontos as leituras poderiam me inspirar no dia a dia da profissão, também foi preciso entender que esse processo levava ao ajuste constante nos meus horários, muitas abdições e, mesmo assim, a sensação constante de ainda não fazer o suficiente. Por isso, agradeço à minha orientadora, Christina Ferraz Musse, que, anos antes de mim, fez a mesma trajetória de busca por um equilíbrio produtivo entre área acadêmica e profissional, e entendeu minhas impossibilidades sempre com gentileza. Ao longo de toda essa caminhada, ela me recebeu de portas abertas e acompanhou de perto cada processo desse trabalho, oferecendo um olhar atento, maduro e generoso.

Também agradeço a toda a equipe da Tribuna de Minas que me apoiou e entendeu a importância que cada hora chegando ou saindo mais cedo teria nesse processo — em especial, às minhas amigas Nayara Zanetti e Mariana Floriano, que vivenciaram essa etapa junto comigo e compartilharam as mesmas angústias. Também agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e aos professores Cláudia Thomé, Rodrigo Barbosa e Monica Martinez, que fazem parte desta banca, por aceitarem o convite e por tantos aprendizados através dos quais me guiaram.

Esta trajetória não teria sido possível, ainda, sem o apoio da minha família: minha avó, Sheyla, que sempre me mostra pelo exemplo de pessoa que encarna um norte para onde continuar; minhas tias, Ana Amélia e Luiza, pelo apoio e presença carinhosa; meu pai, Gilmar, que me pergunta de cada etapa, me alimenta de abacates e me aconselha como seguir; meu irmão, Lucca, que cresce a cada dia mais e me faz ver na pele os desafios e belezas do tempo passando. De maneira ainda mais especial, ao meu avô, que nos deixou no Dia dos Pais do ano passado: ele sempre me lembrou que seu pai foi jornalista, e se orgulhava de eu ter seguido esses passos. Com essa dissertação, também sigo os passos dele, que foi professor universitário, além de ter sido pra mim um exemplo de garra, capacidade de luta e compromisso com a vida.

Sem meu namorado, Raphael, essa dissertação não teria chegado ao fim: obrigada por me mostrar na prática o que é companheirismo, por dividir o peso dos dias comigo, por fazer parte dessa pesquisa através de conversas que tivemos sobre a vida ao longo dos últimos anos.

Por entender os porquês e me ajudar a encontrar o como. Por fim: este trabalho tampouco teria começado se não fosse a minha mãe, Cristiane, sempre acreditando em mim, e por isso me fazendo querer sempre mais: ela é minha estrela-guia, desejosa dos melhores futuros, a pessoa que se alegra em viver comigo cada etapa da longa e palmilhada caminhada pelo tempo.

Banzeiro é como o povo do Xingu chama o território de brabeza do rio. E onde com sorte se pode passar, com azar não. É um lugar de perigo entre o de onde se veio e o aonde se quer chegar.

(Eliane Brum, *Banzeiro Òkòtó*)

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio
(...)
Virá que eu vi
(Caetano Veloso. *O índio*)

RESUMO

Esta pesquisa investiga como Eliane Brum utiliza recursos de linguagem jornalístico-literários em *Banzeiro Òkòtó* para construir conexões narrativas entre diferentes universos culturais, especialmente em um contexto de urgências climáticas e conflitos socioambientais na Amazônia. O objetivo é analisar as estratégias do Jornalismo Cultural, Ambiental e de Subjetividade, visando compreender como e de onde essas narrativas emergem, impactando debates públicos e políticas relacionadas ao tema. A análise crítica da obra, fundamentada na metodologia de Luiz Gonzaga Motta, foca em três capítulos exemplares. Identificaram-se três principais estratégias de uso contra-hegemônico da linguagem: a incorporação de palavras dos povos-floresta, a criação de neologismos para expressar realidades interculturais e o questionamento de terminologias hegemônicas. Essas escolhas não são meramente estilísticas, mas subvertem a linguagem dominante, evidenciando como as palavras carregam visões de mundo e relações de poder. A narrativa de Brum também não segue uma linearidade cronológica típica do jornalismo, mas articula múltiplas temporalidades, incluindo marcos pessoais, coletivos e não-humanos. Além disso, a configuração dos papéis narrativos é inovadora: entidades não-humanas também ganham protagonismo, enquanto a jornalista assume papéis múltiplos, distantes da neutralidade tradicional. A pesquisa revela que a produção de credibilidade na obra é feita através de múltiplos recursos narrativos, como a inserção de informações objetivas e o reconhecimento das limitações da visão da jornalista. As estratégias persuasivas incluem o uso de flashbacks, metáforas corpóreas e uma linguagem poética, que vão além da prosa jornalística convencional. A presença marcante da jornalista, por sua vez, que expressa suas contradições e desconfortos, dialoga com o Jornalismo de Subjetividade, ampliando a abordagem técnica para reportagens mais envolventes e eticamente comprometidas. Os resultados indicam a necessidade de repensar as práticas jornalísticas em contextos de profundas diferenças culturais e relações de poder assimétricas, destacando o papel do jornalismo como espaço de disputa de narrativas e legitimação de epistemologias alternativas. A análise contribui para o campo da comunicação ao demonstrar como as fronteiras entre jornalismo e literatura, objetividade e subjetividade podem ser tensionadas produtivamente de modo a traduzir maior rigor, potencial de intervenção e compromisso ético dos jornalistas com aqueles aqueles e aquilo que buscam narrar.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Jornalismo Cultural; Jornalismo de Subjetividade; Eliane Brum; Banzeiro Òkòtó

ABSTRACT

This research investigates how Eliane Brum uses journalistic-literary language resources in *Banzeiro Òkòtó* to construct narrative connections between different cultural universes, especially in a context of climate urgency and socio-environmental conflicts in the Amazon. The objective is to analyze the strategies of Cultural, Environmental, and Subjective Journalism, aiming to understand how and from where these narratives emerge, impacting public debates and related policies. The critical analysis of the work, grounded in the methodology of Luiz Gonzaga Motta, focuses on three exemplary chapters. Three main strategies of counter-hegemonic language use were identified: the incorporation of words from forest peoples, the creation of neologisms to express intercultural realities, and the questioning of hegemonic terminologies. These choices are not merely stylistic but subvert dominant language, highlighting how words carry worldviews and power relations. Brum's narrative does not follow a typical chronological linearity of journalism; instead, it articulates multiple temporalities, including personal, collective, and non-human milestones. The configuration of narrative roles is innovative: non-human entities also gain prominence, while the journalist assumes multiple roles, distancing herself from traditional neutrality. The research reveals that the production of credibility in the work is achieved through multiple narrative resources, such as the inclusion of objective information and the acknowledgment of the journalist's perspective limitations. Persuasive strategies include the use of flashbacks, corporeal metaphors, and a poetic language that goes beyond conventional journalistic prose. The journalist's marked presence, expressing her contradictions and discomforts, engages with Subjective Journalism, broadening the technical approach to create more engaging and ethically committed reports. The findings indicate the need to rethink journalistic practices in contexts of profound cultural differences and asymmetric power relations, highlighting journalism's role as a space for narrative disputes and the legitimization of alternative epistemologies. The analysis contributes to the field of communication by demonstrating how the boundaries between journalism and literature, objectivity and subjectivity can be productively tensioned, translating into greater rigor, intervention potential, and ethical commitment of journalists to those and that which they seek to narrate.

Keywords: Environmental Journalis; Cultural Journalism; Subjective Journalism; Eliane Brum; Banzeiro Òkòtó

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	<u>11</u>
2 JORNALISMO LITERÁRIO EM PERSPECTIVA	19
2.1 A LONGA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO E LITERATURA	<u>19</u>
2.2 DISTINÇÕES ENTRE JORNALISMO CULTURAL E JORNALISMO LITERÁRIO	24
2.3 O TRABALHO DE ELIANE BRUM NO JORNALISMO LITERÁRIO	30
2.4 PROBLEMATIZAÇÃO DO JL E NOVAS PERSPECTIVAS DE TRABALHO	33
3 POR UM JORNALISMO AMBIENTAL, CULTURAL E SUBJETIVO	36
3.1 COMO NARRAMOS A AMAZÔNIA?	36
3.2 PANORAMA DO JORNALISMO NA AMAZÔNIA	44
3.3 ABORDAGENS AMPLIADAS DE JORNALISMO AMBIENTAL	<u>50</u>
3.4 ARTICULAÇÕES ENTRE JORNALISMO AMBIENTAL E O CAMPO DA CULTURA	57
3.5 O PAPEL DA SUBJETIVIDADE	67
4 NARRATIVAS EM DISPUTA DE SENTIDO	76
4.1 SOBRE UMA LINHAGEM TEÓRICA ARTICULADA	77
4.2 MULTIPLICIDADE E DISPUTA DE VOZES: GRAMSCI E BAKHTIN	<u>80</u>
4.3 DESAFIOS FORMAIS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA: RICOEUR E MOTTA	85
4.4 NARRAR E LEMBRAR: CONSTRUINDO A MEMÓRIA CULTURAL	93
4.5 A PERSPECTIVA DA METODOLOGIA DE ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA	97
5 ANÁLISE DO LIVRO	103
5.1 ADENTRANDO O BANZEIRO	103
5.2 PALAVRAS EM USOS CONTRA-HEGEMÔNICOS	106
5.3 MARCOS TEMPORAIS	112
5.4 ANÁLISE DE TEXTOS EXEMPLARES	114
5.4.1 Primeiro texto analisado	115
5.4.2 Segundo texto analisado	122
5.4.3 Terceiro texto analisado	129
6 CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

Os últimos anos de cobertura jornalística na Amazônia testemunharam algumas das maiores tragédias ambientais do país. As várias espécies entrando em extinção, o desmatamento avançando, os conflitos violentos entre garimpeiros e moradores, a expansão de indústrias na região e o ataque direto às comunidades indígenas no local estamparam capas de jornais e se tornaram foco de olhares de todo o Brasil e também do mundo (Costa; Nunes; Costa, 2022). Nesse contexto, cada vez mais esforços foram feitos para tentar entender os interesses que tensionam a região e as histórias ocultas que permeiam as principais narrativas que a recobrem.

Encontrar uma forma de narrar a Amazônia se tornou uma preocupação central para jornalistas, pesquisadores e historiadores. E essa busca não se limita mais apenas à cobertura factual dos acontecimentos, mas envolve um questionamento profundo sobre as próprias estruturas de linguagem, representação e poder que historicamente moldaram as narrativas sobre a região. Trata-se de reconhecer que as formas tradicionais de narrar a Amazônia frequentemente reproduzem lógicas coloniais, exotizantes e distanciadas das experiências vividas pelos povos-floresta que habitam o território. E pensar no que fazer a partir disso.

É esse mesmo dilema que mobiliza a jornalista Eliane Brum, que começou a cobrir o assunto para o jornal *El País* ainda em 1998, e desenvolveu um trabalho mais aprofundado durante a instalação de Belo Monte e na cobertura da relação da usina com as comunidades ribeirinhas. Depois de anos de estudos, ela lança o livro *Banzeiro Òkòtó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo* em 2021, em que faz uma mistura de relato pessoal, crônicas sobre a sua vida na Amazônia e investigação jornalística sobre diferentes temas dos quais aquela região é palco. Mais que reportagens isoladas, a obra traz um panorama histórico sobre os conflitos políticos, sociais e ambientais envolvendo o local, apresentando também o modo de vida da população local e o próprio sistema em que Brum tenta se estabelecer. O livro venceu o prêmio Jabuti de Biografia/Reportagem de 2022, e também serve como ponto de partida para entender a criação do Portal Sumaúma, da mesma jornalista, que foi criado em 2022 para contar histórias dos que moram na Amazônia ou que estão em outras partes do planeta a partir da floresta, junto com Jonathan Watts, Verônica Goyzueta, Talita Benidelli e Carla Jimenez.

Para conseguir dar conta das contradições da região e também do estranhamento que sentia em relação à mesma, a repórter, que já tem mais de 35 anos de experiência, entende as limitações que a própria linguagem e o jornalismo guardam. Para contornar esse cenário e tentar se aproximar cada vez mais do ponto de vista da própria Amazônia, a autora entende que é preciso fazer esforços narrativos e promover deslocamentos que deem conta dessas diferenças e busquem diminuí-las. Para isso, então, Brum se muda para Altamira e, diretamente de lá, começa a registrar as mudanças que ocorrem na sua vida, assim como fazer reportagens cada vez mais imersivas e sobre o cotidiano do lugar.

Cabe destacar, ainda, que nesse processo de alargamento e mudança de perspectiva, Eliane Brum não busca se apresentar como uma indígena, nem tampouco como alguém "neutro" ou "superior", na posição de "dar voz" a esses povos. Bem diferentemente disso, ela assume que os moradores do local e as comunidades indígenas já têm suas próprias vozes, palavras e linguagens, e que o trabalho mais pertinente que ela poderia fazer seria buscar compreender esse outro universo e se aproximar dele, para então trazer à tona correspondências e diferenças entre esses universos em contato.

Considerando esse sentido mais amplo das suas buscas, mesmo a identificação de uma linguagem em comum não equivale a uma busca por correspondentes de tradução supostamente exatos, mas a um esforço de compreender os motivos que fazem com que as diferenças de linguagem existam e persistam. Isso é feito, por exemplo, quando a jornalista expõe e incorpora à sua própria obra o jeito de contar números de povos indígenas com os quais teve contato — o que se pode notar mais de imediato na forma como os capítulos de seu livro passaram a ser numerados, adotando algo da lógica peculiar que ela tenta captar a partir do contato que teve com a maneira pela qual os povos-florestas respondiam quando eram perguntados por ela a respeito da idade que tinham.

Essa perspectiva que ressalta a importância de traduzir duas realidades e precisar passar por esse desconforto de linguagem, como uma forma capaz de criar pontes e enxergar para além, também é expressa por Davi Kopenawa em *A queda do céu*. Ele mesmo se coloca a falar na língua dos brancos sobre os temas da vida dos Yanomami, entendendo que seria justamente assim que os brancos poderiam compreender os indígenas — e também seria o caminho para uma convivência melhor. Em suas palavras: "Para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. Talvez assim eles afinal as entendam" (Kopenawa, 2010, p. 89).

Diante desse contexto, o problema central desta pesquisa concentra-se em investigar como Eliane Brum mobiliza recursos jornalístico-literários de linguagem para construir pontes narrativas entre universos culturais distintos em *Banzeiro Òkòtó*, considerando as potencialidades e os limites dessa tradução intercultural no âmbito do jornalismo contemporâneo. Trata-se de compreender de que maneira a autora articula estratégias do Jornalismo Literário, do Jornalismo Ambiental e do Jornalismo de Subjetividade para produzir uma narrativa que não apenas reporta sobre a Amazônia, mas que busca narrar *com e a partir* da Amazônia. E, nesse sentido, registro, desde já, que abordo essas questões a partir de um lugar situado, e reconheço que minha própria leitura dessa tradução intercultural realizada por Eliane Brum também carrega limitações, lacunas, desafios e potenciais específicos que serão retomados ao final desta introdução.

Para responder ao problema já exposto, de todo modo, adianto que a pesquisa se orienta pelas seguintes questões norteadoras:

- Quais estratégias narrativas foram usadas para criar pontes entre os povos-florestas e os leitores de Eliane Brum?
- De que forma o livro em questão é organizado, pensando na junção dos diferentes tipos de relatos, e quais são os objetivos de se usar esses recursos?
- Em qual lugar o jornalista é colocado para conseguir narrar a Amazônia, e qual deve ser seu papel?
- Quais pontos do trabalho de Eliane Brum ainda seriam mais refratários ao esforço de narrar e interligar os dois mundos em questão?

Diante dessas questões, o objetivo geral desta dissertação é analisar criticamente as estratégias narrativas mobilizadas por Eliane Brum em *Banzeiro Òkòtó* para construir uma narrativa jornalística que busca interligar mundos culturais distintos, identificando as inovações, potencialidades e limites desse projeto narrativo.

Como objetivos específicos, a pesquisa busca:

- Situar a obra de Eliane Brum no contexto das tradições do Jornalismo Literário, do Jornalismo Ambiental e do Jornalismo de Subjetividade, identificando continuidades e rupturas;
- Examinar historicamente as formas de representação da Amazônia na literatura e no jornalismo, identificando estruturas discursivas coloniais e suas persistências;
- Identificar e descrever os recursos narrativos específicos utilizados pela autora para

produzir deslocamentos de perspectiva e aproximações interculturais, analisando como a obra articula concretamente diferentes temporalidades, vozes narrativas e modos de conhecimento na construção de sua intriga;

- Avaliar criticamente as possibilidades e limites do jornalismo como espaço de tradução intercultural e disputa de narrativas hegemônicas.

A relevância desta pesquisa se justifica em múltiplas dimensões. Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o campo da comunicação ao problematizar as fronteiras entre jornalismo e literatura, objetividade e subjetividade e oferece subsídios teóricos e analíticos para pensar práticas jornalísticas que reconheçam a dimensão política e epistemológica das narrativas. A escolha de *Banzeiro Òkòtó* como objeto de análise se justifica por seu caráter inovador e por representar um esforço consciente e radical de repensar as formas de narrar a Amazônia, tornando-se um caso exemplar para investigar os desafios da tradução intercultural no jornalismo contemporâneo. A realização dos objetivos desta pesquisa, portanto, me parece ter um relevo especial em um contexto em que as formas de narrar a Amazônia têm implicações não só para mostrar o potencial e os desafios atuais ligados à atuação profissional dos jornalistas, mas ainda ultrapassam esse campo e alcançam dimensões também acadêmicas e sociais mais amplas. Além disso, por se tratar de uma obra ainda bastante recente e que mistura de forma original e complexa diferentes e estratégias discursivas e percepções sobre o mundo, se trata de um trabalho ainda pouco estudado no ambiente acadêmico.

Do ponto de vista social, a pesquisa se insere em um momento de urgência climática e ambiental em que as disputas narrativas sobre a Amazônia têm consequências diretas sobre políticas públicas, direitos territoriais e a sobrevivência de povos e ecossistemas. Compreender como o jornalismo pode atuar não apenas como registro, mas como espaço de disputa de sentidos e de legitimação de outras epistemologias, é fundamental para pensar o papel da comunicação na construção de futuros possíveis. Temas que antes eram percebidos como sendo “de nicho”, agora batem às nossas portas a cada nova tragédia. A fumaça das queimadas chega até nós, as novas tempestades arrancam nossas casas e mesmo os mais antigos morros das cidades, esses desastres e os desafios que carregam se tornaram o pão de cada dia de todos nós.

Do ponto de vista profissional, a análise de uma obra premiada e reconhecida como *Banzeiro Òkòtó* oferece reflexões práticas sobre os limites e possibilidades do fazer

jornalístico, especialmente no que diz respeito à cobertura de temas ambientais e de comunidades historicamente invisibilizadas ou estereotipadas. A pesquisa dialoga diretamente com os desafios enfrentados por jornalistas que buscam formas mais éticas, aprofundadas e complexas de narrar realidades atravessadas por diferenças culturais e relações de poder.

Para dar conta desses objetivos, a pesquisa adota como metodologia principal a análise crítica da narrativa, conforme proposta por Luiz Gonzaga Motta (2013), que compreende o texto jornalístico como espaço de revelação de metassignificados culturais e ideológicos. A partir dos sete movimentos analíticos propostos pelo autor – que buscam descortinar os interesses argumentativos e os contextos em que o texto se revela –, foram selecionados três textos de *Banzeiro Òkòtó* para análise aprofundada. Essa abordagem qualitativa permite identificar como os fatos são encadeados, quem ocupa quais papéis narrativos, como a narrativa produz credibilidade e persuasão, que visão de mundo ela legitima e que efeitos sociais produz. A análise é complementada por um panorama geral do livro e pela construção de uma linha temporal que interliga os acontecimentos que definem a intriga tanto de maneira pessoal para a narradora quanto de maneira geral para a história que está sendo contada.

O referencial teórico mobilizado articula diferentes campos do conhecimento. O formato de livro-reportagem é compreendido a partir da tradição do Jornalismo Literário, seguindo a trajetória da autora de longo envolvimento com essa vertente. A relação entre jornalismo e literatura aparece no primeiro capítulo de forma sistemática, quando teóricos como Edvaldo Pereira Lima, Felipe Pena e Monica Martinez ajudam a compreender quando o jornalismo passou a captar características da literatura e como a literatura também se aproveitou do material jornalístico no trabalho de criação. Também foi pensada a diferença entre o chamado Jornalismo Literário e o Jornalismo Cultural, conceitos que são problematizados e tensionados ao longo da análise. Essa abordagem metodológica, portanto, orienta a estrutura da dissertação, que coerentemente se organiza em três capítulos complementares: o primeiro dedicado às tradições do jornalismo literário, o segundo às representações históricas da Amazônia e o terceiro à análise narrativa propriamente dita.

No primeiro capítulo, a relação de Eliane Brum com esses movimentos e a trajetória da autora com a palavra já começa a ser desenhada. Conhecida por fazer um jornalismo de "desacontecimentos" e por tratar a palavra como seu instrumento principal de trabalho, também é feita uma recuperação do seu trabalho e uma rememoração de pesquisas que já apontam aspectos que chamam atenção na sua obra.

Já no capítulo dois, a proposta é entender o olhar da literatura e do jornalismo para a Amazônia a partir de uma perspectiva histórica, e como essa relação se dá com lógicas de pensamento estruturantes como o orientalismo – usando como base, portanto, o trabalho de Edward Said, de Stuart Hall sobre a representação como prática discursiva constitutiva e também o panorama criado pelas obras analisadas por Neide Gondim. A partir deste ponto, o capítulo busca entender como essa trajetória também se relaciona com a tradição do jornalismo ambiental no Brasil, que teve como base o pensamento científico e positivista. A reflexão avança, no entanto, em direção a novas formas de encarar esse conceito, como um jornalismo que se engaja na defesa do meio ambiente e está em conexão direta com o pensamento ecológico e o exercício da cidadania. A conjugação entre jornalismo de subjetividade, jornalismo ambiental e jornalismo cultural é explorada como uma interseção necessária para compreender a obra em análise. Leituras de teóricos como Fabiana Moraes apontam para esse caminho, demonstrando como a prática jornalística contemporânea demanda a expansão dos dados mais técnicos e distantes para atingir reportagens mais aprofundadas e eticamente situadas.

Já no terceiro capítulo, "Narrativas em disputa de sentido", foi feita uma articulação entre o conceito de hegemonia de Gramsci, as dinâmicas da linguagem de Bakhtin e a análise de configuração narrativa como operação fundamental de construção do tempo e da experiência em Ricoeur. Com os três autores articulados, a perspectiva era tentar entender de que maneira as narrativas jornalísticas atuavam como espaço de disputa e quais enquadramentos e hierarquias podiam conter. Nesse sentido, o capítulo também aborda o conceito de Aleida Assmann sobre memória cultural e a diferença entre as concepções de memória funcional e memória cumulativa, e como elas atuam de forma a criar possibilidades de legitimação, deslegitimação e distinção dentro das narrativas.

O capítulo ainda dá conta de compreender como Luiz Gonzaga Motta pensa os estudos da narratologia em seu *Análise crítica da narrativa*, a partir de uma perspectiva relacional e que leva em conta o texto como um instrumento capaz de revelar metassignificados culturais e ideológicos e compreensão da lógica do paradigma narrativo através da linguagem. Nesse sentido, a metodologia do autor é apresentada a partir dos seus sete movimentos de análise que buscam "descortinar" os interesses argumentativos e os contextos em que o texto jornalístico se revela.

Durante a análise, foi feito um panorama geral do livro e dos conflitos de linguagem que

ficam evidentes ao longo da leitura, de forma relacionada com o referencial teórico utilizado até então. Da mesma forma, também foi traçada uma linha temporal que interliga os acontecimentos que definem a intriga do livro de maneira pessoal para a narradora e também de maneira geral para a história que está sendo contada. De maneira mais aprofundada, foram escolhidos três textos para receberem os movimentos narrativos descritos por Motta, que foram transformados em uma tabela a partir de perguntas que revelam qual conflito central organiza a história, como os fatos são encadeados, quem ocupa quais papéis, como a narrativa produz credibilidade, como a narrativa persuade, que visão de mundo a narrativa legitima e que efeitos sociais a narrativa produz.

Por fim, cabe situar o lugar de onde parto para realizar esta análise. Afinal, se a obra analisada problematiza os lugares de fala e as possibilidades de tradução entre mundos distintos, esta pesquisa não poderia se furtar a explicitar seu próprio lugar de enunciação. E de fato a estrutura apresentada e os referenciais mobilizados carregam as marcas da minha formação, trajetória e posição social, aspectos que merecem ser tornados visíveis. Como uma pessoa branca e que nunca pisou na Amazônia, é inevitável que a interpretação desta tradução também contenha suas perdas e limitações. O lugar de que parto para analisar o texto também tem posicionamento no mundo. Foi preciso questionar o meu território, meu lugar de pensamento e minha perspectiva, como também passar a questionar minha função como jornalista e pesquisadora. Inclusive porque, ao longo desse trabalho, as referências teóricas e analíticas que pude incorporar melhor são aquelas que estão mais próximas da minha formação no ensino superior localizada no sudeste do Brasil. Ainda que eu tenha sido feito um esforço consciente de procura por referências de pessoas indígenas e de pesquisadores da região norte, essa ainda é uma lacuna visível tanto na minha formação quanto na minha pesquisa.

Quando decidi iniciar o mestrado, também busquei um objeto que instigasse minhas reflexões teóricas com as minhas angústias práticas enquanto repórter na Tribuna de Minas. Conjuguar esses aspectos foi especialmente interessante para elaborar a seção que propõe uma interseção entre jornalismo de subjetividade, jornalismo ambiental e cultural agindo em conjunto. Isso porque as leituras teóricas já apontavam para esse caminho, mas também porque, na prática jornalística, fui percebendo a necessidade de expandir os dados mais técnicos e distantes para atingir reportagens mais aprofundadas e comprometidas com as realidades que buscava narrar. E também, quero crer, mais capazes de intervir eticamente.

Toda leitura, na perspectiva que está sendo trabalhada aqui, também é a revelação de um diálogo em construção. Neste diálogo que buscamos estabelecer não são as diferenças que constroem as principais fronteiras do olhar, mas os aspectos do comum que podem ser construídos a partir das perspectivas mais distintas. Também por isso, lembro aqui: entrego este trabalho apenas três meses depois de Juiz de Fora ter tido o maior desastre climático aliado ao colapso humano de sua história e, portanto, temos vivido na pele um momento em que o jornalismo se mostrou muito especialmente necessário (mas também, e ainda, dolorosamente limitado) em seu olhar. Nesse sentido, posso dizer que me sinto mais próxima da ideia de "amazonizar-se" do que antes. Mais consciente e também mais angustiada diante do que precisamos aprender a enfrentar. Que esse trabalho contribua de alguma maneira para pensar novas formas de inserção nas disputas de poder presentes em narrativas jornalísticas e para ampliar as possibilidades éticas e estéticas do fazer jornalístico em tempos de tão dramática crise.

2 JORNALISMO LITERÁRIO EM PERSPECTIVA

Neste capítulo, busco situar historicamente a relação entre jornalismo e literatura, demonstrando que essa aproximação é anterior e mais ampla do que os rótulos posteriormente criados para nomeá-la. Parto do século XVIII, quando a literatura realista, impulsionada pelas transformações sociais da ascensão burguesa, voltou seu olhar para trajetórias individuais e detalhes concretos do cotidiano — movimento que reverberou no jornalismo e na não ficção. Trago para a discussão os trabalhos precursores de João do Rio e Euclides da Cunha no Brasil, evidenciando que já o jornalismo literário já era praticado muito antes da sistematização norte-americana do Novo Jornalismo. Dedico-me então a distinguir Jornalismo Cultural de Jornalismo Literário, argumentando que o primeiro se define pelo campo temático enquanto o segundo se caracteriza pelo regime narrativo. Apresento as oito características propostas por Mark Kramer — imersão, ética, registro do cotidiano, voz autoral, estilo, mobilidade narrativa, estrutura e simbolismo — como balizas para compreender esse fazer jornalístico.

Em seguida, concentro-me no trabalho de Eliane Brum, cuja prática do "jornalismo dos desacontecimentos" e o conceito de "escutadeira" considero fundamentais para os desdobramentos desta pesquisa. Sua recusa em seguir os valores-notícia tradicionais e sua disposição para narrar vidas anônimas apontam caminhos que serão explorados na análise de *Banzeiro Òkòtó*. Finalizo problematizando os limites do JL tal como tem sido praticado, questionando a predominância de padrões hegemônicos e seu confinamento às editorias culturais, preparando assim o terreno teórico para as discussões que desenvolvo nos capítulos seguintes.

2.1 A LONGA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO E LITERATURA

A relação entre jornalismo e literatura é antiga, e precede em muito alguns termos como “Jornalismo Literário” (JL) ou “Novo Jornalismo” (NJ), que também são discutidos aqui. Essa ligação íntima ocorre pelo próprio exercício da escrita, que transita em uma linha tênue entre esses campos, os muitos profissionais que trabalharam na ficção e não ficção (como Ernest Hemingway, David Foster Wallace, Gabriel García Márquez e até mesmo a própria Eliane Brum) e a história dessas duas áreas, que se entrelaçam e se afetam

mutuamente em tantos momentos. É esse último aspecto que vamos começar a abordar.

A literatura do século XVIII passava por uma mudança estética causada pela ascensão da burguesia e as novas formas de sociabilidade. A divisão de classes, que até então tinha sido considerada praticamente imutável, com uma elite formada por herança de sangue e “direito divino”, é alterada pela emergência da nova classe de proprietários dos meios de produção que desloca o poder tradicional da aristocracia e cria uma nova legião urbana dos desalojados dos campos. Com esse mundo em pleno movimento de reconfiguração das relações sociais, como observa o filósofo Rancière (2005), torna-se mais necessário representar as trajetórias individuais, o universo subjetivo que motiva cada trajetória, os contextos locais em que as ações se dão, as novas marcas de classe que se inscrevem minuciosamente na moda, nos costumes, no mobiliário, nas casas e nas ruas. Vem desse contexto a nova dedicação dos escritores realistas ao que antes poderiam ser considerados “detalhes” insignificantes e desnecessários da vida concreta das pessoas: havia todo um mundo novo a ser representado e decifrado pela arte.

Dessa maneira, a subjetividade passou a ganhar força no chamado “realismo”, se contrapondo à literatura feita até então, que se concentrava nos enredos da epopeia clássica renascentista, via de regra construídos a partir de mitos, lendas e fábulas, com a premissa de que haveria nessas narrativas algo de natureza completa e imutável (Juan Domingues, 2014). A partir de Defoe e Richardson, no entanto, os escritores passaram a focar na história de personagens e suas trajetórias em detrimento da imitação algo genérica das fontes do passado que até então eram consideradas “universais”.

A concepção moderna de romance que surge é a ideia de busca da verdade com base nas questões individuais, cujo critério basilar é a fidelidade à experiência individual. Assim, o romance rompe com a tradição do texto anterior e passa a enfatizar, na prosa de ficção, a relação entre vida e literatura (Domingues, 2014, p.189).

É neste momento também que os fatores tempo e identidade surgem como ingredientes essenciais na construção da narrativa ficcional realista. Isso significa dizer que o indivíduo só poderia ser indivíduo por estar, permanentemente, em contato com sua identidade, por meio de pensamentos, experiências, atitudes passadas e memórias. Ou, como bem explicitou Ian Watt, em sua análise do que fez o realismo no gênero romance ascender: “As personagens do romance só podem ser individualizadas se estão situadas num contexto com tempo e local particularizados” (Watt, 1990, p. 22).

Parte dessa dificuldade de definir o que era propriamente de uma área e o que era da outra, além das mudanças pelas quais ambas passavam, é que de fato era bastante comum, entre os séculos XVIII e XIX, que a imprensa e a literatura se entrelaçassem, pois a primeira abria espaço para a publicação literária e contava regularmente com escritores de prestígio nas suas páginas. Essa união, como já está bem estabelecido na bibliografia da área, contribuiu para ampliar o público leitor e fortalecer economicamente os jornais, inclusive pela expansão da publicidade (Traquina, 2005; Barbosa, 2007). Nesse sentido, era um entrelaçamento que parecia funcionar de forma bastante interessante para todos os envolvidos: os jornais ganhavam com a qualidade e a força expressiva dos textos dos escritores; os escritores ganhavam a chance de obter renda regular e dar visibilidade quase imediata aos seus textos, testando seus recursos e formando um público cativo de leitores; o público leitor, por sua vez, ganhava acesso frequente e de baixo custo a textos de escritores de alto nível.

Essa mudança de paradigma também trouxe reflexos para o jornalismo e a não ficção, em produções que, mais tarde, seriam enquadradas em termos e movimentos que explicitavam essa relação fronteira entre jornalismo e literatura. No Brasil, exemplos evidentes disso são o trabalho de João do Rio e Euclides da Cunha.

O primeiro autor, cujo nome era o pseudônimo de Paulo Barreto, se tornou um observador arguto das histórias e dinâmicas do Rio de Janeiro na chamada “Belle Époque”. Mais do que circular nos espaços em que as velhas e novas elites se encontravam e representar minuciosamente seus modos e suas dinâmicas, no entanto, João do Rio inovou, ainda nas primeiras duas décadas do século XX, ao incluir no seu campo de observação também parcelas da população tradicionalmente marginalizadas e invisibilizadas nas representações literárias prestigiadas no Brasil de então: a chamada “canalha”, formada por toda uma população dispersa e subempregada, espalhada nas ruas ou amontoadas em cubículos, vivendo na carne todas as incertezas e angústias dos que foram alijados dos projetos modernizantes que então pareciam almejar uma reconfiguração radical da cidade e do país.

Já Euclides da Cunha foi responsável pelo primeiro grande romance de não ficção brasileiro, quando, no final do século XIX, vai acompanhar a insurreição de Canudos. Ainda como correspondente jornalístico, incumbido de averiguar de perto e dar notícias a respeito da campanha militar que tinha se dirigido ao interior da Bahia para abafar uma suposta “revolta monarquista” de “bárbaros ignorantes”. Justamente da sua capacidade de observação e das

suas anotações minuciosas, no entanto, o que surge anos depois como obra monumental e definitiva é algo bem diferente do que se esperava inicialmente: um livro-denúncia destinado a tentar “vingar” aquele traumático banho de sangue promovido pela República recém-proclamada contra uma população quase desarmada que tinha sido capaz de se organizar para fugir da fome e se sustentar solidariamente.

Martinez (2016) já percebia que esses dois autores eram “precursores” do chamado jornalismo literário no país, e tinham surgido muito antes do movimento que deixou o termo mais conhecido no mundo, o NJ, e mesmo antes de uma tentativa de definição da área.

Mas foi nos Estados Unidos que surgiu o movimento que soube aproveitar desse cenário para trazer para os jornais textos que incorporavam algo das bases do romance norte-americano para criar reportagens. Esse processo trabalhou a partir das mudanças no mercado editorial e das modificações no estilo de produção de reportagens, a partir da adoção de textos mais longos e com usos de recursos literários, como ocorreu na produção de autores notáveis como Gay Talese, Truman Capote e Norman Mailer. Já Tom Wolfe, em manifesto escrito em 1973, defendia o “New Journalism” nos seguintes termos: “Os romancistas tinham tido a gentileza de deixar para nossos rapazes (os novos jornalistas) um corpo de material bem bonzinho: toda a sociedade americana, na verdade” (Wolfe, 2005, p. 53).

Esse movimento, como explica Wolfe, configurou uma escrita jornalística que tinha como característica quatro mecanismos essenciais, todos com base na ficção realista: a descrição dos acontecimentos em cena; o uso de recursos como transcrição de diálogos; o emprego de complexos e inventivos pontos de vista; e, por fim, a explicação aprofundada dos costumes sociais, status e relações entre os personagens, que por sua vez são revelados a partir da dinâmica desses fatores e de seus gestos cotidianos. Essas características diferem claramente, por exemplo, do padrão de apresentação resumida das matérias jornalísticas ou do uso de citações. Nessa nova prática jornalística, todos os detalhes que entram em cena, no entanto, aparecem por motivos que ainda obedecem a critérios jornalísticos para serem considerados dignos de atenção e “simbólicos”.

Simbólicos de quê? Simbólicos, no geral, no status de vida das pessoas, entendendo este termo no mais amplo senso do comportamento e das posses pelas quais as pessoas expressam sua posição no mundo ou o que elas pensam que seja essa posição ou o que gostariam que fosse. O registro de tais detalhes não é um mero ornamento em prosa. Está tão perto do centro do poder do realismo quanto qualquer outro recurso da literatura (Wolfe, 2005, p. 26-27).

O Novo Jornalismo foi responsável, nesse sentido, por sistematizar um movimento que

já vinha acontecendo no mundo todo e consolidar suas características. Nesse momento, para além das mudanças na linguagem, também houve uma mudança na própria apuração jornalística, que dialoga justamente com o romance realista. Como explica Wolfe, os jornalistas tinham a função de estruturar relatos que construíam diálogos capazes de revelar aspectos íntimos dos personagens relacionados ao seu comportamento, status e contradições — e, para captá-los, era preciso fazer uma observação extensa e exaustiva, em que o repórter deveria acompanhá-los em seu dia a dia e observá-los de perto inclusive em momentos distantes dos holofotes. Essa “qualidade única” do dia a dia construiria um “fluxo de consciência” assentado sobre a realidade social.

No entanto, esse aspecto do Novo Jornalismo enfrentou muitas críticas tanto por parte do público quanto dos literatos e das instituições jornalísticas. Como Edvaldo Pereira Lima explica, reclamam por exemplo que os diálogos não sejam “verdadeiros”, assim como acusam que tamanha precisão só poderia surgir da “elaboração ficcional”. Mesmo assim, o tipo de apuração aprofundada do Novo Jornalismo e o olhar que se desenvolveu neste espaço conscientemente para os “anônimos” segue como talvez o maior diferencial do jornalismo literário ainda hoje, já que os seus demais aspectos, no que diz respeito mais propriamente à linguagem, estão sempre se tensionando e se modificando tanto no universo jornalístico quanto no literário.

Vale lembrar, ainda, que enquanto o NJ contribuiu para a popularização e até mesmo glamourização do jornalismo literário, por outro lado também foi responsável por apagar outras iniciativas que ocorriam no mesmo sentido. É o que aponta Norman Sims (2009), um dos principais nomes de pesquisadores de JL, em sua obra “The Problem and the Promise of Literary Journalism Studies”, na qual também revela como o estudo de JL acabou tendendo a se concentrar em demasia na experiência estadunidense, ignorando ou relegando à sombra experiências equivalentes que de fato já vinham sendo desenvolvidas paralelamente (ou mesmo *antes*) em países como China, Turquia e Brasil.

Como apontado no início do capítulo, portanto, restringir a história do jornalismo literário aos termos do manifesto cultural do New Journalism demonstra-se insuficiente, assim como é injusta a marginalização do jornalismo praticado ao redor do mundo em prol da visibilização quase exclusiva das tradições estadunidenses. Ainda mais porque foi justamente a forte influência do modelo norte-americano que havia encaminhado o fazer jornalístico hegemônico para se submeter ao padrão da “objetividade”, ainda que depois também tenha

legitimado a retomada do uso dos recursos literários na imprensa.

O auge do New Journalism, de todo modo, deixou como legado, ainda, os livros-reportagens, que encontraram ali um terreno mais largo para combinar as técnicas literárias com o jornalismo. Esse gosto pelo gênero e o ganho de espaço desse tipo de obra dentro do mercado de livros se manteve — e também se expandiu para o campo da pesquisa. Como define Lima:

[O NJ] Encontrou sua mais refinada expressão no livro-reportagem, exatamente porque este, apesar dos avanços da reportagem literária em veículos cotidianos, ainda oferece as condições ideais para a narrativa jornalística que precisa escapar à produção industrial cerceadora do jornalista criativo (Lima, 2009, p.210-211).

Ainda hoje, portanto, os livro-reportagens são exemplos de espaços onde os repórteres podem ter mais liberdade de conteúdo, forma e aprofundamento — escapando inclusive dos prazos apertados das redações e das pressões ideológicas causadas por acordos comerciais. *Banzeiro Òkòtó*, analisado nesta dissertação, é um exemplo desse funcionamento.

2.2 DISTINÇÕES ENTRE JORNALISMO CULTURAL E JORNALISMO LITERÁRIO

Como já foi sinalizado antes, o Jornalismo Literário não é um sinônimo do Novo Jornalismo. E tampouco é sinônimo de Jornalismo Cultural (JC) — este, inclusive, ainda vale uma conceituação à parte. A relação entre JC e JL pode ser compreendida a partir da distinção entre campo temático e regime narrativo. No primeiro caso, trata-se de um domínio marcado pela complexidade e pela heterogeneidade dos objetos abordados. Como observa Daniel Piza, “há uma riqueza de temas e implicações no jornalismo cultural que também não combina com seu tratamento segmentado; afinal, a cultura está em tudo, é de sua essência misturar assuntos e atravessar linguagens” (Piza, 2004, p. 7).

O Jornalismo Cultural, nesse sentido, começa antes de uma definição do JL e se estende para além dele. Afinal, como conceitua Piza, a própria cultura é objeto dos jornais desde o surgimento dos mesmos, justamente porque é anterior ao nascimento do próprio jornalismo. No entanto, dentre os assuntos contemplados pelo que se convencionou chamar de JC, a literatura foi claramente o primeiro a ocupar lugar nas páginas dos periódicos, desde o início do século XVIII, em publicações periódicas da Europa. A própria palavra “jornal”, inclusive, remete, em sua origem, a formas de circulação periódica que tinham forte vínculo

com a crítica e a difusão literária.

Essa centralidade da literatura nos primórdios da imprensa também é destacada por Ian Watt (1990), ao demonstrar como o surgimento do romance moderno esteve profundamente ligado à expansão do público leitor e às transformações no mercado editorial e jornalístico, especialmente na Inglaterra do século XVIII. Nesse contexto, a imprensa não apenas divulgava literatura, mas ajudava a constituir um novo tipo de leitor e de sensibilidade narrativa.

Já o conceito de “cultura” abrange toda uma avaliação de ideias, valores e artes, e é produto de uma era que se inicia depois do Renascimento. O que define o Jornalismo Cultural, no entanto, depende da própria noção do que é cultura e, conseqüentemente, do que é arte – conceitos que, especialmente em um país que tem precarizado tanto esses dois campos, ainda constituem um terreno complexo de debate, mesmo no século XXI. Como observa Raymond Williams (1992), cultura é um dos conceitos mais complexos da modernidade, envolvendo tanto práticas simbólicas quanto formas de vida, o que amplia significativamente o escopo do jornalismo cultural.

No Brasil, o Jornalismo Cultural ganha força no final do século XIX, principalmente a partir de Machado de Assis, que, em sua carreira exemplar, começou a publicar nos jornais como crítico de teatro e como resenhista de livros de escritores brasileiros da época. E, desde então, não se concentrou mais apenas nas resenhas, mas foi se expandindo em direção às reportagens de maior fôlego e aos relatos biográficos – e daí aos gêneros propriamente literários como os contos e os romances pelos quais se notabilizou. Essa trajetória de deslizamento do trabalho nos jornais para o universo mais tradicionalmente literário, muito notável em Machado, corresponde ainda, na perspectiva de Piza, a uma realidade: o gênero “de certo modo – nasceu na cidade e com a cidade”, como foi possível perceber conforme o Jornalismo Cultural se adaptava principalmente em lugares como Londres e Paris, buscando captar também as vivências coletivas em suas páginas.

Além disso, nos últimos anos, o jornalismo cultural vem se expandindo para os livros. Coletâneas de ensaios e críticas são mais corriqueiras, assim como projetos de reportagem feitos diretamente para livros. A interação do jornalismo cultural com o jornalismo literário, portanto, foi se mostrando mais presente. Como apontam Norman Sims e Mark Kramer, o jornalismo literário se caracteriza justamente pela incorporação de técnicas narrativas da literatura — como construção de cena, desenvolvimento de personagens e imersão —

aplicadas à apuração factual. Nesse sentido, enquanto o jornalismo cultural tende a se concentrar em objetos tradicionalmente reconhecidos como culturais (artes, literatura, cinema), o jornalismo literário amplia seu escopo para o cotidiano e para experiências sociais mais amplas, sem necessariamente abandonar o rigor factual.

Ainda assim, essa distinção não é rígida. Como destaca Monica Martinez, o jornalismo literário no Brasil frequentemente dialoga com o jornalismo cultural, especialmente na tradição da crônica, que atua como um espaço híbrido entre informação, interpretação e expressão estética. Esse hibridismo também é ressaltado por Tom Wolfe, ao defender que o New Journalism rompeu fronteiras entre reportagem e literatura ao incorporar técnicas narrativas sofisticadas ao relato factual.

Mas essa dicotomia, é claro, não é tão fácil de ser definida ou delimitada. Como bem observa Piza, em seu livro que se dedica a estudar especificamente sobre o assunto:

Há uma riqueza de temas e implicações no jornalismo cultural que também não combina com seu tratamento segmentado; afinal, a cultura está em tudo, é de sua essência misturar assuntos e atravessar linguagens. Entretenimento versus erudição, nacional versus internacional, regional versus central, jornalista versus acadêmico, reportagem versus crítica – a lista poderia ir longe. E, na verdade, tais dicotomias estão relacionadas com um velho debate filosófico que opõe o compreender e o julgar, debate que está na origem do jornalismo em geral, não apenas do cultural. Mas veremos muitos exemplos de soluções intermediárias, em diversos matizes, e que o problema do jornalismo cultural é sobretudo o de não perceber esse cromatismo (Piza, 2010, p. 9).

A crítica feita por Piza mostra como as áreas convergem e pouco faz sentido criar hierarquias de temáticas culturais. O autor também chama a atenção para a hibridização dos gêneros textuais dentro da cultura, como acontece, por exemplo, com a crônica dentro da história do jornalismo cultural brasileiro, que historicamente sempre funcionou como registro literário do cotidiano e, também por isso, capaz de transitar pelas páginas dos jornais.

Se a tradição local em jornalismo literário – reportagens mais longas e interpretativas, perfis etc. – é ainda relativamente pequena entre os brasileiros, no entanto, o gosto nacional pelas crônicas, até certo ponto, sempre foi uma forma bastante local de se aproximar do JL e de atrair a literatura para o jornalismo, e foi também largamente praticada por jornalistas, escritores e sobretudo por híbridos de jornalista e escritor (Piza, 2010, p. 33). Esse papel da crônica como espaço de interseção, aliás, também é analisado por Antonio Candido, que a entende como um gênero fundamental para a mediação entre literatura e vida cotidiana, reforçando seu lugar estratégico no jornalismo cultural brasileiro.

O Jornalismo Cultural, ainda, apresenta um problema importante, e que o autor também ressalta, que é a necessidade de se prender ao cronograma de eventos — conhecido como “agenda cultural”. Esse tipo de subordinação tende a estar mais conectada a uma lógica de mercado do que a uma real abordagem do universo da cultura, e deriva de uma visão superficial e um tanto inconsequente a respeito do seu próprio objeto, como fica claro aqui:

Lemos muito sobre discos, filmes, livros e outros produtos no momento de sua chegada ao mercado — e, cada vez mais, antes mesmo de sua chegada, havendo casos em que a obra é anunciada (e, pois, qualificada) com diversos meses de antecedência. No entanto, raramente lemos sobre esses produtos depois que eles tiveram uma “carreira”, pequena que seja, e assim deixamos de refletir sobre o que significaram para o público de fato (Piza, 2010, p. 51).

Essa crítica também dialoga com reflexões de Pierre Bourdieu (1997), que aponta como o campo cultural e o jornalístico sofrem pressões do mercado, o que pode comprometer a autonomia crítica e a profundidade analítica das produções culturais. Assim, o desafio do jornalismo cultural contemporâneo não é apenas ampliar seu escopo, mas também recuperar sua capacidade interpretativa e reflexiva. E é neste contexto, especialmente, que ele mais se aproxima do universo e das potencialidades do jornalismo literário.

Definir exatamente o que é o jornalismo literário, por sua vez, segue sendo um desafio, mas suas características já foram amplamente debatidas por pesquisadores. Revendo esses conceitos, algumas boas definições que nos valem vêm de pesquisadores como Edvaldo Pereira Lima, Cremilda Medina, Felipe Pena e Monica Martinez, que estudaram as características contidas nesse tipo de jornalismo através dos anos.

Um bom ponto de partida para pensar nessas definições, porém, aparece antes disso num artigo já clássico de Mark Kramer, co-autor de “Literary Journalism” (1995), que propõe oito características que indicariam o que faz um texto ser de Jornalismo Literário, descrevendo ainda princípios e características do gênero. Passo, a seguir, a elencar as mesmas, já numa tradução própria e apresentadas de forma resumida.

A primeira dessas características é a *imersão*, feita a partir da capacidade do jornalista se aprofundar em uma história de maneira a captar seu contexto, cenário, personagens, detalhes e curiosidades inesperadas. Para tanto, é preciso uma apuração extensa e uma pesquisa longa sobre o tema escolhido, indo na contramão da pressa e das fórmulas prontas necessárias para coberturas diárias.

Para que toda reportagem jornalística seja feita, também é preciso uma *apuração*

precisa e atuação ética. Essa segunda característica reforçada por Kramer mostra a necessidade de o Jornalismo Literário estar ainda mais atento ao cuidado com as fontes e ao lado humano do jornalismo. Por isso, é importante que a relação entre repórter e entrevistado seja pautada em honestidade e transparência. Essa mesma base, inclusive, deve ser mantida com o leitor, para que a sua confiança seja conquistada.

Como terceira característica, Kramer indica que os jornalistas literários devem escrever e se dedicar ao registro de acontecimentos diários, trazendo a atenção para gestos *cotidianos* ou movimentos que podem passar despercebidos pelo público e até mesmo para os veículos diários de jornalismo. São esses olhares que conseguem captar o que está fora dos holofotes e as vidas que estão nas sombras, mas que podem revelar informações importantes sobre o momento político ou o contexto social.

O desenvolvimento de uma *voz autoral* do jornalista também é visto pelo pesquisador como importante — inclusive, aparece como uma característica fundamental, mais do que seguir padrões de reportagem. Mostrar a própria personalidade do texto e, por vezes, se colocar como um personagem, é uma estratégia que ele considera especialmente importante, pois aumenta a proximidade com o leitor. Isso, mais tarde, é reforçado por Lima:

Autor de jornalismo literário tem nome, rosto, corpo, cabeça, tronco, membros. Tem mente e coração. Pensa e sente. É um estudioso constante da realidade. Interpreta, avalia, busca unir os fios de compreensão que unem ações, pessoas, ambientes. Tem virtudes e defeitos. Enxerga coisas que pessoas menos exercitadas para contar histórias não enxergam. Mas é sua leitura particular do real, seu pensamento narrativo, que interessa ao leitor (Lima, 2009, p.368).

O desenvolvimento de um *estilo* aparece como quinta característica, pois Kramer entende que é necessário saber separar bem a construção e o polimento de um estilo próprio à mera adesão a uma linguagem excessivamente artificial e rebuscada que parecesse mais superficialmente “literária”, até porque nesse tipo de gesto haveria menos de “originalidade” e muito mais de subordinação impensada a fórmulas já desgastadas do “bem dizer”. Por isso mesmo, fazer um mero floreamento no texto não agrada à literatura e menos ainda ao jornalismo. O que faz sentido, pensando no melhor entrelaçamento das duas áreas, é uma combinação própria da riqueza de recursos da literatura com o melhor da clássica tradição de precisão jornalística.

Como sexto elemento do jornalismo literário, o autor enxerga a *posição móvel do autor*, já que o JL romperia com a rigidez da narração jornalística tradicional (impessoal,

distante e supostamente neutra) ao permitir que o autor desloque seu ponto de vista ao longo da narrativa. Isso significa que o jornalista passaria a se dar ao direito, por exemplo, de tomar em algum momento uma posição como observador externo (terceira pessoa), depois aproximar-se da experiência de personagens através de um movimento de focalização interna, em outras horas assumir explicitamente sua presença na história usando a primeira pessoa e, ainda, alternar esses modos conforme a necessidade narrativa. Sua posição, assim, deixaria de ser fixa para se tornar estratégica e dinâmica.

Em seguida, a sétima característica pontuada pelo autor seria uma *estrutura adequada* para apresentar as histórias, deixando que todos os fatores que podem estar presentes sejam organizados a partir dos fatos centrais e sejam capazes, assim, de garantir a organicidade do texto final. Já que o novo jornalismo se notabilizou principalmente pelas narrativas que produz, seria sempre muito importante que isso ocorresse através de uma combinação e de uma dosagem fina de todos os elementos numa só sequência.

A oitava e última característica apontada por Kramer diz respeito à *criação de sentidos*, feita a partir do uso de símbolos e metáforas para facilitar a conexão mais imediata e profunda com o leitor. De acordo com esse autor, o trabalho do jornalista pode ser perdido se não for possível conduzir o leitor de forma significativa e segura ao longo de tudo o que está sendo apresentado. Nesse caso, a história narrada precisaria ter um fio condutor razoavelmente nítido para poder ressoar na experiência pessoal do leitor, de modo que ao final ele pudesse alcançar alguma catarse que o recompensasse subjetivamente por ter aceitado acompanhar o protagonista da história por várias cenas, ordenadas de forma a revelar gradativamente a situação.

Pensando agora mais especificamente na técnica narrativa que caracteriza o JL — e que hoje nos Estados Unidos é empregada também em matérias “quentes”, não se restringindo mais às “frias” — também podemos notar que ela é mesmo mais complexa do que a do *feature* tradicional, e é assim justamente por utilizar um leque considerável de traços mais sofisticados. Dentre os pesquisadores brasileiros que também têm buscado caracterizar o JL, Edvaldo Pereira Lima (2009, P.220-230), em especial, soube apontar os elementos que têm estado presentes nessa técnica narrativa, e produziu uma lista detalhada de seus componentes que pode ser sintetizada, aqui, pelos seguintes itens: 1. *o sumário ou exposição*, que consiste numa síntese de uma ação secundária (desse modo, passa-se rapidamente por ela e, ao mesmo tempo, traz-se contexto à ação principal); 2. *a cena presentificada da ação*, que consiste no

relato detalhado do acontecimento à medida em que se desenvolve, desdobrando-o, como numa projeção cinematográfica, para o leitor (importante notar que “presentificar”, aqui, significa apresentar a vida em desenvolvimento para o leitor, não necessariamente empregando o tempo verbal no presente, embora esse seja mesmo o tempo verbal favorito dos jornalistas literários americanos); 3. *o ponto de vista* — isto é, a perspectiva através da qual o leitor verá o acontecimento — que pode ser o do repórter, o do protagonista dos acontecimentos ou o de uma terceira pessoa, podendo se mostrar inclusive em primeira pessoa; 4. *a metáfora e as figuras de retórica*, que são aceitas quando se necessita explicar um tópico complexo; 5. *as citações diretas* são usadas moderadamente, sendo que as fontes são identificadas com clareza, a verificação dos dados tem de ser criteriosa e a documentação deve ser sólida.

Para além de todo esse esforço dos pesquisadores para caracterizar o JL em contraste com o hegemônico, no entanto, é interessante notar que um novo e grande momento de tensão entre jornalismo e literatura se manifestaria a partir do final dos anos 1990, com o desenvolvimento da internet e, por extensão, das mídias e também dos ambientes digitais. Isso, como depois ficou cada vez mais claro, foi alavancando uma transformação sem precedentes na prática e nos modelos de gestão jornalísticos. A princípio, enquanto essa configuração ainda estava se formando, a reflexão teórica assumiria uma perspectiva apocalíptica, que colocava a própria concepção de jornalismo em risco (Meyer, 2007). Seriam necessárias décadas para que as instituições jornalísticas percebessem que seu mercado não se constituía fundamentalmente de venda de papel, mas de conteúdo noticioso, e que seu público buscava na internet, e com vigor renovado, aquele tipo de credibilidade propiciada pelas técnicas tradicionais praticadas por seus profissionais, como a apuração dos fatos. Por outro lado, o cenário de precarização acelerada do universo de trabalho no qual o jornalista está imerso (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013), que basicamente decretou o fim das grandes redações e a emergência de um perfil profissional mais ligado “empreendedorismo” e à “inovação”, evidentemente teve implicações na prática do JL. Afinal, essa é uma modalidade que, enquanto representante de um gênero que valoriza especialmente o uso de técnicas narrativas mais elaboradas (Castro, 2010), naturalmente precisa de mais tempo para a apuração e para a elaboração de uma redação original.

Mesmo nessas condições mais adversas, no entanto, o JL segue dando frutos notáveis, capazes de confirmar a importância de sua presença entre nós e ainda explorar de forma sólida

e mesmo inovadora o potencial e a relevância atual não só desse gênero em especial, mas da própria profissão.

2.3 O TRABALHO DE ELIANE BRUM NO JORNALISMO LITERÁRIO

Eliane Brum começou a sua carreira no Rio Grande do Sul, onde se formou como jornalista, e logo começou a trabalhar em veículos de circulação nacional, como a revista *Época* e o *El País Brasil*, consolidando-se como uma das principais vozes do jornalismo narrativo contemporâneo. Foi em livros como *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua: Uma repórter em busca da literatura da vida real* (2008), no entanto, que a sua ligação com o jornalismo literário passou a se tornar evidente, mostrando de maneira mais profunda o trabalho que ela já realizava em colunas e desenvolvendo sua atuação para além da reportagem.

Em *A vida que ninguém vê* (2006) Eliane Brum reúne reportagens que deslocam o olhar do jornalismo tradicional para personagens anônimos e situações cotidianas, valorizando o que a autora define como “desacontecimentos”. A obra constrói narrativas sensíveis sobre vidas geralmente invisibilizadas, revelando, por meio de uma escrita literária e de uma escuta atenta, a complexidade, a dignidade e os conflitos presentes no ordinário. Ao iluminar essas existências marginalizadas, o livro reafirma uma prática jornalística comprometida com a humanização da notícia e com a ampliação do que pode ser considerado relevante no espaço público.

O jornalismo dos acontecimentos, nesse sentido, pode ser compreendido como uma prática que rompe com os valores-notícia tradicionais ao deslocar o foco do acontecimento excepcional para o cotidiano de pessoas anônimas. Trata-se de uma proposta de “antinotícia”, interessada não no fato espetacular ou no poder institucional, mas nas experiências repetidas, silenciosas e invisibilizadas que revelam dimensões universais da vida social. Inspirado na obra de Eliane Brum, esse modo de fazer jornalismo questiona a cultura profissional da mídia hegemônica, valorizando a escuta, o olhar atento, o envolvimento ético com o outro e a recusa da objetividade mecânica.

Ao narrar os acontecimentos, o jornalismo passa a apreender o extraordinário contido no ordinário, dando dignidade narrativa às vidas comuns e ampliando os limites do que pode ser considerado notícia. E usa da escrita como processo para deixar vir à tona

histórias sufocadas, que muitas vezes inclusive permaneciam dentro das estruturas sociais e familiares. A jornalista inclusive reflete sobre esse processo em *Meus desacontecimentos: A história da minha vida com as palavras* (2014):

Esta é a minha memória. Dela eu sou aquela que nasce, mas também sou a parteira. (...) Lembro que, quando tudo começou, era escuro. E hoje, depois de todos esses anos de labirinto, todos esses anos em que avanço pela neblina empunhando a caneta adiante do meu peito, percebo que o escuro era uma ausência. Uma ausência de palavras. Essa escuridão é minha pré-história (Brum, 2014, p.6-7).

Nesse mesmo universo aparece o conceito de “escutadeira”, formulado por Eliane Brum, que é central porque define a postura ética e metodológica que torna esse tipo de narrativa possível. Ser escutadeira significa exercer uma escuta radical, paciente e não instrumentalizada, em oposição à entrevista dirigida e funcional típica do jornalismo convencional. Essa escuta pressupõe silêncio, tempo e disposição para se esvaziar de certezas, permitindo que o outro conduza a narrativa com seus ritmos, palavras, silêncios e afetos. É justamente essa prática que viabiliza a apreensão dos desacontecimentos, pois as histórias do cotidiano, repetidas e invisibilizadas, não se revelam a partir de perguntas objetivas ou de pautas pré-definidas, mas emergem do encontro, da confiança e da atenção ao não dito.

Para Brum, esse tipo de jornalismo é aquele que se dedica ao que aparentemente não é notícia — as vidas comuns, os sujeitos anônimos, os dramas cotidianos que não rompem a normalidade nem geram manchetes. Essa posição dela é retomada de forma explícita e consciente, por exemplo, no trecho a seguir:

Para mim, as notícias habitam os detalhes, às vezes empoeirados, do cotidiano. A maior parte das histórias reais que conto vem dessa grandeza do pequeno, da delicadeza que anima cada vida humana, mesmo nas horas brutas. Sou uma repórter de desacontecimentos [...] (Brum, 2014, p.58).

Assim, a escutadeira é a figura que sustenta o jornalismo dos desacontecimentos: ao escutar antes de interpretar e ao se deixar afetar pelo outro, o repórter transforma a vida comum em matéria jornalística, deslocando o centro da notícia para a experiência humana. O sentido geral desse deslocamento, assim como seu sentido mais íntimo, também é fruto das próprias reflexões da autora sobre a escrita e o jornalismo.

Quando me tornei repórter, tentei fazer da minha escrita um espelho amoroso no qual as pessoas cujas histórias eu contava pudessem se enxergar, descobrir-se habitantes do território das possibilidades e viver segundo seus próprios mistérios. Ser contadora de histórias reais é acolher a vida para transformá-la em narrativa da vida. É só como história contada que podemos existir. Por isso escolhi buscar os

invisíveis, os sem-voz, os esquecidos, os proscritos, os não contados, aqueles à margem da narrativa. Em cada um deles resgatava a mim mesma — me salvava da morte simbólica de uma vida não escrita (Brum, 2014, p. 69).

Por muitas vezes, Eliane Brum já foi associada ao Jornalismo Literário e até negou fazer parte da corrente. Mas fato é que sempre teve um cuidado especial com a palavra e com a escrita. No livro em que se dedica a falar especialmente sobre essa relação, inclusive, ela discorre sobre o fato de sua própria existência estar ligada à expressão subjetiva pela palavra, e o quanto seu trabalho é afetado pela intervenção de outras pessoas em seu texto. Ela exemplifica isso registrando esse afetamento que vem desde editores abertamente invasivos até aqueles dispostos apenas a fazer seus trabalhos, mas que causam desconforto até físico nela ao buscar imprimir suas digitais em algo que, como ela já disse, é a sua carne. Esse cuidado tão próximo com a linguagem faz com que essa ligação seja impossível de ser ignorada ou mesmo minimizada. Em suas palavras: “Nesses anos todos testemunhei muita gente se alienar da própria escrita para não sofrer. É uma alternativa. Bem cara. Para mim essa escolha nunca foi nem desejo nem possibilidade. Eu era o que escrevia. Sou.” (Brum, 2014, p. 73)

Outro aspecto que chama a atenção, na obra da autora, é a ligação que ela faz entre a palavra e o poder ativo que elas têm de transformação do mundo. Nessa concepção, a palavra não é apenas “registro” neutro ou “representação” do mundo, mas *intervenção*. Esse aspecto, como veremos adiante, se relaciona até mesmo à ideia de “jornalismo ativista”, que, não por acaso, é uma das expressões usadas para se criticar o trabalho da autora.

A reportagem me deu a chance de causar incêndios sem fogo e espernear contra as injustiças do mundo sem ir para a cadeia. Escrevo para não morrer, mas escrevo também para não matar. Ouvi de alguns chefes que a indignação faz mal para o exercício do jornalismo, que bom jornalista não tem causa. Discordo. Indignação só não faz bem para quem tem como única causa a do patrão (Brum, 2014, p. 38).

São justamente essas as características do trabalho de Brum que mais nos interessaram, em sua trajetória – e que acreditamos que se radicalizam em *Banheiro Òkôtô: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*.

2.4 PROBLEMATIZAÇÃO DO JL E NOVAS PERSPECTIVAS DE TRABALHO

O trabalho consciente de humanização, que é tido como o grande diferencial do jornalismo literário, encontra especial terreno para desenvolvimento no livro-reportagem. É nesse espaço que os autores podem desenvolver com maior profundidade as suas histórias, e podem apresentar um olhar mais próprio como diferencial. Também fica evidente que, nesse suporte, preceitos do jornalismo como espaço para a reportagem e tempo de publicação se alargam, permitindo que o material seja desenvolvido com maior liberdade em relação a essas restrições que comandam o cotidiano das redações. Esse cenário cria condições ideais para que uma narrativa possa ser desenvolvida como a história pedir.

O jornalismo literário, por tudo que já expusemos, é visto como o lugar por excelência do encontro arte-jornalismo, e é a partir desse encontro que a modalidade se dispõe a empregar recursos narrativos mais usualmente presentes nas narrativas literárias ficcionais desenvolvidas por autores de romances, novelas e contos. No Brasil, pesquisas como as de Monica Martinez tensionam há tempos esse gênero, se debruçando em suportes como livros-reportagens, perfis, documentários etc. Vale a pena, no entanto, pensar agora em quem pode, na prática, fazer o jornalismo literário e em que espaços e condições ele tem aparecido.

Esse incômodo sobre o que é considerado jornalismo literário e quem pode praticá-lo é mostrado por Fabiana Moraes quando ela aborda justamente a subjetividade que busca em *A pauta é uma arma de combate* (2022).

Minha pulga atrás da orelha em relação à muitas vezes restrita acepção do termo “jornalismo literário” se deu a partir de uma dificuldade própria: responder a perguntas como “que livros inspiram sua prática?” ou “que autores influenciaram sua escrita?” (realizadas diversas vezes por entrevistadoras e entrevistadores em contextos de pesquisa acadêmica ou matérias jornalísticas). Elas demonstravam um fator que parecia óbvio por parte de quem me questionava: a de que a forma com a qual escrevo tinha uma relação direta não só com a literatura, mas com um tipo dela, mais hegemônico (Moraes, 2022, p.30).

Diante disso, cabe uma reflexão mais ampla sobre o que se estabelece como JL — e exatamente quais características da literatura estariam sendo privilegiadas nesse modo específico de contar as histórias que são objeto da sua atenção. Desse modo, também é possível pensar se há estereótipos previamente fixados pela tradição literária sobre as “personas” por trás das histórias narradas no jornalismo literário e até sobre quem pode elaborá-las ou quem tem apenas adotado esses padrões até meio inconscientemente (aderindo a um certo *padrão hegemônico*, como aponta a autora, considerando os estilos que se desenvolveram ou têm se desenvolvido dentro do universo literário e que têm sido

privilegiados nas aproximações que os jornalistas têm realizado em relação a este). Interessante notarmos, em relação a esse ponto, que aquilo que em geral se incorpora da literatura no jornalismo costuma se ater a um padrão estabelecido especificamente pela narrativa literária realista ocidental, chegando só por vezes às técnicas desenvolvidas a partir das experiências mais diversas, disruptivas e dissonantes do romance modernista e contemporâneo. Os desafios ligados à emergência da voz propriamente lírica e o trabalho mais específico com a camada sonora das palavras, por exemplo, tradicionalmente mais ligados à escrita da poesia, também não costumam ser incorporados mesmo pelos expoentes mais notáveis do nosso JL.

Considerando esse tipo de reflexão, seria possível também pensar nos limites tradicionalmente estabelecidos para esse tipo de “incorporação” dos recursos literários pelo jornalismo — e também em possíveis novos caminhos e pontes para o seu desenvolvimento atual. Uma configuração mais ampla entre arte e jornalismo, ainda, poderia incluir a adoção de recursos para além do universo específico da literatura, que tem sido o tradicionalmente buscado, e se expandir também para campos como a música, o cinema e as artes visuais.

Outro problema bastante perceptível quando busca-se fazer um levantamento mais objetivo dos locais onde o JL tem emergido entre nós se mostra, ainda, pela forte tendência a que ele se restrinja às editorias de cultura, portanto mantendo-se em um nicho separado das editorias que tradicionalmente têm mais espaço e visibilidade. Em relação a esse ponto, seria importante lembrar que em movimentos como o Novo Jornalismo, no entanto, essa ligação não era tão estreitamente fixada, e de fato a prática do JL podia estar presente em coberturas ambientais e políticas, só para citar exemplos. Em comparação com o que ainda predomina entre nós na atualidade, portanto, a impressão que se tem é de que o JL ainda se encontra bastante confinado a certos temas considerados tradicionalmente mais “leves” e mesmo periféricos em relação ao que costuma ser visto como o cerne mais “sério” e socialmente valorizado do trabalho jornalístico. A manutenção desse campo mais restrito para o desenvolvimento do JL, portanto, não apenas indica seu local preferencial de atuação, mas também os limites ainda mais conservadores aos quais o jornalismo como um todo continua a ser compreendido e confinado — e também as áreas que têm sido mantidas afastadas do seu impacto e do seu potencial de subversão, aprofundamento e avanço.

3 POR UM JORNALISMO AMBIENTAL, CULTURAL E SUBJETIVO

Neste capítulo, proponho um deslocar o Jornalismo Ambiental para além de sua dimensão técnica ou temática, articulando-o aos campos da cultura e da subjetividade. Para isso, parto de uma questão central: como a Amazônia tem sido narrada? Com o apoio teórico de Edward Said e Stuart Hall, é feita uma reflexão sobre a região, que foi historicamente construída como "outro interno" por narrativas coloniais que a inventaram antes mesmo de conhecê-la. Esse processo revela que a Amazônia foi fabricada por projeções europeias, mitos e interesses econômicos, perpetuando até hoje uma visão fetichizada e exotificante. Em seguida, construímos um panorama do jornalismo praticado na e sobre a Amazônia, destacando desde iniciativas locais até coberturas nacionais e livros-reportagem recentes, como os de Miriam Leitão e Dom Phillips.

Nesse sentido, também foi ressaltado a importância de veículos independentes como Amazônia Real, InfoAmazonia e Sumaúma, que buscam deslocar o eixo narrativo para o centro da floresta, questionando a lógica hegemônica que historicamente subordinou a região aos interesses do "sul maravilha". A discussão sobre Jornalismo Ambiental é aprofundada, neste sentido, relacionando esse aspecto sobre como ele se constituiu historicamente atrelado ao pensamento científico positivista, mas vem sendo tensionado por abordagens mais sistêmicas, holísticas e engajadas. Por fim, articulam-se jornalismo ambiental e cultural a partir da valorização da subjetividade, dialogando com Fabiana Moraes, Muniz Sodré e Donna Haraway. Argumento que assumir a subjetividade não significa abandonar o rigor, mas reconhecer que toda pauta é política, situada e atravessada por relações de poder. Assim, preparo o terreno para a análise de *Banzeiro Òkôtô*, obra que radicaliza essas articulações ao colocar a floresta (e quem vive nela) no centro do mundo.

3.1 COMO NARRAMOS A AMAZÔNIA?

A Amazônia é, mesmo antes das palavras de Brum, um território a ser reinventado. Isso porque a maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, que atravessa nove estados brasileiros e chega ao território de outros oito países, é constante território de uma disputa que é não só territorial, mas também discursiva. Ao pensar no que constitui a maior floresta do mundo, é preciso entender como a história e as narrativas se perpetuaram a partir

da ideia de “outridade” (Landowski, 2002) — uma palavra com significado oposto ao de “alteridade”, que possibilitaria aqui também novos contornos. O que explica o sociossemióticista francês é que o narrador, frente ao outro, se resguarda qualificando esse segundo como “exótico” ou mesmo ocultando-o e deixando-o às margens. Assim, só seria possível absorvê-lo como um assimilado, admitido ou segregado; em certos casos, seria necessário inscrevê-lo como inimigo a ser excluído. O que podemos perceber nesse processo, portanto, é que, mesmo quando o Outro se localiza no mesmo território ou vive sob a mesma constituição, o *olhar exotificante* permanece sinalizando suas diferenças nas práticas culturais e tradicionais.

Esse olhar está muito relacionado com a ideia de Edward Said sobre os contrastes fabricados entre “Ocidente” e “Oriente” e a forma pela qual, para reforçar um discurso colonizador e hegemônico, foi preciso encarar a cultura dos povos colonizados como sendo “do outro”. No livro *Orientalismo* (1978) e, em seguida, em “Cultura e imperialismo”(1993), ele se dedica a entender esses elementos e a maneira pela qual eles continuam guiando discussões. E por isso analisa obras eruditas, literárias, tratados políticos, textos jornalísticos, livros de viagem, estudos religiosos e filológicos.

Como o autor entende, a definição do que é Oriente partiu do olhar dos países ocidentais. Esse olhar encarava a cultura de forma hierarquizante, e a maneira de criar definições para os países desse território tão diverso entre si, de contrário, os tornava uniformes — porque o Orientalismo implica em ver o outro a partir de um conjunto de categorias e valores baseados nas necessidades políticas e sociais do Ocidente, em detrimento das realidades concretas do Oriente. O orientalismo se constitui, portanto, como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.

O autor mostra em sua obra, a partir dessa perspectiva, como o Oriente era narrado, desde a antiguidade, como “um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis” (Said, 1990, p. 13) e, mesmo com a crescente aproximação do território, muitos desses mitos não foram desfeitos — mas sim reforçados. Portanto, a ideia de Said em seu livro *Orientalismo* é romper com as feições que a tradição ocidental deu ao Oriente, já que essas teriam sido deformadas pelo medo, o preconceito e o sentimento de superioridade. Ele explica como esse “intercâmbio desigual” é modelado:

O Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como um regime imperial ou colonial), o poder intelectual (como as ciências dominantes, por exemplo, a lingüística ou a anatomia comparadas, ou qualquer uma das modernas ciências políticas), o poder cultural (como as ortodoxias e os cânones de gosto, textos, valores), o poder moral (como as idéias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou compreender como “nós” fazemos e compreendemos). Na verdade, o meu argumento real é que o Orientalismo é — e não apenas representa — uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o “nosso” mundo.

Uma articulação entre essa obra e *Cultura e Representação* (2016), de Stuart Hall, permitiria compreender ainda melhor a representação como uma prática discursiva constitutiva, e não meramente reflexiva, das alteridades culturais. Em Said, a análise do “Oriente” como construção histórica do Ocidente evidencia um regime de saber-poder que produz o outro como objeto de conhecimento e, simultaneamente, como campo de intervenção política, instituindo um sistema de inteligibilidade que o fixa em uma posição de exterioridade inferiorizada, funcional à autoafirmação da identidade ocidental (Said, 2007). Hall, por sua vez, ao conceber a representação como um processo de produção de sentidos mediado por sistemas simbólicos e linguagens culturalmente situadas, oferece o aparato conceitual que explicita os mecanismos subjacentes a essa dinâmica (Hall, 2016).

Nesse sentido, a convergência entre ambos reside na compreensão de que a representação do outro é inseparável das relações de poder que a sustentam e a autorizam. Se Said historiciza a formação de um arquivo discursivo orientalista intrinsecamente ligado ao imperialismo europeu, Hall generaliza essa lógica ao demonstrar como os regimes representacionais operam por meio da produção e fixação da diferença, frequentemente estabilizada em estereótipos que simplificam e naturalizam hierarquias culturais (Hall, 2016, p. 192). A leitura conjunta de ambos permite, portanto, afirmar que o outro não preexiste à representação, mas é por ela *produzido* em condições historicamente situadas, nas quais a circulação de signos, imagens e narrativas participa ativamente da reprodução (e também da potencial contestação) de assimetrias globais de poder.

Ao deslocarmos essas ideias para a Amazônia, é possível perceber processos parecidos: a mesma tarefa de “domesticação”, claramente necessária à colonização, também é

imposta à floresta e aos seus povos por interesses econômicos; além disso, os processos de narrar a Amazônia para o mundo tratam o território como um ambiente “estrangeiro” e um espaço exótico, que remonta aos tempos da colonização, de “flora exuberante e perigosos inimagináveis”. Essa visão, muito reforçada pelos relatos de viajantes que chegavam ao Brasil, junto com os colonizadores, e narravam o que viam, foi se perpetuando — e ainda continua se repetindo — através de uma visão bastante fetichizada do território.

Da mesma maneira, o autor chama a atenção para a forma pela qual uma cultura que se considera dominante se vê no direito de usurpar a outra para desfigurá-la. A análise pode ser compreendida a partir do que Edward Said (2003) descreve como um processo de “demonização do Outro desconhecido”, um mecanismo em que grupos ou sociedades que são percebidos como diferentes passam a ser representados de forma negativa e homogeneizante, frequentemente associados a traços como irracionalidade, atraso ou ameaça. Essa construção simbólica produz a impressão de que existe uma identidade coletiva única entre esses indivíduos, apagando suas diferenças internas, históricas, culturais e sociais. Assim, forma-se uma ideia artificial de unidade, na qual uma grande diversidade de sujeitos é reduzida a um conjunto limitado de características estereotipadas. Esse processo não apenas distorce a compreensão sobre esses grupos, mas também contribui para legitimar relações de hierarquia e dominação, ao apresentar o “Outro” como essencialmente distinto e inferior em relação a quem produz essa representação.

A ideia de que a Amazônia é um território inventado já foi também elaborada pela pesquisadora Neide Gondim, em seu *A invenção da Amazônia* (1994). Ela defende que esse território, ao contrário do que se supõe, não foi descoberto — mas construído “na Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”. E, assim, se dedica a entender através de quais artifícios a Amazônia é inventada por europeus como Montaigne e Buffon, Montesquieu, Hobbes e ainda Locke, por haverem incluído em suas reflexões o homem americano, e a partir dos quais outros pensadores dialogam. Para os europeus que habitavam o outro hemisfério do planeta, a chegada a esse novo mundo representou o contato com modos de vida até então desconhecidos, incluindo práticas cotidianas, formas de vestir, hábitos alimentares, estruturas sociais e até as maneiras de organizar as aldeias, que lhes pareciam estranhas. As comunidades, muitas vezes planejadas segundo lógicas que não se vinculavam às suas tradições, causavam surpresa e estranhamento.

Nos escritos dos pensadores da Modernidade analisados pela autora, é notável que os povos indígenas do Novo Mundo não são tematizados como objeto etnográfico autônomo, mas como uma figura de alteridade mobilizada para refletir sobre a natureza humana e os fundamentos da vida social europeia. Nesse contexto, destaca-se o ensaio “Dos canibais”, de Montaigne, no qual o autor relativiza o etnocentrismo ao afirmar que “cada qual chama de barbárie aquilo que não é de seu uso”, convertendo o indígena em espelho crítico das práticas europeias. De modo análogo, Hobbes recorre a povos americanos para ilustrar uma condição próxima ao estado de natureza, enquanto Montesquieu os insere em sua teoria da relatividade das leis e dos costumes, e Buffon os subsume a esquemas naturalistas mais amplos, frequentemente marcados por generalizações. Assim, em todos esses autores, o Novo Mundo funciona menos como realidade empírica plenamente descrita e mais como operador teórico, revelando tanto o esforço moderno de compreender o homem a partir da natureza e da experiência quanto os *limites* dessa operação, ainda presa a tipificações e projeções eurocêntricas.

A tematização dos povos do Novo Mundo por esses autores é atravessada por uma ambivalência estrutural: ao mesmo tempo em que eles projetam sobre os indígenas uma imagem de maior proximidade com a natureza (frequentemente associada à ideia de pureza, simplicidade e menor corrupção pelos artifícios sociais), também os situam em um estágio considerado “inferior” de desenvolvimento histórico, político ou civilizacional. Em Montaigne, por exemplo, a valorização dos costumes indígenas como mais “naturais” convive com sua inscrição em um horizonte de alteridade que os mantém distantes do padrão europeu; em Hobbes, a referência a povos americanos como exemplares do estado de natureza implica tanto um reconhecimento de sua condição “originária” quanto sua associação à insegurança e à ausência de ordem política; em Montesquieu, o relativismo cultural abre espaço para a compreensão das diferenças, mas não elimina hierarquizações implícitas; e, em Buffon, a inserção dos povos americanos em uma história natural do homem frequentemente resvala em teses de inferiorização. Dessa forma, o Novo Mundo aparece simultaneamente como reserva de autenticidade e como índice de atraso, revelando uma tensão constitutiva do pensamento moderno entre o fascínio pela natureza e a afirmação de um ideal de civilização.

Nesse cenário, não faltaram equívocos e dificuldades de compreensão diante dessas diferenças culturais que incluem, também, o olhar mais específico sobre a floresta.

Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente, nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial. Ainda que familiarizados com a região ou mantendo o tom frio e distanciado do pesquisador, esse objeto móvel, essa natureza grandiosamente avassaladora, em algum momento fez com que esses homens parassem e a escutassem, e a sentissem, muitas vezes deixando para trás olhares já estruturados, visões já vividas, para pousarem os olhos renascidos na contemplação extasiada da grandiloquência natural. São momentos que destacam quase unicamente a natureza, muitas vezes explicitando seu edenismo, outras somente aludindo à sua primordialidade, mas cada um registrando imagens particulares ou quase arquetípicas, extraídas da Idade de Ouro ou mesmo das maravilhas e monstrosidades índicas (Gondim, 1994, p.77).

A mesma ambivalência apresentada anteriormente, portanto, projeta-se também na maneira como Michel de Montaigne, Thomas Hobbes, Montesquieu e Buffon percebem a paisagem do Novo Mundo — sobretudo a floresta —, que oscila entre o signo de uma natureza originária e o de um espaço de desordem a ser dominado. Por um lado, a exuberância florestal pode ser lida como expressão de vitalidade, abundância e autenticidade, um ambiente ainda não corrompido pelos artificios da civilização europeia; por outro, essa mesma densidade natural é frequentemente associada à indistinção, ao excesso e à dificuldade de racionalização, tornando-se símbolo de atraso, improdutividade ou mesmo ameaça. Em Montaigne, a referência indireta a um mundo mais “próximo da natureza” abre espaço para uma valorização moral da simplicidade; em Hobbes, um espaço não domesticado remete à insegurança própria do estado de natureza; em Montesquieu, o clima e o meio — como a floresta — influenciam costumes e podem ser vinculados a formas menos complexas de organização social; e, em Buffon, a natureza americana, embora grandiosa, é por vezes interpretada à luz de teorias que sugerem menor desenvolvimento ou “degenerescência”. Assim, a floresta condensa, no imaginário desses autores, a mesma tensão aplicada aos povos indígenas: ela é simultaneamente matriz de uma pureza originária e obstáculo à plena realização da ordem civilizada.

Em afinidade com essa ideia mais geral, Gondim mostra como a Amazônia é interpretada segundo modelos narrativos prévios e relacionados a tradições europeias e, portanto, estão bem distantes de tratarem de uma observação “neutra” da realidade. Exemplos disso estão na descrição do local seguido de seus possíveis riscos, perigos e monstros; assim, parecia que o que o tornava atraente eram justamente suas riquezas fabulosas (que também só fariam sentido para os europeus que a desejavam). Até mesmo o nome “Amazonas”, vale lembrar, deriva da narrativa de que exploradores teriam encontrado mulheres guerreiras na

região, projetando mitos pré-existentes sobre essa nova terra.

Essa tradição reforça o fato de que a Amazônia é uma área cujo traço mais geral foi construído pelo pensamento externo aos que nela vivem. A região tem sido pensada, ao longo dos séculos, através de imagens construídas pelos europeus, baseadas portanto no que eles chegaram a entender a respeito da região. Essa construção discursiva é perpetuada em uma ótica — não por acaso — bastante ocidental, que independe da mera localização geográfica para ser reforçada. “Esta região do imaginário é a história dos discursos que a foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador” (Pizarro, 2012, p. 33).

Longe dessa construção discursiva estar contida apenas num passado já distante, é importante frisar que há uma linha de continuidade nítida entre o modo como o pensamento europeu moderno construiu o Novo Mundo como espaço de alteridade e as formas pelas quais, já no Brasil, o olhar branco continuou a moldar as narrativas sobre a Amazônia até muito recentemente. Em ambos os casos, trata-se de um enquadramento que oscila entre dois polos: de um lado, a idealização da natureza como reserva de pureza, exuberância e autenticidade; de outro, sua representação como vazio, atraso ou excesso a ser ordenado. Essa matriz interpretativa reaparece, por exemplo, em discursos nacionais que ora exaltam a Amazônia como “pulmão do mundo” e patrimônio natural intocado, ora a tratam como fronteira a ser conquistada, integrada e explorada economicamente — muitas vezes, inclusive, ignorando ou secundarizando as formas históricas de ocupação e conhecimento dos povos indígenas e ribeirinhos. Mesmo quando formuladas por intelectuais brasileiros, essas leituras frequentemente reproduzem categorias herdadas da tradição europeia, nas quais a floresta surge como cenário (e não como território vivido) e seus habitantes como figuras tipificadas (e não como sujeitos históricos plenos). Assim, a persistência desse olhar revela não apenas a força de um legado intelectual, mas também a dificuldade de deslocar o eixo interpretativo para perspectivas que partam efetivamente da experiência e das epistemologias amazônicas.

Entender o impacto muito concreto que tem esse tipo de discurso responsável sobre a realidade nos permite, ainda, superar a ideia equivocada de que ele pertence a uma esfera apenas decorativa ou de “superestrutura” (um conceito gramsciano que também será explorado neste trabalho).

Devemos levar a sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais — para não falar de entidades

históricas —, tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem. Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra (Said, 1978, p.13).

Avançando cada vez mais nessa perspectiva, a obra *Cultura e imperialismo* (1993) olha de maneira ainda mais atenta para a forma como o imperialismo molda as narrativas, mesmo quando não estão diante do Oriente, mas sim do Outro em uma perspectiva mais ampla. Neste caso, Said também se baseia em romances, narrativas de viagem e outros materiais literários para perceber como essas produções naturalizavam ou silenciavam a presença do império (um termo entendido, aqui, como genérico). Mesmo nos casos em que não tratavam explicitamente da colonização, muitas das obras (e das reflexões que desenvolvem) dependem da existência das colônias para sua lógica social e econômica, inclusive para que seu pensamento seja considerado o dominante.

O poder de narrar, ou de impedir que se formem outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. A pessoa lê Dante ou Shakespeare para acompanhar o melhor do pensamento e do saber, e também para ver a si mesma, a seu povo, sua sociedade, suas tradições sob as melhores luzes (Said, 1993, p. 5).

É possível perceber, com isso, que a crítica formulada por Edward Said em *Orientalismo* e por Stuart Hall em *Cultura e Representação* oferece um enquadramento teórico particularmente fecundo para analisar as limitações históricas das abordagens tradicionais da Amazônia. Assim como o “Oriente” em Said, a Amazônia foi frequentemente construída, no imaginário ocidental e mesmo no discurso nacional brasileiro, como um “outro interno”: espaço de exotismo, vazio demográfico, reserva de recursos ou cenário de atraso. Trata-se de um regime representacional que não apenas descreve a região, mas a produz discursivamente como objeto de intervenção (seja científica, econômica ou política) reiterando assimetrias entre centro e periferia. À luz de Hall, esse processo pode ser entendido como a operação de estereótipos que fixam a diferença amazônica em termos simplificadores (selva intocada, povo “primitivo”, fronteira a ser explorada), naturalizando hierarquias e silenciando a complexidade sociocultural e epistemológica da região.

É precisamente contra esse regime de representação que obras como *Banzeiro Òkòtó*, de Eliane Brum, se insurgem. Ao deslocar o ponto de enunciação — escrevendo a partir da Amazônia e em diálogo com seus povos — Brum tensiona a lógica de exterioridade que

historicamente marcou a narrativa sobre a região. Em vez de reafirmar a Amazônia como objeto, sua escrita busca reconhecê-la como sujeito de saber, incorporando vozes indígenas, ribeirinhas e periféricas e evidenciando os conflitos contemporâneos que atravessam o território. Nesse movimento, a autora não apenas amplia o repertório representacional, mas também desestabiliza os códigos que sustentam a produção do “outro”, aproximando-se daquilo que poderia ser entendido como uma rearticulação dos regimes de representação. Assim, a leitura conjunta desses autores permite compreender que a disputa pela Amazônia é também uma disputa simbólica: transformar suas formas de representação é condição para transformar, ainda que parcialmente, as relações de poder que historicamente a constituíram. E isso num contexto em que, até bem recentemente, ainda tínhamos poucos autores “nativos” produzindo discursos e obras de impacto sobre o tema. Afinal, entender quem narra e para quem olha aponta para mudanças de perspectiva que podem ser geradas por esse deslocamento.

3.2 PANORAMA DO JORNALISMO NA AMAZÔNIA

Entendendo que, como visto até aqui, a escrita em crônicas, relatos de viagem e documentos foi essencial para se entender o que é a Amazônia, o jornalismo passa a assumir um protagonismo ainda maior. Inclusive porque é nesses espaços que as visões estereotipadas sobre o território encontram forma de se multiplicar e se espalhar na Modernidade. Como mostrado em *Do inferno ao paraíso: narrativas sobre a Amazônia brasileira*, artigo publicado na revista *Igarapé*, que tem foco em literatura, educação e cultura, foram vários os jornalistas que descreveram o território de maneira limitada, apenas sinalizando suas restrições e estranhezas.

A história do jornalismo na Amazônia, nesse contexto, pode ser compreendida como um processo marcado por tensões entre centro e periferia, exploração econômica e resistência sociocultural, além de uma progressiva ampliação do olhar sobre o território — que vai deixando de ser visto como mera fronteira exótica para ser entendido como um espaço verdadeiramente estratégico no debate ambiental global. E ainda evoluindo de uma prática inicialmente voltada à legitimação de projetos econômicos e políticos para um campo cada vez mais atravessado por disputas narrativas, onde questões ambientais, direitos territoriais e epistemologias locais ganham centralidade. Essa transformação acompanha, e em parte

impulsiona, o reconhecimento da Amazônia como um dos principais espaços de relevância política e ecológica do mundo contemporâneo.

Desde o século XIX, afinal, com periódicos como *O Paraense* (1822), a imprensa amazônica esteve ligada à consolidação de elites locais e à mediação entre interesses regionais e o poder central. Ao longo do ciclo da borracha (final do século XIX e início do XX), o jornalismo na região assumiu um papel importante na construção de uma imagem de prosperidade e modernidade, embora frequentemente silenciasse conflitos sociais e a exploração de trabalhadores. Já no século XX, especialmente a partir da década de 1960, com os projetos de integração nacional durante a ditadura militar, o jornalismo amazônico passou a lidar mais diretamente com temas como ocupação territorial, desenvolvimento econômico e impactos socioambientais. É nesse contexto que emergem formas de jornalismo mais críticas, muitas vezes vinculadas a denúncias de violações de direitos humanos, desmatamento e conflitos fundiários.

No plano teórico e crítico contemporâneo, algumas contribuições ajudam a compreender essa trajetória. Daniel Piza (2010), por exemplo, enfatiza a importância de um jornalismo cultural e literário capaz de interpretar o Brasil para além dos estereótipos regionais. E, embora não trate exclusivamente da Amazônia, sua reflexão contribui para pensar como a região foi frequentemente enquadrada pela mídia sob lentes exotizantes, reforçando a necessidade de narrativas mais complexas e contextualizadas. Joe Jackson (2011), por sua vez, ao narrar a história do contrabando de sementes de seringueira, oferece um exemplo de como o jornalismo narrativo pode recuperar episódios-chave da história amazônica, conectando ciência, economia e geopolítica. Sua abordagem evidencia o potencial do jornalismo em reconstruir a Amazônia como espaço central na formação do capitalismo global. E Mirla Miranda (2011), ainda, contribui diretamente para o campo do jornalismo ambiental amazônico ao destacar a necessidade de uma cobertura situada, que leve em conta saberes locais, populações tradicionais e dinâmicas ecológicas específicas. Sua perspectiva reforça a crítica à cobertura hegemônica, muitas vezes produzida a partir de centros urbanos distantes da realidade amazônica.

Paralelamente, também é preciso notar que são muitos os jornais circulantes no território da Amazônia Legal, e vários se aprofundam a fazer uma cobertura diária e aprofundada sobre o que se passa no nível local. Além das filiais de grandes emissoras no formato audiovisual, jornais on-line e impressos como *Diário do Pará*, *O Liberal* e *A crítica*

fazem um trabalho de imprensa tradicional para abordar as principais problemáticas que acometem o território amazônico - inclusive nos assuntos que não dizem respeito às florestas, e sim às várias cidades urbanizadas e superpovoadas das regiões.

Em termos mais quantitativos e objetivos, podemos dizer que a configuração contemporânea do ecossistema jornalístico na Amazônia Legal revela uma estrutura ao mesmo tempo ampla e desigual, marcada por forte heterogeneidade de formatos e significativa escassez territorial de cobertura. Levantamentos recentes indicam a existência de aproximadamente 1.200 iniciativas jornalísticas na região Norte, segundo o Atlas da Notícia, número que inclui desde jornais impressos tradicionais até portais digitais, rádios e coletivos independentes. Contudo, quando se restringe a análise aos jornais em sentido mais clássico, esse contingente se reduz significativamente, situando-se, de forma estimada, entre 80 e 150 veículos, concentrados sobretudo nas capitais estaduais. Em contrapartida, observa-se o crescimento de um campo específico de produção jornalística voltado à cobertura socioambiental, com cerca de 307 veículos atuando na Amazônia Legal, conforme mapeamento da InfoAmazonia, dos quais uma fração (apenas algo entre 50 e 100 iniciativas) pode ser caracterizada como efetivamente independente e com foco editorial prioritário na região. Esses dados evidenciam não apenas a persistência de “desertos de notícia”, mas também uma reconfiguração do jornalismo amazônico, cada vez menos centrado no modelo impresso e mais dependente de arranjos digitais, colaborativos e territorialmente engajados, nos quais o jornalismo ambiental assume papel estruturante tanto na produção de conhecimento quanto na mediação pública de conflitos socioecológicos.

Desses jornais independentes, vale destacar o portal *Amazônia Real*, que existe desde 2013, e apresenta pautas sobre meio ambiente, conflitos fundiários e direitos humanos em vários estados amazônicos. Da mesma maneira, o *InfoAmazonia* faz um “geojornalismo” com dados, mapas e reportagens geolocalizadas sobre a floresta. Esse mesmo processo também foi feito com o site *Sumaúma*, de “jornalismo no centro do mundo”, que já expõe desde o início, em seu manifesto editorial de abertura, a decisão de colocar a floresta em primeiro lugar, inclusive diante das demandas opressoras do mercado:

Quando afirmamos que faremos jornalismo a partir do centro do mundo, não estamos usando um truque de retórica. Só há chance de um futuro para as crianças que já nasceram se entendermos que o conceito hegemônico de centralidade está deslocado e precisa ser reposicionado. E é por estar deslocado que chegamos ao aterrador absurdo de uma minoria de humanos alterar a morfologia e o clima do

planeta. Os centros mais essenciais de um mundo em colapso climático não são Washington ou Pequim, não são os bunkers do sistema financeiro, mas os enclaves de vida do qual depende a nossa sobrevivência, como os oceanos, as florestas tropicais, os vários biomas. É isso que mostra a melhor ciência e é isso que apontam os xamãs. E, como jornalistas, nosso lado é o da verdade (2022).

O livro-reportagem *Banzeiro Òkòtó*, inclusive, parte do que leva a repórter a criar o site e vai além, se aprofundando em questões e relatos que são mais intimistas do que aqueles aos quais aquela proposta busca dar maior visibilidade. Mas, para além de Eliane Brum, outros trabalhos jornalísticos se aprofundaram no livro-reportagem para falar sobre o local, ainda que sob diferentes vieses. Em *Amazônia na encruzilhada* (2023), por exemplo, a jornalista Miriam Leitão se dedica a entender as possibilidades de convivência de interesses econômicos e ambientais na região. Leitão aborda os impactos das políticas públicas e as pressões do agronegócio nesse âmbito, trazendo também um olhar crítico sobre os cenários possíveis e os compromissos necessários para se garantir um futuro equilibrado para a região. Como Eliane Brum, essa repórter também é alguém que vem de fora e que busca entender esse cenário, e também se aprofunda em entrevistas e análises sobre os conflitos presentes no território. Para tanto, são feitas entrevistas com pessoas comuns (assim como em Brum), mas também se constrói ali um debate com líderes indígenas, cientistas, ambientalistas, economistas, banqueiros, grandes e pequenos produtores rurais.

Outra obra que atingiu um alcance similar ao das duas jornalistas já citadas é o documentário de Sônia Bridi intitulado *Vale dos isolados: o assassinato de Bruno e Dom*, uma obra na qual a estrutura básica da jornalista vindo em busca do lugar se repete, mas dessa vez se voltando com mais concentração para um fato específico, que foi o assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips e a investigação que se deu em seguida¹. A obra se aprofunda de forma mais detalhada nas causas e consequências desse crime - que esteve intimamente relacionado à luta pela proteção dos direitos dos povos indígenas, a exploração ilegal de recursos naturais e a sensação de impunidade que os poderosos da região vinham tendo.

¹ O indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados em junho de 2022, na região do Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, uma das áreas mais sensíveis da Amazônia devido à presença de povos indígenas isolados e à atuação de redes ilegais de pesca, caça e garimpo. Desaparecidos em 5 de junho, enquanto realizavam uma expedição de monitoramento e pesquisa, seus corpos foram encontrados dias depois, após confissões de suspeitos ligados à pesca ilegal na região. As investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil apontaram que o crime teve como motivação a tentativa de silenciar a atuação de Pereira na fiscalização ambiental e o trabalho jornalístico de Phillips. O caso teve ampla repercussão internacional e levou à prisão de envolvidos diretos, além de evidenciar a fragilidade da proteção estatal em áreas remotas e o avanço de atividades criminosas sobre territórios indígenas.

Como Brum também se propõe a fazer, ainda que com menos intensidade, Bridi expõe as ameaças enfrentadas por ativistas dos direitos ambientais e indígenas na região, e ainda a urgência de ações para preservar a biodiversidade e os modos de vida tradicionais.

No recente *Como salvar a Amazônia: uma busca mortal por respostas* (2025), por sua vez, está o registro de que o próprio Dom Philips também começava um trabalho em diálogo com outros pesquisadores, especialistas e pessoas que vivem o cotidiano e as problemáticas da Amazônia para se aprofundar, como jornalista, em como encontrar soluções. Sua busca é interrompida, mas o livro tem as lacunas (ao menos parcialmente) preenchidas por colaboradores e amigos que, diante de seu assassinato, precisam pensar ainda mais sobre por que é do interesse de todos salvar a Amazônia e como a própria floresta pode trazer respostas para isso.

O âmbito da pesquisa acadêmica também tem se dedicado a pensar essas questões e fazer a conexão entre jornalismo e Amazônia. A coletânea *Narr'Amazônia: Modos de ser e estar no mundo* e todo o grupo de pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade da Amazônia (Unama) que se reuniu em torno dessa publicação, se dedica a pensar sobre as tensões entre narrativas e território amazônico. O grupo surgiu em 2015, com o objetivo de pensar como as narrativas produzem sentidos e os modos de interação dos sujeitos em sociedade através dos vários tipos de linguagem. A partir das narrativas orais e da importância da preservação da memória, reflete sobre como essas tradições permanecem no imaginário coletivo. A coletânea apresenta uma reunião de textos que também são essenciais para compreender os modos de narrar que podem interessar nessa perspectiva, e a relação que desenvolvem entre esse objeto e as estratégias narrativas estudadas por Paul Ricoeur se torna essencial neste trabalho. Acrescento ainda que a perspectiva dos acadêmicos da região para essas questões é essencial, até para que não perpetuem estereótipos sobre quem de fato pode pensar, discutir e intervir nessa realidade. Nos textos, que trabalham temas diversos estudados pelo grupo, são aprofundadas as maneiras através das quais as identidades das comunidades amazônicas aparecem na mídia, e ainda se desenvolver ali uma reflexão sobre como a própria academia vem encarando esse cenário.

Já *Amazônia e suas formas de desterritorialização em narrativas jornalísticas*, do professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Phellipy Jácome, traz perspectivas interessantes sobre essas narrações. O conceito de “desterritorialização”, trazido por ele, busca descrever como essa narrativa carrega a perda de identidade territorial e

cultural. Isso indicaria que essas histórias também acabam refletindo de maneira pouco complexa a realidade local, ainda mais quando são cobertas a partir de uma visão externa, de jornalistas que vêm de fora para entender os conflitos. O capítulo ainda chama a atenção para a importância de uma abordagem mais sensível e contextualizada nas narrativas sobre a Amazônia, considerando as vozes e as experiências dos próprios habitantes.

Há ainda outros trabalhos que se dedicam a estudar como a cobertura jornalística está sendo feita na Amazônia e quais recursos narrativos são usados, inclusive com atenção especial ao trabalho desenvolvido por alguns portais. É o caso, por exemplo, da tese de doutorado *Jornalismo ambiental na Rede de Notícias da Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)*, um período que também é retratado por Eliane Brum. O trabalho discute como a mídia abordou os impactos socioambientais que a construção da hidrelétrica gerou, explorando a maneira como apareceram as representações de vozes dos locais, das comunidades indígenas e tradicionais, além de se aprofundar num levantamento a respeito de como os movimentos sociais contra a instalação apareceram. Esse trabalho também conta com uma importante análise do papel do jornalismo na promoção da justiça ambiental e na conscientização da opinião pública, que ajuda a orientar as histórias envolvendo a usina.

Por se tratar de um livro ainda recente e de alta complexidade (e que, ainda, vai contra a tendência hegemônica do jornalismo atual), há poucos trabalhos que se dedicam a olhar especificamente a obra de Brum que está em foco neste trabalho. Além do mais, a obra em questão de fato demanda o diálogo com diferentes áreas do campo científico e das Ciências Sociais Aplicadas, para que se possa tentar identificar o que há de mais singular e inventivo na escrita de Brum. Prova disso é a ausência de trabalhos de fôlego, como dissertações e teses, sobre o livro — o que também se justifica, é claro, pelo curto tempo desde seu lançamento. Mesmo os artigos ainda são poucos: no entanto, trabalhos como *Direitos da natureza: elementos do jornalismo literário como dispositivo de ativismo ambiental no jornal independente Sumaúma* e *Activism in journalism from the center of the world: Sumaúma and the denunciation of the Yanomami genocide* já nos ajudam a refletir sobre o lugar do jornalismo diante das emergências socioambientais nos discursos de repórteres que, por sua vez, também já dão conta de explorar esses espaços. Esses artigos desenvolvem, ainda, um olhar específico em relação à Brum, além de relacionarem aspectos do jornalismo literário ao ativismo pelo meio ambiente.

Importante registrar ainda, por fim, que no âmbito da pesquisa em Jornalismo e Comunicação na região Norte do Brasil, destacam-se ainda, desde início dos anos 2000 pra cá, eventos acadêmicos de grande relevância, como o Intercom Norte e o Alcar Norte, que se consolidam como espaços privilegiados de circulação científica, formação e articulação de redes entre pesquisadores, docentes e discentes. O Intercom Norte, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, reúne anualmente centenas de trabalhos em Grupos de Trabalho (GTs), além de atividades como a Expocom, fóruns de ensino e extensão e oficinas, constituindo-se como o principal congresso regional da área e fomentando debates contemporâneos sobre jornalismo, mídia e sociedade, com ênfase nas especificidades amazônicas. Já o Alcar Norte, vinculado à Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, concentra-se nas abordagens históricas da comunicação, promovendo reflexões sobre imprensa, memória e territórios, ao mesmo tempo em que fortalece a produção científica regional e incentiva a formação de novos pesquisadores. Em conjunto, tais eventos desempenham papel estratégico na consolidação do campo do Jornalismo no Norte do país, ao valorizar temáticas locais, ampliar a visibilidade da produção acadêmica e estimular o intercâmbio entre diferentes instituições e perspectivas teórico-metodológicas.

3.3 ABORDAGENS AMPLIADAS DE JORNALISMO AMBIENTAL

Por que insistir em fazer um mesmo jornalismo, se o jornalismo segue mudando e tentando acompanhar o mundo, que muda de maneira ainda mais rápida? É essa pergunta que nos faz voltar para a própria criação do conceito de jornalismo, que se deu de forma aliada ao pensamento científico e positivista. Em sua gênese, era a racionalidade moderna ocidental que guiava a produção de notícias do jornalismo, e também foi essa lógica que ditou que o conhecimento deveria ser baseado em fatos observáveis e na aplicação de métodos científicos. Desde então, no jornalismo, essa ideia se perpetuou a partir da necessidade de checagem de informações, de ouvir “os dois lados” em todas as abordagens e na valorização da imparcialidade em todos os tipos de matéria.

Essa lógica se traduziu em diversos aspectos, dentre eles, a adoção das fontes oficiais como vozes valorizadas em todas as matérias e a adesão a um lead preciso, que responde todas as perguntas essenciais através de uma abordagem objetiva e direta. Aos poucos, no

entanto, também essas ideias passaram a ser tensionadas através de novos movimentos jornalísticos que apareciam.

Como bem observado por Nelson Traquina na obra *Teorias do Jornalismo* (2005), foi se tornando evidente que alguns assuntos exigem uma abordagem mais ampliada do que poderia ser resumido em um parágrafo, e foram surgindo questionamentos mais densos a respeito do imperativo de se “ouvir igualmente todas as partes”. E isso acontece principalmente durante os anos 1970, quando também surge o Novo Jornalismo dando maior visibilidade ao que entendemos como Jornalismo Literário, já compreendido neste trabalho como um forte transformador dessa lógica. Também neste mesmo momento, o Jornalismo Ambiental começa a tomar forma: ainda que em um primeiro momento fosse fortemente conectado a essa lógica do pensamento científico e racionalista, também vai encontrando, principalmente em solo brasileiro, outros caminhos.

Ainda que através de ideias bastante práticas, o pensamento do que é, e também do que pretende ser o jornalista, foi muito associado ao exercício da cidadania, conforme é indicado até mesmo no currículo dos cursos. A obra *Jornalismo Ambiental: Teoria e prática*, usada neste trabalho através dos artigos reunidos, investiga esses princípios e mostra como o conceito e os direitos da vida em sociedade se relacionam com o meio ambiente. Afinal, um dos princípios do jornalismo ali defendidos é justamente “Compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável” (p.5). Esse exercício da cidadania, com o tempo, passou a ser indissociável das questões relativas à sustentabilidade, que foram se mostrando no centro das discussões sobre a vida em sociedade no século XXI.

Apesar de já existirem registros da atuação de ecologistas, ativistas e movimentos sociais pelo meio ambiente há pelo menos um século, esse pensamento ganhou mais força e atenção pública (inclusive da mídia) a partir da geração e publicação de documentos oficiais de levantamento e análise do contexto global de devastação, os quais apontaram caminhos e demandas para algum tipo de controle. Marcos importantes para a compreensão da área aconteceram ainda com a publicação de livros como *Primavera silenciosa* (1962), de Rachel Carson, que alertava sobre os efeitos dos novos pesticidas usados na agricultura. O tema também ganhou bastante atenção devido ao aumento de desastres ambientais, como o acidente

de Chernobyl (1986), e no Brasil, de forma ainda mais intensa e recente, através da tragédia de Brumadinho (2019) e das enchentes em Porto Alegre (2024).

Outros momentos de destaque para que esse tema tivesse maior atenção do público aconteceram através das conferências voltadas para questões relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas, como as da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (ECO-92), e os acordos de cooperação firmados entre países para reduzir emissões de gases e índices de poluição. Naquele ano, inclusive, parte das discussões foram voltadas especialmente para a forma como a mídia poderia se articular para criar uma rede internacional de contatos entre jornalistas ambientais e o papel educativo que a mídia poderia ter para conscientização da população a respeito dos problemas ambientais a serem enfrentados.

No Brasil, o ambientalismo ganhou visibilidade pública a partir dos anos 1970, quando havia pouco mais de trinta associações da sociedade civil ocupadas com assuntos ligados à proteção da natureza. Um dos nomes mais conhecidos do movimento, que começava ali, foi Fernando Gabeira que, ao voltar do exílio imposto pela ditadura militar, em 1979, foi uma das vozes mais ativas em prol do meio ambiente e um dos precursores em apontar a necessidade de um jornalismo ativista, com forte relação com a preservação do meio ambiente. Na sua atuação como parlamentar, inclusive, ele passou a destacar a necessidade de uma política pública que pensasse em desenvolvimento sustentável no país e também sustentou um olhar fortemente integrado ao dos povos tradicionais. Sua atuação ajudou a levar essa discussão para um cenário nacional, o que até então só havia acontecido de forma bastante dispersa.

Como relembra a obra *Jornalismo ambiental: teoria e prática*, os depoimentos de jornalistas que viveram o período revelam que reportagens sobre temas ambientais já eram publicadas com alguma frequência, de norte a sul do país, mas ainda sem que essa área fosse encarada como uma especialização. Bons exemplos desse tipo de prática são as matérias publicadas, em maio de 1972, sobre o cenário de acelerada urbanização no Brasil, que mereceu uma edição especial da revista Realidade (editada por José Hamilton Ribeiro, que já havia acompanhado e descrito uma caçada, na década anterior); outra, ainda, de 1994, sobre a contaminação em Cubatão (SP), denunciada por Randáu Marques; nessa linha, também as publicações sobre a poluição da Borregard e as manifestações da Agapan lideradas por José Lutzenberger em Porto Alegre (RS). A revista também produziu uma série sobre a Amazônia

que tinha olhar crítico sobre o projeto de integração nacional que era pautado através da Transamazônica, assim como abordou o garimpo e a presença de militares na região, pressionando as fronteiras que haviam sido fixadas anteriormente para a preservação dos povos indígenas.

No mesmo período, mais especificamente na Amazônia, também começavam a trabalhar correspondentes de veículos da região Sudeste — ainda com um olhar bem diferente do apresentado por Eliane Brum. Vale lembrar, nesse sentido, que, durante esse período, a formação de jornalistas na Amazônia andava a passos bastante diferentes de hoje em dia, e o espaço resguardado para indígenas na mídia era ainda menor que atualmente. Lúcio Flavio Pinto, correspondente do O Estado de S. Paulo no Pará, pensa justamente nesse tipo de cobertura para entender o papel do jornalista. “Em que consistia a inovação? Em expurgar do tratamento jornalístico da Amazônia o tom de exotismo, de colonialismo, de superficialidade e de preconceito da grande imprensa nacional (e internacional)” (Pinto, 2000, p. 6).

Nessa primeira fase, por volta dos anos 1960, 1970 e 1980, porém, é bastante perceptível que o jornalismo ambiental se prendia principalmente a dados de pesquisas científicas para fazer matérias, mesmo quando as questões ambientais mais importantes do momento aconteciam de fato cotidianamente, e não só em eventos atípicos. Isso porque, como também destacado no trabalho que reúne obras sobre o período, esse jornalismo estava muito ligado a um campo do conhecimento que buscava se mostrar como “científico”, vindo diretamente das instituições de pesquisa e ensino superior, e por isso ainda não se mostrava capaz ouvir ou levar em conta as experiências das fontes locais.

Devido a esse histórico, existem inúmeras pesquisas que revelam que as mudanças climáticas (e acrescento aqui temas ambientais como um todo) aparecem como pauta, principalmente, quando se ligam mais diretamente a eventos internacionais (com caráter político-econômico), à divulgação de relatórios científicos ou em caso de desastres gerados por fenômenos extremos. Logo, alguns dos primeiros problemas para a abordagem até então praticada pelo jornalismo voltado para esses temas é essa falta de periodicidade e ainda a compartimentalização das informações em editorias diferentes, conforme a ênfase do gatilho que despertará o interesse pelo tema, além da dependência desse tipo de agendamento externo. Um jornalismo ambiental, afinal, só se configura quando em relação com outras forças sociais. Por isso, reportagens com problematizações ecológicas e/ou socioambientais geralmente são influenciadas em parte pela presença do ativismo ecológico. Por isso, de

acordo com a socióloga Fernanda Petrarca (2009), “quando o tema-meio ambiente” está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas.

Afastando-se dessa “dependência externa”, no entanto, o que os pesquisadores e jornalistas focados nessa área defendem é que o jornalismo ambiental possa e deva surgir “a qualquer momento” e em “qualquer área jornalística”. Essa consideração de Peter Nelson em “Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente” (1994, p. 17) leva em conta o cenário de falta de formação específica para essa área e também uma certa “separação” que se faz do meio ambiente em relação a outros setores de cobertura jornalística. É notável que há um eco desse pensamento em boa parte das reflexões acerca dos desafios do tratamento do tema pela imprensa, ao que se somam as ideias de que as pautas ambientais demandam abordagens especialmente capazes de dar conta de questões como complexidade, interconexão, visão holística e tratamento sistêmico. Como bem observa Reges Schwabb, no entanto, esse tipo de exigência emerge justamente em reação a uma realidade predominante na qual a tendência principal do jornalismo é fazer “uma cobertura desconexa ou descontinuada” e, de um modo geral, marcada pela “insuficiência na abordagem ambiental, mesmo que concordemos com a relevância global de se falar sobre o tema” (Schwaab, 2018, p.69)

Também é possível perceber que, a partir dessa perspectiva, são feitos dois tipos de cobertura diferentes, ao menos no que diz respeito ao jornalismo ambiental brasileiro: uma realizada por jornalistas que demonstram conhecimento quanto ao tema e engajamento na defesa do meio ambiente, aproximando-se do ativismo; outra feita por jornalistas que tratam o assunto de maneira mais fria ou burocrática, sem se envolverem diretamente na defesa das questões ambientais. Ou seja, nesse segundo caso: mantendo a neutralidade e imparcialidade já colocados como princípio nos primórdios do jornalismo, sem considerar os novos impactos que essas coberturas podem ter, em uma área de especial sensibilidade. Os traços ideológicos desse tipo de abordagem pretensamente mais “objetiva”, no entanto, não podem deixar de ser percebidos:

A visão mecanicista, de conhecimento fragmentado, opera a valorização do método e do conhecimento científico como neutros, sem ligações com as disputas sociais. Aqui, a ciência e a tecnologia são utilizadas a partir da ideia do domínio da natureza em direção ao progresso incessante. A visão

moderna foca no uso da alta tecnologia, logo, é tecnocêntrica. Seres humanos são colocados numa relação de dominação ante os demais seres e a natureza, com o uso de “recursos” para o progresso e riqueza. A tecnociência marca uma nova fase histórica no alcance do “estágio supremo” da evolução do domínio do homem sobre a natureza (Santos, 2008, p. 17).

Ao contrário do que as abordagens supostamente “neutras” podem fazer crer, cada vez parece mais claro que a cobertura de temas ambientais sempre tem um posicionamento, e demanda conexões entre as áreas econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública, e por isso trata-se de uma atividade especialmente complexa (Nelson, 1994). Como parte dessa produção, se percebem algumas características em comum, como define Garcia: a noção de risco, temas associados a processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. E, como se pode perceber, nenhuma dessas características é compatível com uma abordagem apressada e à distância, fundamentada na crença tranquilizadora (mas ilusória) de que os seres humanos estão acima dos outros ditando um progresso geral. Muito pelo contrário, a consciência maior a respeito dos equívocos na base conceitual desse tipo de abordagem demanda que se desenvolva um trabalho mais profundo e intenso de interpretação da atualidade. Infelizmente, porém, o que ocorre é que nem sempre se reservam tempo e recursos financeiros suficientes para a apuração mais rigorosa desse tipo de pauta com a precisão e a diversidade de olhares que os temas socioambientais de fato exigem. As condições de produção, em geral, ainda precisam ser conquistadas. E isso não só nos veículos jornalísticos tradicionais, mantidos pelas maiores empresas de comunicação nacionais e regionais, mas também, e principalmente, nos pequenos empreendimentos. Sem esses recursos, as abordagens do jornalismo ambiental tendem a sofrer cronicamente com lacunas importantes no olhar para essas questões.

O jornalismo que se engaja na defesa do meio ambiente, por outro lado, está em conexão direta com o pensamento ecológico, que aponta para uma prática jornalística assumidamente imersa num universo em transformação, como explicam Cláudia Hertes de Moraes e Eliege Maria Fante, no artigo sobre os paradigmas para complexificar pautas de sustentabilidade, que faz parte do livro *Jornalismo Ambiental: teoria e prática*. Esse conceito pode ser entendido, aqui, como uma ruptura com a visão de mundo mecanicista, principalmente quanto à relação entre homem e natureza. Nas palavras das autoras, o jornalismo ambiental “vai construir e alimentar um novo entendimento de mundo, uma nova visão, que acentua a responsabilidade social e ambiental, fundamentos na construção do

conceito de sustentabilidade” (Girard, Moraes, Loose, 2018, p.56). Outra influência forte está nas ideias da “ecologia profunda”, que indicam a necessidade de busca de harmonia nas relações entre homem e natureza, valorizando cada ser de forma intrínseca, com ênfase nos objetivos de autorrealização dos seres, em contraponto à visão do progresso sem medidas. Trata-se de observar os limites da sustentabilidade e discutir a maquinaria do consumismo, numa perspectiva que enfatiza a realidade de interdependência entre fenômenos e seres e reage contra o cartesianismo que tanto marcou o pensamento ocidental, como se vê nas considerações a seguir:

Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, precisamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece (Capra, 2006, p. 14).

Essa visão é bastante divergente daquela que rege as abordagens ainda presas à ideia mecanicista de conhecimento fragmentado, que operam a valorização do método e do conhecimento científico como neutros e sem ligações com as disputas sociais, considerando a ciência e a tecnologia a partir da ideia do domínio da natureza em direção a um progresso incessante. Nesse sentido, fica claro que a visão tipicamente moderna foca no uso da alta tecnologia de forma bastante tecnocêntrica. Nesse tipo de abordagem: “Seres humanos são colocados numa relação de dominação ante os demais seres e a natureza, com o uso de ‘recursos’ para o progresso e riqueza. A tecnociência marca uma nova fase histórica no alcance do ‘estágio supremo da evolução do domínio do homem sobre a natureza’” (Santos, 2008, p. 17).

Bem ao contrário dessa visão tecnocêntrica, o que é apresentado e discutido no mesmo livro e, principalmente, o que é proposto pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a liderança da professora e pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi, é pensar o jornalismo ambiental a partir de um ponto de vista bastante diferenciado, engajado e envolvido, que assim se diferencia daquele velho olhar para o meio ambiente, que enxerga esses espaços apenas como lugar de retirada de lucro, deixando para trás os rejeitos e o impacto ambiental. Através de um novo olhar, os crescentes desafios socioambientais exigiriam que o jornalista ambiental buscasse ativamente a promoção da qualidade de vida planetária, e faria isso a partir de uma diversidade de fontes, do aprofundamento das consequências por trás dos dados e, principalmente, no esforço em

apontar soluções para os problemas ambientais.

Nesse contexto, também é notável a importância do papel educativo dentro desse jornalismo ambiental, conforme foi notado nas primeiras experiências de disciplinas da área no Brasil.

Para que uma reportagem seja considerada Jornalismo Ambiental deve apresentar algumas das seguintes características: mostrar uma visão sistêmica dos fatos; dar conta da complexidade dos eventos ambientais; contemplar a diversidade dos saberes e não ser refém de fontes oficiais; defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador. Tais aspectos também podem ser contemplados ao longo de uma série de reportagens (Girardi, 2018, p.19).

A partir da compreensão desse quadro geral, do qual emerge e se desenvolve o jornalismo ambiental, fica mais possível entender também a importância de se promover um aprofundamento maior das questões aparentemente menos imediatas, mas de maior importância para os profissionais que mantêm esse compromisso com a ética e a cidadania. Afinal, é só a partir de uma compreensão alargada de problemas cada vez mais complexos e urgentes, como os que têm decorrido das mudanças climáticas, que podemos questionar, por exemplo, quem se beneficia delas. Embora muito se fale sobre os prejuízos causados por essas mudanças do clima, é importante notar que elas também podem se ligar a efeitos considerados “positivos” (ainda que se precise pesar quem e quantos são os beneficiados, em detrimento de quantos e quais são os que sofrem os danos). Sendo assim, a próxima pergunta que deveria ser feita é esta: quem ainda se beneficia de uma cobertura que se pretende “neutra” e “com espaços iguais para ambos os lados”?

3.4 ARTICULAÇÕES ENTRE JORNALISMO AMBIENTAL E O CAMPO DA CULTURA

Talvez uma boa forma de pensar essas questões do jornalismo ambiental seja justamente reforçar o seu caráter profundamente ligado ao campo da cultura, levando em conta cada vez mais essa relação nas coberturas realizadas. Essa percepção, que parece bastante alinhada com o tipo de abordagem realizada por Eliane Brum, também é verificada no trabalho de vários outros exemplos recentes: é o caso, por exemplo, da Associação Cultural Nonada Jornalismo, que trabalha com jornalismo cultural para além da produção artística e de pautas voltadas para a agenda tradicionalmente já reconhecida como “cultural”, e que passou a incorporar de forma sistemática, ao seu foco, a categoria “clima e cultura”. Isso foi feito a partir da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, a partir da

qual várias matérias sobre o assunto foram desenvolvidas relacionando o desastre ambiental aos seus efeitos sobre os costumes, os hábitos e os modos de vida específicos da região. Foi o caso do que ocorreu, por exemplo, em matérias sobre como as enchentes afetaram a vida nas favelas, a pesca tradicional e a existência dos terreiros de religiões de matriz africana.

Esse caso também é interessante para se pensar na importância do Jornalismo Ambiental dentro das cidades. Com os problemas climáticos se agravando, falar desse tema e dos seus efeitos sobre a vida urbana deve ser uma preocupação constante dos jornalistas. Isso também está sendo feito de maneiras diferentes, por exemplo, pelos podcasts Prato Cheio e Eco Jornalismo, que incorporam esses aspectos culturais a quase todas as grandes reportagens e podcasts que elaboram. A articulação entre a 7ª temporada do Prato Cheio e a série *Manguetown, Ceará*, produzida pelo Eco Jornalismo, evidencia de forma exemplar o alcance crítico e epistêmico do Jornalismo Ambiental contemporâneo.

Enquanto o primeiro constrói uma leitura sistêmica da água como eixo estruturante de relações econômicas, sociais e ecológicas — evidenciando sua mercantilização, sua inscrição em cadeias produtivas invisibilizadas e sua centralidade em conflitos territoriais —, a série *Manguetown* aprofunda essa abordagem ao focalizar um ecossistema específico, os manguezais, revelando sua importância para a biodiversidade e para a mitigação das mudanças climáticas, especialmente por sua capacidade de absorção de carbono (“carbono azul”). Em termos teóricos, tal convergência confirma a hipótese de David Harvey (2005) acerca da crescente mercantilização dos bens comuns, ao mesmo tempo em que dialoga com Bruno Latour (2004), ao evidenciar redes sociotécnicas que conectam práticas locais, saberes tradicionais e estruturas globais de produção e consumo. Ademais, ao tematizar conflitos envolvendo especulação imobiliária, turismo predatório e disputas territoriais — como nos episódios de *Manguetown* sobre resistência comunitária e educação ambiental. Ao combinar investigação, escuta de atores locais e mediação entre ciência e experiência vivida, essas produções demonstram que o Jornalismo Ambiental não apenas divulga informações, mas produz inteligibilidade crítica sobre a crise ecológica, operando como prática discursiva capaz de tensionar modelos de desenvolvimento e ampliar o debate público em torno da sustentabilidade.

Vale perceber que uma das visões mais interessantes sobre esse panorama do jornalismo ambiental foi aquela do jornalista uruguaio Victor Bacchetta, que destaca a necessidade do alinhamento à “cidadania planetária”:

O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, portanto, para a difusão de temas complexos e para a análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária (Bacchetta, 2000, p. 18).

Principalmente no contexto da Amazônia, vê-se a necessidade do uso de fontes diversas. Os “dados objetivos”, muitas vezes desatualizados ou incompletos, não podem ser as únicas referências para chamarem a atenção para questões importantes sobre a vida na maior floresta do mundo. Como trabalhar apenas com dados e pesquisas quantitativas um assunto em que, por afetar diretamente pessoas indígenas, seria necessário se considerar, entre outros elementos, a cosmologia desses povos originários e sua relação com o modo como consideram a própria vida e também a vida do planeta como um todo? Afinal, essa visão já tem vindo mais à tona através de nomes como Ailton Krenak, Daniel Munduruku e, novamente, Davi Kopenawa, a partir de um conjunto de conhecimentos, crenças, valores e interpretações que os povos indígenas têm sobre a origem do mundo, o funcionamento da natureza, a vida, a morte e as relações entre todos os seres, e da vida conectada aos ciclos da terra. Nesse contexto, se esses princípios não são os mesmos do pensamento científico e positivista, é mesmo justo hierarquizar essas visões?

A incorporação das cosmologias indígenas ao campo do jornalismo ambiental implicaria, com certeza, uma inflexão epistemológica que desafia a tradição ocidental moderna, baseada na cisão entre sociedade e natureza, ao passo que essas cosmologias propõem uma compreensão mais *relacional* e *integrada* da vida. Nesse sentido, autores como os três já mencionados têm contribuído significativamente para a construção de um pensamento crítico que reposiciona o humano no interior de uma teia de interdependências entre seres vivos, territórios e dimensões espirituais. Krenak (2019; 2020) propõe uma crítica contundente à lógica utilitarista da modernidade, ao afirmar que a separação entre humanidade e Terra constitui a base da crise ecológica contemporânea, defendendo, em contrapartida, uma ética do pertencimento e da continuidade da vida. De modo convergente, Munduruku (2012) enfatiza o papel das epistemologias indígenas como formas legítimas de produção de conhecimento, ancoradas na ancestralidade, na oralidade e na experiência coletiva, o que tensiona os critérios hegemônicos de validação científica e jornalística. Já

Kopenawa e Albert (2015) apresentam, por meio da cosmologia yanomami, uma interpretação do colapso ambiental como desequilíbrio espiritual e cosmológico, ampliando o entendimento da devastação para além de seus aspectos materiais. Assim, ao dialogar com essas perspectivas, o jornalismo ambiental não apenas diversifica suas fontes e narrativas, mas também se reposiciona como prática comprometida com a pluralidade epistemológica e com a construção de futuros sustentáveis e interculturais.

Esse pensamento, vale ressaltar, também está sendo desenvolvido por profissionais da Educação, que buscam entender mais sobre essa cosmologia em relação ao Outro. Um bom exemplo se encontra nestas considerações de Luiz Carlos Dalla Rosa, antropólogo, que trata esse tema como objeto de estudo.

A cosmologia dos povos indígenas surge como sentido ético que desborda, fissura e questiona as fronteiras da ontologia educativa que introduzem e sustentam as dinâmicas de colonialidade, opressão e exclusão do/a Outro/a, da alteridade estampada no rosto da juventude, da mulher, do negro, do refugiado. Trata-se de pensar a partir do/a Outro/a que tem sua dignidade aviltada pelo mesmo sistema ontológico que pensa e propõe o fundamento, o ser da totalidade vigente que pretende justificar a interdição de outrem. Com efeito, diante da ontologia da colonialidade, a tarefa é resgatar e manifestar a razão da alteridade que, aqui, pretende-se levar adiante a partir do/a Outro/a indígena (Dalla Rosa, 2019, p.299).

Por tudo isso, é fundamental compreender o meio ambiente em sua relação com a sociedade, adotando uma perspectiva interdisciplinar que reconheça a complexidade do tema. E é preciso, para isso, realizar uma abordagem sistêmica e holística, capaz de mostrar disposição para discutir uma nova racionalidade, que valorize a lógica ambiental em vez de se limitar à lógica econômica. Dentro desse outro entendimento do tema, como sustenta Enrique Leff (2002), epistemólogo da área ambiental e estudioso do campo, o próprio conceito de “meio ambiente” não deve se confundir com o de *natureza*, pois o meio ambiente compreenderia não só a natureza propriamente dita, mas também as construções sociais materiais e simbólicas dos seres humanos (como a cidade e a cultura urbana). Tampouco essa expressão deve se confundir com o conceito de *ecologia*, pois essa seria mais bem entendida como “uma problemática de caráter eminentemente social”, gerada e atravessada por um conjunto de processos sociais (Leff, 2002, p. 111). Nas palavras do autor:

Logo, quando falamos de meio ambiente, precisamos ampliar o nosso olhar e ver o todo: perceber seu entrecruzamento com questões sociais, culturais, políticas,

econômicas, históricas, entre outras. Este campo é complexo e deve perpassar, de modo transdisciplinar, todas as áreas de conhecimento, inclusive a da Comunicação – e do Jornalismo, seu subcampo (Moraes; Girard; Loose, 2018, p.30).

Essa ligação tão forte entre cultura e meio ambiente já vem inclusive sendo analisada em outros campos, como aquele em que atua a pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), Giselle Beiguelman², que também é artista e curadora. Na exposição *Botannica Tirannica*³, ela mostra como a botânica teve como base, para a sua nomenclatura, ideias da ciência hegemônica que estavam inclusive baseadas em um imaginário colonialista, racista, antissemita e machista. Esse preconceito de base aparece, por exemplo, nas formas pelas quais essa área da ciência se organiza como linguagem verbal e estética, tanto na nomenclatura popular quanto na nomenclatura científica das plantas, o que se pode perceber não só nas construções em latim, mas também naquelas assumidas por várias outras línguas vernáculas. Exemplos disso são nomes como “chá-de-bugre”, que remetem à violência colonial contra os indígenas, assim como nomes que remetem à escravidão africana, como “Crassula Hottentot” e “limão kaffir”. A naturalização desses termos, no entanto, mostra claramente como essa relação se dá em via de mão dupla, no sentido de se consolidar não só pela ação do ser humano, mas também por noções cientificamente infundadas. É possível fazer essa afirmação porque esses nomes botânicos e populares não são neutros: eles carregam marcas linguísticas de processos históricos de dominação (especialmente a colonização das Américas e a escravidão de povos africanos) que classificaram pessoas e territórios a partir de hierarquias raciais e culturais.

No caso de “chá-de-bugre”, por exemplo, o termo “bugre” foi amplamente utilizado no contexto colonial brasileiro como uma expressão pejorativa para designar povos indígenas, associados aí à ideia de “selvagem” ou “não civilizado”. Assim, ao nomear uma planta como

² A pesquisadora Giselle Beiguelman é professora da Universidade de São Paulo (USP), mais especificamente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU-USP). Ela atua como professora titular/associada nessa instituição, desenvolvendo pesquisas nas áreas de cultura digital, arte, memória e tecnologia.

³ A exposição *Botannica Tirannica*, de Giselle Beiguelman, foi apresentada em 2021, no contexto de suas investigações sobre memória, colonialismo botânico e relações entre natureza e tecnologia. Para acessar informações mais completas sobre a exposição (incluindo conceito, imagens e desdobramentos), o melhor caminho é a página oficial da própria artista, no qual se encontra documentação direta do projeto, que faz parte da produção em arte digital e crítica da cultura contemporânea desenvolvida pela pesquisadora: <http://www.desvirtual.com/botannica-tirannica>

“chá-de-bugre”, a linguagem cotidiana reproduz uma visão colonial que desumaniza esses povos e os reduz a categorias inferiores, naturalizando assim gestos de violência simbólica nos sistemas de nomeação. Já expressões como “Crassula Hottentot” e “limão kaffir” remetem diretamente ao contexto da colonização europeia na África. Os termos “Hottentot” e “Kaffir” (ou “kaffir”), afinal, foram usados por colonizadores para designar populações africanas de forma profundamente racista, insultuosa e desumanizante.

Quando esses termos passam a integrar nomes de plantas, portanto, evidenciam como a ciência e a cultura europeias incorporaram e perpetuaram essas hierarquias raciais até mesmo na classificação da natureza. A botânica moderna, embora baseada em critérios científicos, foi historicamente construída em paralelo aos projetos coloniais, o que explica a presença desses marcadores linguísticos. Por isso, a crítica contemporânea — tanto acadêmica quanto artística — propõe revisões nesses nomes, entendendo-os como vestígios de violência simbólica. Não se trata apenas de terminologia, mas de reconhecer como o conhecimento científico também participou de processos históricos de exclusão e dominação.

De outro ponto de vista, a pesquisadora Donna Haraway mostra que a ideia que temos sobre nós mesmos, enquanto seres humanos que vivem no planeta Terra, depende principalmente das relações que estabelecemos. O que enxergamos sobre a nossa espécie, e também sobre as outras, não existe de maneira isolada, mas se forma a partir das relações que se estabelecem mutuamente. Em livros como “Quando as espécies se encontram” (2008) e “O manifesto das espécies companheiras” (2021), ela busca entender como o mundo se constitui a partir de uma noção múltipla de identidades, gêneros e espécies, que se estabelecem e se reconfiguram. Nesse mesmo sentido, ela entende que não é possível pensar nos seres humanos como indivíduos superiores ou apartados da natureza, e destaca que são os encontros com as outras espécies, como cães e até robôs, que revelam relações de afeto, responsabilidade, poder e até coevolução.

Todos esses processos acontecem a partir de aprendizagem mútua e adaptação. Para ela, o que faz sentido é pensar na ideia de “espécies companheiras”, que se dão através de relações desierarquizantes entre as espécies — dentro das quais inclusive os chamados “animais de estimação” não são vistos como propriedade ou anexos eletivos e naturalmente subordinados em relação aos seres humanos, mas como verdadeiros parceiros em processos históricos e biológicos compartilhados. Nessa perspectiva, essas espécies são capazes de moldar, junto aos humanos, corpos e comportamentos presentes na cultura, em uma relação

chamada por ela de “natureza-cultura”: nesse caso, é preciso olhar para a relação entre sujeitos, entre sujeitos e objetos, entre sujeito e predicado; não é possível mais reconhecer apenas identidades já prontas ou formadas, ou supostas qualidades “dadas” exercendo sobre elas mais força de determinação do que aquela produzida a partir das relações. Seu manifesto, portanto, mostra que os seres se constituem uns aos outros e a si mesmos nas suas relações, e isso inclui suas buscas por alcançar uns aos outros.

Em uma das passagens, que aborda como as muletas e as cadeiras de seu pai acabaram por infundir simbioticamente os corpos de toda a família, ela destaca que um dos maiores ensinamentos que teve com a existência dele é de que “nós nunca fomos apenas ‘humanos’”. Isso aponta para uma compreensão que os seres humanos não estão necessariamente aprisionados a formas de pensamento que estabelecem separações rígidas, como aquelas que distinguem sujeito e ferramenta ou que opõem mente e matéria. A reflexão propõe que reconhecer o caráter contingente das relações e assumir as responsabilidades que emergem delas é parte do processo de construção das chamadas “espécies companheiras”. Por isso mesmo seria fundamental desenvolver uma atenção sensível à dimensão material e simbólica dos seres e dos ambientes, bem como aos vínculos que se formam e se transformam mutuamente entre eles, já que é também a partir dessas relações que se tornam possíveis os encontros entre diferentes espécies e a criação de formas plurais de existência.

Nesse contexto, é possível imaginar inclusive que a relação do Jornalismo Ambiental com o Jornalismo Cultural poderia ser especialmente benéfica, já que considera não só as relações de afetação entre esses dois paradigmas, mas principalmente um olhar diferenciado que as áreas culturais podem trazer para as questões ambientais. Para isso, no entanto, é preciso considerar que o conceito de “meio ambiente” abrange também as cidades, a urbanidade, os modos de vida contemporâneos. Considerando especialmente o contexto de mudanças climáticas e de graves problemas no meio ambiente, afinal, também se perde muito do modo humano de fazer cultura e das organizações sociais que são formadas a partir daí. E ainda mais: diante desses acontecimentos, é possível ver como as comunidades se reorganizam e operam diante da tragédia, inclusive entendendo de que forma isso se relaciona com suas tradições e modos de vida.

O exemplo do escritor e cronista João do Rio, que costuma ser fortemente lembrado apenas como um precursor do jornalismo literário no Brasil, é bastante interessante nesse sentido. Isso porque o autor também desenvolveu um papel muito importante nesse sentido de

mapear as cidades e as questões relacionadas com o meio ambiente que elas passaram a enfrentar, a partir justamente através de um viés transversal. Assumir João do Rio como um possível precursor de uma interface entre jornalismo cultural e jornalismo ambiental, neste ponto, é uma hipótese interpretativa sobretudo quando se observa o modo como sua produção jornalística captou, com agudeza, as transformações socioespaciais do Rio de Janeiro no início do século XX. Inserido no contexto das reformas urbanas “modernizantes” conduzidas por Pereira Passos, João do Rio atuou como um cronista das tensões produzidas por esse processo, revelando seus impactos não apenas culturais, mas também ambientais.

Em obras como *A alma encantadora das ruas*, o autor realiza um mapeamento sensível das ruas, das práticas sociais e dos sujeitos invisibilizados pela modernização urbana. Embora não utilize o vocabulário contemporâneo do jornalismo ambiental, sua escrita evidencia questões que hoje seriam centrais a esse campo: degradação dos espaços urbanos, insalubridade, exclusão territorial e a precarização das condições de vida nas áreas marginalizadas. Ao descrever cortiços, zonas portuárias e espaços de trabalho informal, ele revela como a reorganização da cidade implicou deslocamentos forçados, aumento da vulnerabilidade social e reconfigurações no ambiente urbano.

Sob a ótica do jornalismo cultural, João do Rio se destaca por sua atenção às práticas simbólicas, aos rituais urbanos e às formas de sociabilidade que constituem a vida cotidiana. No entanto, essas dimensões culturais estão intrinsecamente ligadas ao espaço físico e às condições ambientais em que se desenvolvem. A rua, como seu objeto privilegiado, não é apenas cenário, mas agente ativo que condiciona comportamentos, subjetividades e conflitos. Essa perspectiva aproxima sua obra de uma compreensão ampliada de ambiente, que ultrapassa a noção estritamente natural e incorpora o urbano como ecossistema complexo. Dessa forma, é possível argumentar que João do Rio antecipa uma sensibilidade que hoje orienta o jornalismo ambiental contemporâneo: a percepção de que as transformações no espaço (sejam elas motivadas por políticas públicas, interesses econômicos ou projetos de modernização) produzem efeitos profundos nas relações entre sociedade, cultura e meio ambiente.

Esse viés exige uma compreensão mais ampla do que é jornalismo cultural, que envolve também incorporar uma noção integral do conceito de cultura. Quanto a isso, há dois caminhos: o estreito, que reserva a denominação para alguns tipos ou padrões, variáveis e seletos; e o amplo, que abre o significado da palavra para abranger qualquer manifestação

humana. Nas palavras de Mariza Veloso:

No sentido amplo [...], cultura seria não apenas o que vai sobre o prato, mas o próprio prato, o que se usa para levar o alimento à boca, a abertura da boca, os barulhos pertinentes e impertinentes antes, durante e após a refeição. Parto de cócoras ou em decúbito dorsal, canjica ou canja de galinha, fralda ou camisinha de pagão; a escolha de toalhas frias ou banho morno para conter a febre [...] (Veloso, 2022, p.24)

Porém, isso não é o que de fato ocorre: com elogiosas exceções, o jornalismo contemporâneo ainda trata a questão ambiental de forma restrita, fragmentada, pouco contextualizada e marcada por um viés mercadológico. Mesmo as pautas que se dedicam à sustentabilidade, muitas vezes partem para apoiar ou justificar decisões empresariais sobre os recursos usados para o desenvolvimento, analisando a questão de forma a ressaltar o que se pode ver como simples iniciativas de mitigação. Estudos como os de Hannigan (1995) e Colombo (2010) identificam que a imprensa se preocupa em produzir notícias e narrativas sobre o meio ambiente em poucas ocasiões, e que, na maioria das vezes, isso ocorre apenas em função de eventos/acontecimentos considerados mais visivelmente importantes ou catástrofes/tragédias ambientais mais notáveis.

Mesmo diante de todas essas dificuldades, podemos perceber que o meio ambiente é um tema de crescente interesse público e relevância política, e que tem ficado cada vez mais nítido que ele requer um olhar mais amplo e complexo ante a sociedade e suas diferentes áreas de conhecimento. No plano da consciência pública, observa-se uma quase universalização do reconhecimento do problema climático. No Brasil, pesquisas recentes indicam que mais de 95% da população afirma ter conhecimento da existência das mudanças climáticas, enquanto cerca de 93% reconhecem o aquecimento global como um fenômeno real e aproximadamente 70% atribuem sua causa à ação humana. Em escala global, resultados semelhantes são encontrados em levantamentos conduzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, cujo relatório *People's Climate Vote 2024* mostra que 80% da população mundial deseja que seus governos adotem medidas mais ambiciosas de enfrentamento climático, e pelo Pew Research Center, que identifica as mudanças climáticas como uma das principais ameaças percebidas globalmente. Esses dados indicam que o tema já não se restringe ao campo especializado, mas integra o repertório cognitivo da população em geral, o que é uma condição essencial para sua configuração como questão pública.

Essa consciência é acompanhada por um elevado grau de preocupação social, que

reforça a densidade do problema. No Brasil, entre 70% e 80% dos indivíduos declaram-se preocupados ou muito preocupados com as mudanças climáticas, sendo que cerca de 73% expressam preocupação com os impactos sobre as futuras gerações. Em termos globais, pesquisas da Ipsos apontam que aproximadamente 68% das pessoas defendem ações imediatas por parte de governos e empresas, enquanto uma parcela significativa declara perceber efeitos já presentes no cotidiano. Tal cenário evidencia que o meio ambiente não apenas é conhecido, mas mobiliza afetivamente a sociedade, adquirindo aquilo que a literatura denomina “alta saliência pública”.

Já no plano do comportamento político, os dados revelam um avanço decisivo: o tema ambiental passa a influenciar decisões concretas. No Brasil, cerca de 50% dos eleitores afirmam já ter considerado propostas ambientais ao escolher candidatos, enquanto aproximadamente 86% defendem a priorização de energias renováveis e cerca de 77% concordam que, em determinadas circunstâncias, a proteção ambiental deve prevalecer sobre o crescimento econômico. Esses números indicam que a pauta ambiental deixou de ser periférica e passou a atuar como variável estruturante na formação de preferências políticas, influenciando tanto o voto quanto o apoio a políticas públicas.

Essa centralidade do tema também se evidencia na agenda midiática, aspecto fundamental à luz da teoria do agenda-setting. Desde os anos 1990, a cobertura jornalística sobre mudanças climáticas apresenta crescimento consistente, com picos associados a eventos internacionais de grande visibilidade, como o Acordo de Paris e as conferências climáticas anuais (COPs), como a COP26. No contexto brasileiro, episódios como o aumento das queimadas na Amazônia e eventos climáticos extremos ampliaram significativamente a presença do tema nos meios de comunicação. Relatórios do Observatório do Clima indicam que a pauta ambiental deixou de ser episódica para se tornar recorrente e estruturante, atravessando editorias diversas (economia, política, internacional), o que reforça sua inserção no núcleo da agenda pública.

Outro indicador robusto é o crescimento da produção científica. A área de Ciências Ambientais figura entre as que mais se expandem globalmente. Bases como *Scopus*⁴ e *Web of Science*⁵ registram um aumento exponencial no número de publicações sobre “climate

⁴ <https://www.scopus.com>

⁵ <https://www.webofscience.com>

change” a partir dos anos 2000, com dezenas de milhares de artigos publicados anualmente. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, por sua vez, sintetiza periodicamente milhares de estudos científicos, consolidando o tema como um dos mais dinâmicos e relevantes da agenda acadêmica global. Esse crescimento não apenas reflete o interesse científico, mas também contribui para legitimar publicamente a questão ambiental.

No plano da institucionalização política, a relevância do tema se traduz na criação de marcos normativos e estruturas de governança. O Acordo de Paris foi ratificado por praticamente todos os países do mundo, estabelecendo metas globais de redução de emissões. A pauta climática tornou-se central na agenda da Organização das Nações Unidas, especialmente no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Brasil, políticas como a Política Nacional sobre Mudança do Clima e compromissos internacionais reforçam essa institucionalização. Trata-se de um processo no qual a questão ambiental é incorporada a estruturas formais de decisão, adquirindo caráter de política de Estado.

Por fim, um elemento qualitativamente decisivo é a interiorização dos impactos ambientais no cotidiano social. Pesquisas indicam que a população já associa mudanças climáticas a fenômenos concretos como aumento do custo de vida, encarecimento de alimentos, crises energéticas e intensificação de eventos extremos. Esse deslocamento — de um problema percebido como distante para um problema vivido — amplia significativamente sua capacidade de mobilização e reforça sua centralidade na experiência social contemporânea.

Em síntese, a articulação desses dados permite afirmar que o meio ambiente atingiu o estatuto de questão pública estruturante, caracterizada por: (i) ampla difusão cognitiva (com níveis de reconhecimento superiores a 90%); (ii) elevada intensidade de preocupação (entre 70% e 80% da população); (iii) impacto direto sobre o comportamento político (incluindo o voto); (iv) centralidade na agenda midiática; (v) crescimento exponencial da produção científica; (vi) forte institucionalização normativa em escala global; e (vii) crescente percepção de seus efeitos no cotidiano. Trata-se, portanto, de um tema que combina saliência cognitiva, densidade afetiva e eficácia política, atributos que definem as grandes questões públicas do nosso tempo.

Essa mudança de olhar — que precisaria incorporar mais a perspectiva holística, sistêmica, integradora e complexa — fundamenta uma nova racionalidade que questiona a lógica meramente econômica, aquela determinante no sistema produtivo capitalista, baseado

apenas no lucro e na rentabilidade, e passa a incorporar um conjunto de valores e critérios que reorientam a realização de propósitos ambientais positivos. Nessa linha, o critério ambiental passa a ser considerado como um parâmetro de peso, importante nas tomadas de decisão de políticas públicas e econômicas em todo o âmbito social, como deixa claro Fritjof Capra, no seu já clássico “O ponto de mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente”:

Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece (Capra, 2006, p. 14).

Os jornalistas ambientais, portanto, devem se dedicar a entender de que maneira o jornalismo parte de temas específicos para reconhecer, identificar e visibilizar as suas singularidades, transversalidades e interdependências com os demais temas. Quando o olhar do jornalismo parte do ambiente, fica muito mais possível detectar as implicações econômicas, sociais e políticas do tema. Assim, a prática do nosso Jornalismo Ambiental busca a transformação, a mobilização e o debate qualificado em prol da sustentabilidade plena (Girardi *et al.*, 2012, p.88).

As vantagens de fazer esse alinhamento incluem refletir sobre como os impactos ambientais provocam mudanças de cultura e como essas mudanças culturais também geram impactos ambientais. Além disso, busca entender como de igual importância a valorização das pessoas, dos lugares, dos animais e das florestas, como elementos significativos e que precisam estar presentes nas reflexões sobre essas questões. Outro aspecto fundamental desse novo alinhamento implica em compreender que, para narrar tragédias e desastres, seria sempre fundamental ser capaz de ir além do que parece apenas mais urgente — ainda que, para isso, seja necessário se aprofundar sobre o tipo de olhar complexificado que o campo da cultura pode oferecer.

3.5 O PAPEL DA SUBJETIVIDADE

Um jornalismo que reforce o papel da subjetividade parece ser especialmente importante para se entender visões que deslocam o sujeito. Esse tipo de jornalismo tomou mais força com o Novo Jornalismo, como explorado neste trabalho, mas também por conta de uma crise no conceito de objetividade, bastante presente no século XX, a partir da qual se passa a entender que a linguagem e os enquadramentos trazem visões de mundo. Muniz

Sodré, um dos principais teóricos da Comunicação no Brasil, entende que a ideia da objetividade foi construída como um mito que traria esse conceito como sendo neutro e natural - o que, no entanto, não é bem a realidade nem da prática nem das organizações empresariais, que sistematicamente trazem também seus próprios interesses para as pautas. É nesse sentido que o teórico chama a atenção para a importância de se assumir que a comunicação, inclusive dentro do jornalismo, nunca é simplesmente “dada” ou “neutra”:

Comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como uma entidade agregada, mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem (Sodré, 2014, p. 214).

Ao pensar a pauta, Fabiana Moraes investiga como a constituição da mesma se relaciona no mundo, considerando que ela nasce em uma base racializada, generificada, hierarquizada e que se percebe como fiadora de uma humanidade e de uma verdade universal. E é a partir dessa lógica que a autora começa a pensar, no caso da crítica feminista, como o sujeito jornalista pode — e deve — se posicionar de forma mais explícita para se contrapor à permanência da ideia de um “Homem universal” em pleno século XXI, e que segue ditando as normas de produção dominantes do conhecimento do jornalismo. É o que enfatiza, por exemplo, Margareth Rago:

As teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como *efeito* das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas (1998, p.4).

Alijada da objetivação jornalística durante bastante tempo por não ser considerada “prenhe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade já foi muito suprimida não apenas na linguagem, que visava à impessoalidade no discurso para assegurar uma pretensa “neutralidade”, uma “totalidade” e ainda um valor de verdade. Foi suprimida também a partir da falta de reflexões críticas sobre as práticas jornalísticas - tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos que predominaram no campo da Comunicação.

Ao propor um jornalismo que valoriza a subjetividade, estamos também reforçando os aspectos ambientais e culturais já citados. Isso porque, conforme as pesquisadoras Moraes e Veiga explicam, é assim que é incitada uma subversão dos modos de objetivação jornalística capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico na qual ela também se

baseia. Nessa perspectiva, subjetivo e objetivo não se excluíam, mas, antes de tudo, se complementarizam — apesar da tendência a se conferir maior legitimidade social ao último.

Assim, tanto os elementos presentes na concepção de uma reportagem quanto aqueles que foram descartados são sempre escolhas políticas e, sim, também arbitrárias. Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e deshierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos. Toda pauta é uma arma e, sendo assim, toda pauta também pode ser uma arma de combate: ela pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir (Moraes, 2022, p.10).

A decisão de se assumir a subjetividade à qual nos referimos nesse outro modo de fazer jornalismo se traduziria, para Moraes, em mudanças muito perceptíveis. Algumas, por exemplo, podemos citar: a necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e em especial daqueles que são por eles enquadrados; a obrigatoriedade de levarmos em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); a procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem mais concretamente nas pessoas e em como são devolvidas ao mundo; a fissura de representações previamente dadas (ou dos “fatos” previamente dados); finalmente, uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas, que privilegia narrar o Outro a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante. É nesse sentido que também percebemos a importância de o jornalismo incluir vozes cada vez mais plurais e que proporcionem um aprofundamento sobre os dilemas e a cultura de cada região - falando especificamente do caso da Amazônia e dos povos indígenas, isso se mostra ainda mais crucial.

As dificuldades de se fazer uma abordagem transversal e de buscar desenvolver um olhar sistêmico no jornalismo diário, no entanto, são mais que notáveis e até mesmo dramáticas. O que não significa que esses obstáculos devam determinar uma mudança de rota ou mesmo uma desistência de se buscar esse caminho. Pelo contrário: o desafio que precisa ser enfrentado consiste exatamente em aprender a “jogar o jogo” - mas, ao mesmo tempo, ir além da superfície dos temas envolvidos em uma reportagem e conseguir se aprofundar no assunto em foco, sob pena de se fazer um jornalismo sem interesse nem verdadeira relevância social (Moraes, 2021, p.48). Para Moraes, as características desse jornalismo são: reflexividade contínua sobre ensino e prática; crítica aos valores-notícia; capacidade criativa/criadora; dimensão ativista e sensibilidade hacker; interseccionalidade.

Na dimensão de reflexividade contínua sobre ensino e prática, a pesquisadora e jornalista propõe um campo que se faça do exercício de contínua criticidade sobre o pensar-fazer no jornalismo, acompanhando os fenômenos sociais que ocorrem no mundo e não se precipitando em leituras superficiais da realidade. Além disso, ela evoca pesquisadoras como Sylvia Moretzsohn (2007) e Serelle (2018) para defender uma “suspensão do cotidiano” com função social, em que os jornalistas tenham a rotina criativa estimulada mesmo diante de um cenário contemporâneo, que a princípio não seria compatível com a pressa e o ineditismo da área.

Desse modo, as reportagens também poderiam conter em si características reflexivas sobre a prática jornalística. Esse material seria formado a partir da relação entre texto e paratexto e da humanização do próprio repórter. Assim, tanto na prática quanto no ensino do jornalismo, a reflexividade contínua aparece como condição para uma atuação mais crítica, responsável e comprometida com a vida cotidiana que constitui o próprio material do trabalho jornalístico.

No que diz respeito à crítica aos valores-notícias, a pesquisadora aponta elementos que parecem fazer parte das premissas do jornalismo — mas que, na prática, são aplicados de forma bastante arbitrária e um tanto confusa. Ao elaborar quais são os critérios que transformam o acontecimento em notícia e suas implicações, ela questiona sobre como os atributos de personalidades, proximidade e novidade são usados e de que maneira eles são distorcidos pela falsa noção de imparcialidade. Esses critérios, como explica, sempre contém (e com frequência escondem) subjetividades e escolhas editoriais.

Nesse sentido, ela explica como ideologias como racismo, classismo, cissexismo, machismo, preconceito de origem e do saber não canônico moldam e moldaram e ainda guiam fortemente esses valores-notícias. No que diz respeito a personalidades, por exemplo, a importância sempre se deu guiada por noções como “status” e “elite”; no que diz respeito à proximidade, países de igual distância são levados em conta com pesos diferentes, em função do poder que exercem sobre o país no qual aquele jornalismo é praticado — como exemplo disso, ela cita os diferentes tratamentos para crimes que ocorrem na Europa e África. Pensando por esse aspecto, o problema do orientalismo faz ainda mais sentido e se encaixa nessas distorções. Já no que diz respeito à novidade, no entanto, ela questiona como a repetição e a ausência de mudanças pode, por si só, representar um fator digno de noticiabilidade.

Na categoria de capacidade criativa/criadora, a pesquisadora defende que a produção jornalística se qualificaria a partir de uma perspectiva artística e de elaboração estética. Ela explica que esse processo inclusive já aconteceu de maneira inversa, com a arte contemporânea aproveitando características do jornalismo: é o que indica Cramerotti (2009), sinalizando que nas últimas décadas foram incorporados à arte contemporânea métodos investigativos típicos do jornalismo, como pesquisa de campo, entrevistas, análise de documentos e uso de mapas e gráficos.

Essa aproximação evidencia uma nova e forte simbiose entre jornalismo e arte, na qual práticas investigativas e formas expressivas se cruzam. Nesse sentido, a arte aparece como um caminho para ampliar a dimensão subjetiva do jornalismo, fortalecendo sua relação com o contexto social e contribuindo para restaurar sua credibilidade e ampliar o diálogo com o público.

A “dimensão ativista ou sensibilidade hacker”, por sua vez, coloca em foco a falsa dicotomia entre “o bom jornalismo” e o “jornalismo engajado”. Moraes (2022) indica que essa é uma simplificação que reduz o jornalista, e entende que é preciso engajar-se, antes de tudo, em uma prática que reúna boa apuração e enquadramentos que busquem falar para além de estereótipos, de modo a desnaturalizar práticas entranhadas que se baseiam no classicismo, no racismo e no machismo da sociedade. Essa oposição, no entanto, foi historicamente reforçada pela própria instituição da imprensa, que passou a associar o “bom jornalismo” àquela suposta “neutralidade” e a relegar o que foi chamado de “engajamento” a uma posição inferior, como se a defesa mais explícita, assumida e consciente de determinadas causas compromettesse a qualidade do trabalho. Em sua perspectiva, no entanto, a notícia e a reportagem podem ser meios de questionar estruturas de poder e denunciar desigualdades, contribuindo para tornar mais visíveis as violências e opressões.

A pesquisadora parte da ideia de que o jornalismo possui um caráter transformador e que sua função social envolve também reclamar humanidades e promover posicionamentos críticos diante de injustiças. Assim, o engajamento não significa abandono do rigor, mas justamente uma combinação entre apuração aprofundada e enquadramentos capazes de desnaturalizar estereótipos e estruturas de exclusão. Nesse contexto, surge a noção de “sensibilidade hacker”, aproveitando conceitos de Russell, para entender como a interação ampliada entre jornalistas e públicos em rede ganha protagonismo e ajuda a redesenhar caminhos. Inspirada em práticas do “hacktivismo”, essa sensibilidade envolve valores como

colaboração, abertura, circulação de informações, interpretação baseada em evidências e compromisso com o interesse público. E ela se manifesta tanto em práticas investigativas ligadas ao vazamento e à análise de dados como, também, em novas formas de participação e coprodução de conteúdo entre jornalistas e audiência. No campo do jornalismo investigativo contemporâneo, por exemplo, tanto o caso Edward Snowden quanto a chamada “Vaza Jato” podem ser compreendidos como exemplos paradigmáticos de práticas jornalísticas baseadas em vazamento massivo de dados (*leaks*) e na subsequente análise sistemática de grandes volumes de informação digital. No primeiro caso, os documentos revelados por Snowden em 2013 expuseram programas globais de vigilância eletrônica operados pela NSA e por agências parceiras, inaugurando um debate internacional sobre privacidade, segurança e governança de dados, e mobilizando jornalistas em torno da leitura e interpretação de bases documentais altamente complexas. Já a “Vaza Jato”, a partir de 2019, tornou-se um marco do jornalismo de dados e da investigação baseada em mensagens e registros digitais, ao trazer à luz, por meio de vazamentos de comunicações entre membros da força-tarefa da Operação “Lava Jato”, possíveis irregularidades processuais e articulações entre atores do sistema de justiça. Em ambos os casos, o elemento central não reside apenas no ato do vazamento em si, mas na capacidade jornalística de organizar, verificar, contextualizar e interpretar grandes conjuntos de dados digitais, caracterizando uma inflexão importante nas metodologias do jornalismo investigativo contemporâneo. Para autores como Christofoletti, essa “ética hacker” pode contribuir para renovar o jornalismo, fortalecendo relações mais transparentes, colaborativas e participativas com o público em um contexto de crise de credibilidade da imprensa. É o que reforça Moraes (2022):

Entendo que a sensibilidade e a atuação hacker podem se dar para além do uso ou do domínio de programações e técnicas associadas a uma tecnologia física: penso-a como uma atitude posicionada relacionada ao conhecimento do funcionamento interno (o software?) dos veículos de imprensa, uma atenção às suas especificidades e possíveis barreiras de forma a conseguir, em diferentes graus, driblá-las. Essa sensibilidade também está relacionada à produção reflexiva do material noticioso: ele pode muitas vezes subverter o que o próprio veículo costuma produzir. Quero dizer que a sensibilidade hacker é antes de tudo um posicionamento reflexivo da jornalista, que pode se utilizar de maneira tática dos meios nos quais atua para produzir contranarrativas e desestabilizar naturalizações.

Por último, a característica de interseccionalidade reforça a necessidade de se observar criticamente as representações midiáticas a partir do cruzamento de diferentes formas de

opressão e estigmatização. A pesquisadora entende que desigualdades sociais não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e se reforçam de forma mútua, em especial com relação a grupos historicamente marginalizados. Aplicada ao campo jornalístico, a interseccionalidade de que fala Patricia Hill Collins ajuda a examinar como essas múltiplas desigualdades aparecem nas narrativas da imprensa, revelando representações problemáticas e estereotipadas com frequência direcionadas justamente aos grupos já mais atravessados por discriminações. Nesse sentido, ela funciona como um “espelho retrovisor”, permitindo olhar criticamente para produções passadas e compreender como certos enquadramentos reforçaram hierarquias sociais ou invisibilizaram experiências.

Essas categorizações também ajudam a entender o Jornalismo Ambiental de caráter abertamente militante — considerando que essa é uma crítica, como vale lembrar, que se ergue com frequência inclusive contra o trabalho de Eliane Brum, já que ela incorpora na sua trajetória muito desse ativismo. Está claro, no entanto, que ela o faz de forma consciente, entendendo que é preciso superar um ideal iluminista e “esclarecedor” para reexaminar o que havia, em sua base, de ampla desconsideração de certos grupos sociais, povos, culturas e saberes menos prestigiados.

Nesse sentido, podemos compreender o caráter “militante” justamente por sua capacidade de abrir uma cartela de elementos que tocam no bem-comum, na cidadania e na lógica socioambiental como forma de compreender o impacto da ação humana em qualquer conexão local-global que pensemos em fazer. Trata-se, portanto, de sustentar essa abordagem tão necessária e pertinente de temas como cidadania e justiça. E isso perpassa também as possibilidades de abordagem de outros temas tão diversos como saúde, educação, história, relações de poder, legislação, sobrevivência, diversidade, respeito e outros tantos. A contribuição do jornalista André Trigueiro (2003, 2012) sobre o assunto, neste ponto, deve ser lembrada, quando deixa claro que não há terreno para neutralidade ao se falar de poluição, do mesmo modo que nenhum jornalista defenderia abertamente a corrupção.

Sobre esse ponto, ainda é preciso dizer: embora sempre tenha existido no campo jornalístico a regra do “equilíbrio informativo”, segundo a qual os jornalistas devem ouvir os diferentes argumentos sobre uma questão de modo a não induzir os leitores a assumirem a perspectiva de apenas um dos lados, tal situação deve ser ponderada mediante a força da representatividade que cada um dos lados apresenta. No caso das mudanças climáticas, por

exemplo, deveria ser imperativo considerar que os céticos/negacionistas equivalem apenas a uma minoria da comunidade científica.

Não há, nesse sentido, nenhuma concepção humana ou ecológica que nos permita fechar os olhos aos danos que modificam a vida no planeta em escala jamais vista, algo impossível de ser pensado de forma fragmentada ao enfrentarmos o cenário que a humanidade costura inclusive a partir de suas práticas agrícolas e de seus modos de produção de alimentos, assim como na sua fome, pobreza e riqueza, nas maneiras de exploração da vida em todas as suas manifestações, no acúmulo de resíduos, nas alterações do clima, em suas pressões e alterações na legislação de proteção, nas migrações e nos deslocamentos forçados de povos originários, nas catástrofes, nas doenças e epidemias cada vez mais vastas. Nenhuma dessas temáticas existe sem profunda interligação com a(s) outra(s).

Nesse espaço está a base do pensamento socioambiental, a mesma base sobre a qual o Jornalismo Ambiental pode ser entendido — e que é, portanto, a de um campo privilegiado de trabalho e de vivência da reportagem em sua matriz mais plena. Compreender a subjetividade do jornalista, por isso, inclui considerar seu corpo e seu olhar localizados no mundo, e ainda ajuda a entender estas questões: o jornalismo em primeira pessoa feito nas queimadas da Amazônia traz o cheiro da fumaça, da mesma forma que aquele que é feito em meio às enchentes de Porto Alegre é afetado pelas águas que cercam a cidade.

Assumir a subjetividade na abordagem jornalística, no entanto, não deve se confundir de modo algum com a prática de um jornalismo que não faz uso das pesquisas científicas, que abandona a busca por imparcialidade ou que não se dá ao trabalho de procurar e consultar fontes oficiais. Essas são práticas que permanecem relevantes, mas que são colocadas ao lado de outros aspectos que passam a ter a importância também reconhecida e mesmo ressaltada: é o caso, por exemplo, de buscar considerar também as lideranças indígenas, suas explicações sobre o mundo, os aspectos da vida cotidiana que se apresenta ao redor do meio ambiente e as crenças que vão se alterando a partir do forte impacto trazido pelo Antropoceno. E tampouco esse tipo de jornalismo deve se confundir com uma prática profissional nessa área que apenas prioriza o “eu”.

Nesse sentido, vale evidenciar que o entendimento do “subjetivo” jamais deve ser balizado a partir unicamente de um “eu”, aquilo o que a repórter sente e expressa, a forma como a profissional é afetada e posteriormente entrega, via produto jornalístico, essa afetação. Quero dizer que subjetividade não pode ser percebida como algo apenas do âmbito individual, como infelizmente tenho visto em alguns trabalhos que, inclusive, se referem à perspectiva de um jornalismo de subjetividade. Este deve ser compreendido nos planos individual e coletivo (Moraes, 2022, p.12).

Há, portanto, uma responsabilidade e uma ética ligadas às escolhas sobre os caminhos a se trilhar no jornalismo e às consequências dessas decisões. A associação entre racionalidade capitalista e racionalidade científica e tecnológica, por exemplo, busca a previsibilidade e o controle da realidade, uma desejada “eficácia” entre meios e fins. Essa racionalidade, assim, se torna um instrumento de domínio da natureza. Por isso, são propostos aqui novos valores e uma nova consciência, trazidos pelo saber ambiental, que deve se dirigir a um horizonte de necessária mudança social (Leff, 2010). Ou, como destaca Trigueiro:

O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de Comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza (Trigueiro, 2005, p. 300).

Essa importância da subjetividade na abordagem das questões ambientais aparece destacada, por exemplo, por Davi Kopenawa. Apesar de não ter se proposto a fazer um trabalho jornalístico, mas de não ficção, seu livro “A queda do céu” se baseia justamente na necessidade de deixar os povos indígenas apresentarem suas próprias racionalidades. Ressalta, ainda nesse contexto, a importância que ele mesmo passa a ver na palavra escrita inclusive para garantir que as mensagens de Omama que foram internalizadas pelos povos indígenas dentro de uma longa tradição oral cheguem a ser ouvidas e guardadas também na memória dos brancos. Ou, como ele explicita:

Omama não nos deu nenhum livro mostrando os desenhos das palavras de *Teosi*, como os dos brancos. Fixou suas palavras dentro de nós. Mas, para que os brancos as possam escutar, é preciso que sejam desenhadas como as suas. Se não for assim, seu pensamento permanece oco. Quando essas antigas palavras apenas saem de nossas bocas, eles não as entendem direito e as esquecem logo. Uma vez coladas no papel, permanecerão tão presentes para eles quanto os desenhos das palavras de *Teosi*, que não param de olhar. Isso talvez os faça dizer: “É verdade, os Yanomami não existem à toa. Não caíram do céu. Foi *Omama* que os criou para viverem na floresta (Kopenawa, 2010, p.91).

É importante dimensionarmos bem o olhar registrado por esse autor, porque as questões que atravessam as pessoas indígenas costumam ser apresentadas exatamente por um tipo de olhar exotificante que já foi apontado aqui. A indignação de Kopenawa, assim, que se estende ao longo do livro, também vai passando por um processo de compreensão do quanto é possível se comunicar encontrando as formas mais subjetivas de narrar essa história, tantas vezes vista pelo olhar de terceiros. É uma percepção que Brum também traz ao longo de sua obra, como ela deixa claro nestas considerações:

Cabe explicar o que considero escuta, na minha opinião a principal ferramenta de um jornalista. Antes de alcançar uma outra pessoa, busco me esvaziar de mim — minha visão de mundo, minhas crenças, meus preconceitos. É óbvio que esse esvaziamento não é completo, porque é impossível abandonar um corpo cultural inteiro. Mas o movimento é fundamental. É o que me faz permitir que a narrativa de outre ocupe o meu corpo como narrativa de outre, e não a narrativa de outre distorcida por aquilo que minhas crenças ou meus preconceitos não me permitem escutar. Se não é assim, não alcanço essa outra experiência de existir (Brum, 2021, p.65).

Portanto, seria interessante ampliar o pensamento de Morin também para a prática jornalística, principalmente em um contexto tão crítico quanto esse. Para o autor, a sociedade passou a viver um momento histórico em que o impacto da crise ambiental deve levar a humanidade a buscar o respeito às diferenças culturais de forma unificada. “Se a humanidade não conseguir realizar essa unidade, correrá com certeza o risco de se autodestruir em todos os planos: político, biológico e, ousado mesmo dizer, vital” (Morin, 1997, p. 60).

Esse esforço unificado de que Morin fala, no entanto, não deve significar mais nenhum tipo de pressão homogeneizadora em torno de um só padrão de civilização ou cultura. Pelo contrário: o centro desse esforço coletivo para deter o avanço da crise ambiental demandaria um aprofundamento das formas de convivência considerando mais seriamente a diversidade de povos, culturas, linguagens e narrativas. Por isso mesmo é que se torna cada vez mais urgente e vital um esforço também coletivo de refinar e aprofundar um tipo de jornalismo mais capaz de criar pontes entre os seres humanos das mais diversas culturas e mesmo dos seres humanos em relação às outras espécies – inclusive para sustentar não só seu espaço, mas sua maior atualidade e relevância na sociedade contemporânea.

4 NARRATIVAS EM DISPUTA DE SENTIDO

O arcabouço teórico-metodológico que sustentará a análise de *Banzeiro Òkòtó* articula autores que permitem compreender a narrativa jornalística como prática situada, dialógica e configuradora de sentidos. Para isso, o trabalho parte de Antonio Gramsci para situar o jornalismo no campo das disputas hegemônicas, reconhecendo que toda narrativa está inserida em relações de poder e atua na construção de consensos sociais. Em seguida, traz para a discussão Mikhail Bakhtin para evidenciar que o discurso jornalístico é internamente plural, atravessado por múltiplas vozes que se tensionam e se hierarquizam, desestabilizando a ilusão

de neutralidade. Já a partir de Paul Ricoeur, a dimensão formal da narrativa é aprofundada, mostrando como a intriga organiza o tempo e transforma acontecimentos dispersos em totalidades inteligíveis, já que sua teoria das três mimeses permite compreender melhor a narrativa jornalística como mediação entre experiência vivida e sentido construído.

Essa base é complementada com Luiz Gonzaga Motta, que oferece ferramentas operacionais para análise crítica da narrativa jornalística, destacando a construção de intrigas, conflitos, personagens e estratégias argumentativas. Por fim, é construído um diálogo com Aleida Assmann para pensar a relação entre narrativa e memória cultural, mostrando que narrar é também lembrar — e que toda memória é seletiva, funcional e disputada. Esse enquadramento teórico revela que a narrativa jornalística não apenas informa, mas constrói realidades, organiza temporalidades e participa ativamente da produção simbólica do mundo social.

4.1 SOBRE UMA LINHAGEM TEÓRICA ARTICULADA

Quando se busca abordar caminhos para uma análise da narrativa, algumas contribuições teóricas merecem ser olhadas com especial atenção — e não só pela influência que têm exercido ao longo do tempo, mas também pelo percurso diferenciado e relativamente complementar que constituíram para os estudos da narrativa em seus diferentes níveis possíveis de análise. Pensar a narrativa jornalística hoje, afinal, exige ultrapassar tanto uma visão estritamente técnica da reportagem quanto uma concepção ingênua de objetividade. É preciso reconhecer melhor, ao contrário, que a notícia, a crônica, a grande reportagem e mesmo os formatos híbridos contemporâneos são formas narrativas que organizam a experiência social, disputam sentidos e produzem inteligibilidade sobre o mundo.

Nesse contexto, a articulação entre Antonio Gramsci, Mikhail Bakhtin e Paul Ricoeur oferece um primeiro eixo teórico particularmente fértil para compreender o jornalismo como prática narrativa situada, estruturada e significativa. Mais do que uma simples justaposição de autores, portanto, o que busco mostrar é um percurso que vá do nível mais amplo e sociológico da produção de sentidos, em Gramsci, passando pela dinâmica interna da linguagem e das vozes, em Bakhtin, até alcançar, em Ricoeur, a análise da configuração narrativa como operação fundamental de construção do tempo e da experiência.

Partindo de Gramsci, já é possível estabelecer que o jornalismo pode ser

compreendido, antes de tudo, como um campo estratégico na disputa pela hegemonia cultural. Ao deslocar a análise do poder para o terreno das práticas culturais e discursivas, Gramsci permite entender que a notícia não é apenas um reflexo da realidade, mas um instrumento ativo na construção de consensos sociais. Os meios de comunicação funcionam como aparelhos privados de hegemonia, nos quais determinadas visões de mundo são naturalizadas enquanto outras são marginalizadas. Nesse sentido, a narrativa jornalística opera como uma forma de mediação que organiza o real segundo valores, enquadramentos e hierarquias que tendem a favorecer determinados grupos sociais. E, nesse sentido, é lógico que o jornalista pode ser pensado como um tipo específico de intelectual — não necessariamente no sentido erudito e relativamente distanciado do tumulto dos dramas diários, mas como um agente que participa de forma especialmente ativa e atenta da produção e da circulação de sentidos socialmente relevantes.

Essa perspectiva implica reconhecer que toda narrativa jornalística está inserida em uma trama de forças sociais que condiciona tanto o que pode ser dito quanto a forma como será dito. Portanto, é necessário admitir que a seleção dos acontecimentos, a definição do que é notícia, a escolha de fontes e a construção de enquadramentos narrativos são operações sistematicamente atravessadas por relações de poder. Assim, antes mesmo de analisar a estrutura interna de uma reportagem, é preciso situá-la no interior de um campo de disputas simbólicas no qual se definem os limites do dizível e do visível. E é precisamente nesse nível que Gramsci oferece a base para uma crítica do jornalismo enquanto prática social e política e uma desmistificação da sua suposta “neutralidade”.

Se Gramsci permite compreender o jornalismo em sua dimensão externa e estrutural, já é possível adiantar que Bakhtin, por sua vez, desloca o foco para o interior da linguagem, mostrando que a narrativa não é um bloco homogêneo, mas um espaço de interação entre múltiplas vozes. Ao introduzir conceitos como dialogismo, polifonia e heteroglossia, em especial nos seus estudos sobre a estrutura do romance de Dostoiévski, Bakhtin (1983) oferece ferramentas decisivas para analisar também como o discurso jornalístico é constituído por uma pluralidade de enunciados que se cruzam, se tensionam e se respondem mutuamente. E isso porque, mesmo nos textos que aspiram à objetividade, como a notícia tradicional, é sempre possível identificar a presença de diferentes vozes sociais (tais como fontes oficiais, especialistas, testemunhas locais, narradores mais institucionais ou mais autônomos, entre outros).

É notório que, no jornalismo, essa multiplicidade de vozes é frequentemente organizada de modo a produzir um efeito de equilíbrio ou imparcialidade. Justamente por isso é que a perspectiva bakhtiniana se mostra tão útil: ela permite ir além dessa aparência, evidenciando que nem todas as vozes ganham ali o mesmo peso ou a mesma autoridade. E, nesse sentido, a tradicional hierarquização dos discursos — por exemplo, dando primazia às fontes institucionais em detrimento das vozes populares — revela um processo de seleção e ordenamento que dialoga diretamente com a dimensão hegemônica apontada (e denunciada) por Gramsci. Assim, Bakhtin contribui para desnaturalizar a forma do texto jornalístico, mostrando que sua aparente neutralidade é, na verdade, o resultado de uma organização específica de vozes sociais em interação que tende a favorecer um grupo já socialmente privilegiado. Além disso, o conceito de heteroglossia criado por Bakhtin (1983) também se mostra bastante relevante para se pensar o jornalismo contemporâneo, já que este é cada vez mais marcado pela circulação de discursos em múltiplas plataformas e registros. A linguagem jornalística, como se sabe, incorpora termos técnicos, jargões institucionais, expressões populares e discursos especializados, compondo um tecido linguístico heterogêneo que reflete (e também organiza e interpreta) a diversidade social. Nesse sentido, o autor permite compreender o jornalismo como um espaço de negociação discursiva, no qual diferentes formas de falar o mundo são necessariamente colocadas em relação.

É com Ricoeur, entretanto, que a análise da narrativa jornalística alcança seu nível mais propriamente formal e específico. Ao desenvolver uma teoria da narrativa centrada na noção de configuração, Ricoeur mostra que narrar é, fundamentalmente, organizar eventos em uma trama coerente, dotada de sentido. No jornalismo, essa operação é evidente: fatos dispersos são selecionados, encadeados e apresentados de modo a formar uma história inteligível para o público. A narrativa jornalística, portanto, não apenas relata acontecimentos, mas os configura, atribuindo-lhes causalidade, temporalidade e significado. A contribuição de Ricoeur, por isso mesmo, é decisiva para compreender como o jornalismo transforma o fluxo caótico do real em uma sequência narrativa compreensível. Ao articular passado, presente e futuro em uma estrutura narrativa, o texto jornalístico produz uma forma específica de temporalidade, na qual os acontecimentos são interpretados à luz de suas consequências e de suas possíveis evoluções. Essa reconfiguração do tempo é central para o funcionamento do jornalismo, especialmente em coberturas prolongadas, nas quais os fatos são continuamente reinterpretados à medida que novos elementos surgem. Outro aspecto fundamental da teoria

ricoeuriana é a noção de identidade narrativa. No contexto jornalístico, ela permite pensar como indivíduos, grupos e instituições são construídos como personagens ao longo do tempo. Figuras públicas, por exemplo, são narrativamente constituídas por meio de uma série de relatos que, cumulativamente, produzem uma identidade reconhecível. O mesmo vale para eventos complexos, como crises políticas ou desastres, que ganham unidade e sentido através de sua narrativização.

Ao articular Gramsci, Bakhtin e Ricoeur nesse percurso — do sociológico ao linguístico, e deste ao narrativo-formal —, este trabalho busca articular uma visão teórica mais abrangente da narrativa jornalística. Se Gramsci evidencia que toda narrativa está inserida em disputas de poder, Bakhtin mostra que essa narrativa é internamente plural e dialogicamente estruturada e Ricoeur, por fim, revela como essa pluralidade é organizada em uma forma que produz sentido e inteligibilidade. Juntos, esses autores permitem pensar o jornalismo não apenas como prática de informação, mas como atividade especialmente complexa e influente de construção simbólica do mundo social.

Esse enquadramento teórico parece particularmente relevante em um cenário marcado pela crise de confiança nos meios de comunicação e pela proliferação de narrativas concorrentes e cada vez mais apressadas e rasas nas redes digitais. Indo em um sentido deliberadamente oposto a esse, julgo que reconhecer o caráter construído, plural e disputado da narrativa jornalística aponta para uma prática mais reflexiva e crítica, capaz de lidar com a complexidade do real sem recorrer a simplificações ou ilusões de neutralidade. Nesse sentido, a articulação entre Gramsci, Bakhtin e Ricoeur não apenas enriquece a teoria da narrativa, mas também oferece instrumentos valiosos para repensar o papel do jornalismo na contemporaneidade.

É nesse horizonte que essa articulação teórica também se mostra particularmente produtiva para a leitura de *Banzeiro Òkòtó*, de Eliane Brum. A partir de Gramsci, pode-se investigar como a obra se insere nas disputas pela construção de narrativas sobre a Amazônia, confrontando discursos hegemônicos desenvolvimentistas. Já com Bakhtin, torna-se possível observar a forma como múltiplas vozes (indígenas, ribeirinhas, institucionais, científicas e da própria narradora) são colocadas em relação, muitas vezes tensionando hierarquias tradicionais do discurso jornalístico. Por fim, com Ricoeur, pode-se analisar como essas vozes e experiências são configuradas numa trama que reorganiza o tempo, a memória e a identidade dos sujeitos e do território. Ainda que apenas em linhas iniciais, esse

enquadramento sugere um caminho promissor para avaliar a singularidade do projeto narrativo de Brum, especialmente no modo como ele articula engajamento político, escuta radical e elaboração formal.

4.2 MULTIPLICIDADE E DISPUTA DE VOZES: GRAMSCI E BAKHTIN

O entendimento dos conflitos vivenciados por Eliane Brum em como narrar a Amazônia está em consonância com a ideia de hegemonia e contra-hegemonia de Gramsci, entendendo que a jornalista percebe os limites do jornalismo tradicional e tenta extrapolá-los justamente para se conectar a uma perspectiva menos usual e da classe dos “dominados” — que, no caso da Amazônia, são os povos indígenas. Afinal, como Gramsci percebe, a classe dominante é hegemônica porque controla a produção cultural e, através dela, se enraíza.

O entendimento sobre signo e dialogismo, em Bakhtin, também são fundamentais para se compreender como a autora percebe o outro em sua obra: “A palavra é um fenômeno ideológico por excelência” (Bakhtin, 1995, p. 36). O filósofo entende que o signo tem esse aspecto ideológico, que é capaz de se transformar com o tempo, com as relações sociais e com as dinâmicas do mundo, fazendo com que necessariamente também seja “um instrumento de refração e de deformação do ser” (p.46). Por isso, a perspectiva de Bakhtin trata a classe dominante como responsável por difundir o signo como algo que estaria acima das diferenças de classe — e que, com isso, busca abafar a luta dos índices sociais de valor para fazer com que o signo pareça monovalente. No entanto, os signos sempre dependem de contextos e mediações, e isso é notável também a partir da forma que agem, podendo provocar transformações justamente nos limites impostos pela ideologia dominante. Essa é uma percepção que Brum também passa a ter, e que por isso mesmo questiona o uso das palavras.

Quando se muda para Altamira, no Pará, e se dispõe a fazer um jornalismo de centro do mundo, a jornalista busca narrar a Amazônia encarando o fato de que não a vê da mesma maneira pela qual os povos-floresta a enxergam, mas também já não a vê exatamente como os brancos (naquele sentido de “aqueles que vivem de exploração”, fixado por Davi Kopenawa) costumam fazer. E é nesse traço ambíguo que a narrativa que a jornalista constrói parece mais relevante, pelo que exhibe de exploração radical e de criação original de novas textualidades híbridas e complexas, que puderam ser desenvolvidas e experimentadas no universo do jornalismo.

Para entender o que é esse jornalismo contra-hegemônico que Eliane Brum se propõe a fazer, um caminho interessante é, antes, recuperar mais detidamente os conceitos de hegemonia, superestrutura e infraestrutura trazidos na obra de Gramsci e Bakhtin. Em Eduardo Granja Coutinho, que estuda a obra do italiano, entendemos que o autor parte do materialismo histórico e expande seus estudos para pensar a sociedade civil como um dos meios de disputa da hegemonia, inclusive trazendo para o trabalho a ideia dos aparelhos privados de hegemonia. Esses aparelhos exercem influência ideológica e criam consenso, dispensando a dominação através do uso da força em primeiro momento. Nas palavras do autor:

O exercício normal da hegemonia caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos da opinião pública – jornais e associações (Gramsci, 2007, p.95).

Para Gramsci, “não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (2007, p. 78). Enquanto a sociedade política impõe a dominação através de ferramentas como a repressão física, partindo de instituições como a polícia e o exército, a sociedade civil manifesta o poder do Estado através da ideologia, utilizando-se dos aparelhos privados de hegemonia, sendo eles variados, como a igreja, a mídia e os partidos políticos. Essa visão parece se conectar com a noção de um jornalismo que, desde a sua fundação, parte de ideais positivistas e racionalistas, defendendo uma ideia de imparcialidade e sujeito universal que, no entanto, está justamente se conectando às visões de mundo hegemônicas.

Gramsci compreende que o Estado moderno não se restringe à coerção, mas também recorre à hegemonia através justamente da ideologia. Nesse contexto, a hegemonia se refere ao efeito da disseminação em larga escala da ideologia dominante, realizada por meio dos aparelhos privados de hegemonia, com o intuito de manter a dominação de classe. Com o pensamento explanado por Gramsci e Coutinho é possível entender, ainda, que esse fenômeno avança e toma novos contornos nas chamadas sociedades capitalistas "avançadas" e mais atuais, em que a dominação é feita não apenas pelo uso da força, mas pela perpetuação dos ideais tidos como normas. Levando esse exemplo para o caso dos indígenas, por exemplo, fica evidente que esse uso da força, que foi responsável por um genocídio, não é o único meio de opressão sobre esses povos: a dominação também está em considerá-los inferiores, em

classificá-los de acordo com visões de mundo que não são as suas ou considerá-los impossíveis de assumirem suas próprias perspectivas.

Portanto, a classe dominante seria hegemônica porque controla a produção cultural. "É esse o ponto fundamental no qual a dominação se enraíza" (Acanda, 2006, p. 206). Quando os conflitos para balancear essas perspectivas são apresentados no jornalismo, que inclusive se insere em determinada posição conscientemente, o entendimento sobre o que é essa produção cultural é colocado também em cheque. O que surgiria como contra-hegemonia, portanto, se filia não só ao jornalismo feito fora dos veículos tradicionais e com um aprofundamento diferenciado, mas também a uma visão de mundo. "A possibilidade de grupos subalternos construir uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. A essa resistência político-cultural é que Gramsci chamaria de contra-hegemonia" (Coutinho, 2008, p. 9).

Diante dessa perspectiva, o conceito gramsciano de contra-hegemonia é também um caminho para captar os esforços que Eliane Brum faz, considerando que as práticas jornalísticas hegemônicas ligadas aos centros de poder do mundo se voltam principalmente para um olhar mais distanciado e de herança positivista. O trabalho da jornalista, pelo que é possível perceber de acordo com a perspectiva dele, estaria buscando movimentar uma superestrutura a partir dessa relação de forças que passa a se movimentar.

Já para Bakhtin, por sua vez, essas disputas de hegemonia podem ser entendidas (e se dão principalmente) através das palavras. O autor destaca que todo signo é ideológico e, por sua vez, a ideologia "é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua" (1995, p.16). Sendo assim, toda variação linguística seria um reflexo das evoluções sociais e seriam passíveis de mudanças, não estando em equilíbrio. A classe dominante, no entanto, teria interesse em não só tornar a língua monovalente, mas fazer com que a população acredite que ela é objetiva e não mutável.

Essa análise é especialmente interessante para uma obra que trata as palavras com tanta importância. A autora constrói uma relação profundamente integrada entre forma e conteúdo, partindo da ideia de que sua escrita por isso mesmo não pode dissociar o corpo da narrativa. Pelo contrário, é justamente essa presença encarnada que produz sentido em seus textos. A subjetividade, nesse contexto, manifesta-se também na escolha das palavras, como ela mesma aponta — e nas possibilidades que elas oferecem de criar movimentos de aproximação e distanciamento.

A filosofia da linguagem e a dominação ideológica, na perspectiva de Bakhtin, estariam conectadas justamente por essa aproximação. Ele entende que um produto ideológico não existe apenas em sua realidade física, mas também evoca algo que o precede e, ao mesmo tempo, é externo a ele. Desse modo, tudo que é ideológico tem um significado e se apresenta como um "signo", isto é, algo que representa e remete a uma realidade mais ampla. “O material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra. [...] A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. [...] A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (Brum, 2021, p. 37).

Bakhtin defende que a ideologia depende dos signos para existir, já que ambos estão diretamente relacionados em sua existência e não podem ser considerados de maneira separada. Ao longo de sua obra, ele entende que a ideologia se constrói por meio de signos que transmitem valores e conceitos.

Se a fala é o motor das transformações linguísticas, ela não concerne os indivíduos; com efeito, a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder. (Bakhtin, 1995, p. 14).

A perspectiva de Bakhtin é a de que a classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um aspecto abstrato e neutro, ocultando as desigualdades de classe e tentando silenciar os conflitos sociais justamente para fazer com que o signo pareça monovalente. Mas, como define, todo signo ideológico vivo tem necessariamente duas faces, fazendo com que os sentidos dependam de contextos e de mediações, e por isso também pode ser usado de acordo com os interesses dessa classe. Ou, em suas palavras: “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade [...] um signo é um fenômeno do mundo exterior” (*id. ibid.* p. 33).

A reflexão proposta pelo autor destaca que a ideologia presente nas relações entre os signos forma um sistema complexo, em que cada elemento não só está relacionado, mas precede relações não explícitas. A transformação da ideologia, portanto, precisaria obrigatoriamente levar em conta o papel da filosofia da linguagem, já que essa relação seria capaz de conter em si as relações sociais e as mudanças sociais capazes de alterar a lógica dominante. Ou, como o teórico deixa claro:

O problema da relação recíproca entre a infraestrutura e as superestruturas [...] pode justamente ser esclarecido [...] pelo estudo do material verbal. [...] A essência desse

problema, naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação (Bakhtin/Voloshinov, 1992, p. 41).

A perspectiva dialógica, então, surgiria justamente para reforçar essa possibilidade das palavras, mesmo diante a toda pressão ideológica à que a filosofia da linguagem é submetida para que ela seja dada como neutra e padronizada. Isso seria feito principalmente a partir do entendimento de que o discurso é composto sempre por diferentes vozes e pontos de vista, que são emitidos a partir das escolhas das palavras, que por sua vez não têm significado fixo — pelo contrário, são construídas a partir do diálogo formado e dos contextos sociais. Nessa visão, compreende-se que qualquer enunciado é intrinsecamente uma resposta a enunciados anteriores e, uma vez concretizado, abre-se à resposta de enunciados futuros (Molon; Vianna, 2012). O potencial político dessa virada teórica pode ser assim resumido:

A perspectiva dialógica considera toda produção de sentidos como ato histórico: não a significação de uma realidade estática de um sujeito solitário, mas uma intervenção discursiva ativa, condicionada por circunstâncias sociais e históricas precisas (Hirschkop, 2010, p.23).

Diante disso, é notável que a linguagem não pode ser dissociada das relações sociais que a constituem, e que as disputas ideológicas e as possibilidades de transformação que contém nela são parte ativa da dinâmica social que se perpetuam de forma contínua. Avançando sobre o quadro teórico, é preciso entender de que forma o discurso se configura como espaço de embate e negociação, e de que maneira diferentes vozes se articulam e se reconfiguram tanto para a manutenção quanto para a contestação das estruturas de poder.

4.3 DESAFIOS FORMAIS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA: RICOEUR E MOTTA

A narrativa estudada por Luiz Gonzaga Motta (2013) em “Análise crítica da narrativa” aparece não como uma expressão ingênua ou como uma obra fechada em si mesma, mas como um sentido em construção — que conta sempre com o interesse do narrador e se dá através da relação com o destinatário. O autor se debruça sobre a narratologia tradicional para buscar entender a importância de narrar, ou seja: por que desde sempre narramos, por que todos os povos, culturas, nações e civilizações se constituíram narrando, e, da mesma forma, cada indivíduo constrói a própria história e identidade pessoal narrando. Nesse caminho, ele se baseia principalmente na teoria literária para discutir especificamente a narratologia no contexto do jornalismo. Entende, nesse sentido, o valor de uma perspectiva multidisciplinar

para olhar para o texto, pois percebe que o texto não se limita em si mesmo, mas se constitui através das relações culturais, dos atos de fala em contexto aos usos pragmáticos da linguagem em situações e sociedades culturalmente localizadas.

Entre os motivos apresentados pelo autor para estudar as narrativas, ele cita que é através delas que é possível chegar a formas de compreender como os homens criam representações e apresentações do mundo. Da mesma forma, também vê que grande parte das representações sociais se estrutura na forma de narrativas, como relatos interpessoais, cartas, piadas e reportagens, entre outros. Representar, no entanto, não é apenas a tentativa de replicar algo que se vê no mundo, mas criar um símbolo que cria e comunica novas ideias. Nesse mesmo sentido, estudar as narrativas (como representações) ajuda a entender de que maneira os homens constroem essas representações do mundo material e social. Em outra perspectiva, Motta entende que a intencionalidade dos interlocutores revela muito sobre as narrativas e é, em si, uma justificativa para os estudos sobre o assunto, especialmente no que diz respeito às narrativas da mídia.

De maneira mais detalhada, o autor faz uma reflexão sobre o caráter cultural da narrativa, mostrando que ela aparece como dispositivo argumentativo e espaço de disputa de sentidos, encarados através de diferentes perspectivas sobre o mundo. Ao narrar, sujeitos, grupos e instituições são capazes de interpretar lugares históricos ou posições de poder reveladores das visões que mudam, assim como criam correlação de forças entre narrador e destinatário capazes de produzir ou reproduzir desigualdades.

Quando narramos algo, estamos nos produzindo e nos constituindo, construindo nossa moral, nossas leis, nossos costumes, nossos valores morais e políticos, nossas crenças e religiões, nossos mitos pessoais e coletivos, nossas instituições. Estamos dando sentido à vida. Aquilo que incluímos ou excluimos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar. Por meio das narrativas recobrimos nossas vidas de significação. Elas reiteram e confirmam o canônico, nomeiam e explicam o desviante, legitimam e estabilizam o mundo. Na narrativa, imitamos a vida; na vida, imitamos as narrativas (Motta, 2013, p. 18).

A narrativa, portanto, como o autor reforça ao longo de toda a sua obra, é construída com base nessa relação entre o narrador e o destinatário. Isso porque, ao narrar a realidade, o narrador em geral busca reduzir marcas de subjetividade para tentar se aproximar do referente e convencer o destinatário de que relata os fatos como realmente aconteceram. Para isso, recorre a uma linguagem referencial, apoiada em dados, citações, números e indicações espaço-temporais, produzindo assim um efeito de coerência e veracidade. O leitor, por sua

vez, tende a aderir a essa lógica, se alinhando ao narrador na construção de um mundo percebido, graças a toda essa elaboração discursiva, como “real”. Nesse processo, não é o mundo em si que se apresenta como objetivo, mas a própria linguagem, estruturada de modo a parecer neutra. Dessa forma, se estabelece um contrato cognitivo, em que narrador e destinatário entram em acordo e sustentam a ideia de que existe de fato um real verdadeiro compartilhado por meio dele, e eles se põem de acordo para coconstruir esse mundo percebido como “real verdadeiro”.

Esse processo deixa evidente que o ato comunicacional contém, em si, um instrumento capaz de descortinar os metassignificados culturais e ideológicos produzidos pela mídia em cada sociedade e situação histórica concreta. Durante a análise da comunicação narrativa, também deve interessar ao analista, portanto, não somente a narrativa em si, mas o processo de comunicação e enunciação, as relações de poder entre o narrador e o destinatário e ainda as intencionalidades implícitas ou explícitas, já que é esse processo o responsável por também criar novas configurações de poder. Ou, como reforça Motta:

O homem não apenas representa o mundo, mas o constitui na medida em que o nomeia e classifica. Consolidou-se nas ciências sociais e cognitivas, a ideia de que conhecer não é apenas refletir nem representar as coisas, mas construir ou fabricar o mundo. Nessa corrente intelectual sobre como os homens constroem o seu próprio mundo, na qual este livro modestamente se inclui, as narrativas não representam simplesmente a realidade: elas apresentam e organizam o mundo, ajudam o homem a constituir a realidade humana (Motta, 2013, p.33).

Para que isso ocorra, porém, é preciso que os homens compartilhem códigos em comum. Isso porque, durante o processo de coconstrução, a coerência é obtida pela fusão de horizontes, sucessivas conexões significativas que o leitor faz procurando ligações entre os fatos relatados com os seus próprios mundos possíveis culturalmente referenciados, em um processo de correferência. A ordenação e os conectivos utilizados nessas ligações provêm da memória local, mas principalmente da memória de longo prazo que fornece ao leitor os modelos e as molduras para ele fazer associações espontâneas e intuitivas no ato de recepção. O processo como um todo pode ser assim concebido, da mesma forma que suas implicações:

A comunicação narrativa pressupõe, portanto, uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de sequências encadeadas de certa maneira, e em uma retórica própria para dar conta da finalidade desejada. Implica competência e utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário (Motta, 2013, p.82).

Dentro desse contexto, a narrativa é construída por um elemento que Motta chama de “intriga”, mais uma vez recuperando um termo da tradição literária, que seria responsável por organizar os acontecimentos em uma totalidade dotada de sentido. Esse aspecto é responsável por mais do que determinar uma simples sequência de fatos, e resulta em um trabalho de configuração da história que seleciona, articula e encadeia eventos segundo relações de temporalidade e causalidade. Nesse processo, o narrador estabelece conexões entre o que veio antes e o que vem depois, produzindo uma lógica interna que permite ao leitor reconhecer uma história como unidade coerente.

Como em Paul Ricoeur, a intriga, nesse sentido, corresponde ao ato de “tecer junto” os acontecimentos dispersos da experiência. Narrar, nessa perspectiva, não seria apenas relatar o que ocorreu, mas organizar reflexivamente os eventos a partir de um distanciamento que implica escolhas: o que incluir, o que excluir, o que destacar. É esse movimento que transforma a sucessão caótica do vivido em uma estrutura inteligível, capaz de dar forma ao tempo humano e torná-lo compreensível.

Além disso, a intriga desempenha um papel central na produção de sentido, pois é por meio dela que se estruturam os conflitos, as tensões e as transformações que movem a narrativa. Ao articular ações, personagens e acontecimentos em uma dinâmica de continuidade e descontinuidade, a intriga cria expectativas, estabelece pontos de virada e conduz a narrativa em direção a um desfecho. Dessa forma, ela não apenas organiza os fatos, mas também orienta a interpretação do leitor, funcionando como um dispositivo capaz de guiar a construção de significados. No contexto das narrativas jornalísticas, como dispõe o autor, essa organização se torna ainda mais evidente, já que aí aumenta a necessidade de se recompor acontecimentos fragmentados em uma sequência coerente.

A intriga, nesse caso, emerge como resultado de um esforço de reordenação temporal e causal. Assim, mesmo em relatos que se pretendem objetivos, é a intriga que confere unidade, inteligibilidade e sentido ao que é narrado e que, sem um claro esforço discursivo de criação de histórias inteligíveis, corre o risco de parecer apenas uma série desordenada de informações dispersas. Na narrativa jornalística, o processo que torna isso possível é assim descrito por Motta:

Assim, as estórias jornalísticas se expandem cronologicamente para frente e para trás, desde a lógica da narração do presente, tornando particularmente intrigante e desafiadora a análise delas como estratégia narrativa. (...) Em minhas análises tenho

observado que a sintaxe da narrativa noticiosa se constrói por meio do uso frequente de advérbios de tempo ou de preposições adverbiadas. Sugiro ao analista observar a frequência do uso de advérbios como antes, ontem, hoje, amanhã, durante, agora, até, desde, já, ainda, então, logo, só, depois, imediatamente, rapidamente, anteriormente, posteriormente e outros que revelam os conectivos temporais. Observe também o constante uso de expressões adverbiais temporais do tipo até agora, de repente, em seguida, só então, de novo, outra vez, até que, de substantivos adverbiados e dos adjetivos temporais do tipo nas próximas horas, no domingo, semana passada, próxima semana, mês passada, próximo mês (Motta, 2013, p.111).

Essa intriga pode ser construída de diferentes maneiras, mas, especificamente no jornalismo, Motta observa (p.113) que essa construção ocorre frequentemente a partir da criação de relações hipotéticas, tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro. As relações hipotéticas citadas são estados subjetivos de dúvida, de ressalvas, de suspensão temporária de definições, assim como estados subjetivos de certeza por adesão temporária a uma afirmação ou evidência observada, mas que podem vir a sofrer alterações. Nesse estado, a narrativa jornalística cria um suspense sobre as alternativas possíveis para os eventos ocorridos, ou para o seu desenvolvimento posterior, gerando uma espécie de apreensão no leitor, telespectador ou internauta, e estimula a criação de mundos possíveis (possibilidades alternativas que virão preencher as lacunas de sentido). Esses estados de dúvida ou certeza são efeitos subjetivos do emprego de estratégias discursivas intencionais, conscientes ou inconscientes, de parte do narrador.

De todo modo, vale lembrar que, antes de Motta, foi a reflexão proposta por Paul Ricoeur em “Tempo e narrativa” (1983-1985), obra já clássica, que permitiu que se aprofundasse de maneira decisiva a compreensão da intriga como elemento estruturante da narrativa, especialmente quando se trata de pensar a mediação entre o tempo vivido e sua configuração discursiva. Para Ricoeur, a narrativa não apenas organiza acontecimentos, mas opera uma verdadeira transformação do tempo, convertendo a experiência temporal difusa em uma totalidade inteligível. Nesse sentido, a intriga (*muthos*) desempenha papel central ao articular eventos heterogêneos em uma unidade significativa (Ricoeur, 1994, p. 65-67).

Ao discutir a função configuradora da intriga, Ricoeur destaca que ela realiza uma síntese do heterogêneo, reunindo elementos distintos — ações, intenções, circunstâncias e consequências — em uma estrutura coerente. Essa operação não se limita a ordenar cronologicamente os fatos, mas implica estabelecer relações de causalidade e finalidade que tornam a narrativa compreensível (p.70). Assim, a intriga atua como mediadora entre o tempo episódico (dos acontecimentos isolados) e o tempo configurado (da história narrada),

permitindo que o leitor reconheça uma continuidade significativa onde antes havia apenas dispersão.

Essa perspectiva é particularmente relevante para o jornalismo, uma vez que os acontecimentos noticiosos, em sua forma bruta, se apresentam de maneira fragmentária e descontínua. Ao narrá-los, o jornalista realiza um trabalho semelhante ao descrito por Ricoeur: seleciona, organiza e articula eventos, construindo uma intriga que confere sentido ao ocorrido. Dessa forma, o relato jornalístico não é mera reprodução do real, mas uma reconfiguração narrativa que transforma fatos em acontecimentos dotados de inteligibilidade.

Vale reforçar, nesse sentido, como o tempo é um aspecto importante para as narrativas. É o que Paul Ricoeur (1994) afirma e explora, reflexivamente, em sua obra, chamando a atenção para o fato de que são as narrativas que tornam humano o tempo, e que cabe a elas organizar a ideia que temos sobre ele. Na perspectiva ricoeuriana, nesse sentido, o tempo não existe, para a experiência humana, como mera sucessão cronológica de acontecimentos, mas como algo que só adquire inteligibilidade quando é configurado narrativamente. É justamente nesse ponto que o jornalismo se aproxima da literatura: ao selecionar fatos, estabelecer encadeamentos causais, definir começos, clímax e desfechos, a narrativa jornalística converte a dispersão do cotidiano em uma intriga coerente. Em Paul Ricoeur, a intriga opera como uma síntese do heterogêneo, isto é, uma estrutura capaz de reunir acontecimentos fragmentários sob uma lógica de sentido temporal. Assim, mesmo quando reivindica objetividade, o discurso jornalístico inevitavelmente organiza o real segundo procedimentos narrativos que implicam escolhas, hierarquizações e enquadramentos. A notícia deixa então de ser apenas o reflexo transparente de um fato para tornar-se uma forma simbólica de mediação do tempo histórico, aproximando-se da ficção não porque invente acontecimentos, mas porque mobiliza mecanismos semelhantes de composição narrativa. Desse modo, o noticiário contemporâneo produz verdadeiros “mitos cotidianos”, nos quais a repetição de personagens, conflitos e desfechos recorrentes oferece ao público matrizes de interpretação da realidade social, política e cultural.

Vale frisar, em relação a esse ponto, que no jornalismo narrativo tal como entendido por Paul Ricoeur, os “mitos cotidianos” não são necessariamente histórias falsas, mas formas recorrentes de organizar simbolicamente a realidade social que funcionam como matrizes narrativas reconhecíveis. São elas que ajudam o público a interpretar acontecimentos

complexos por meio de esquemas dramáticos familiares. Alguns exemplos⁶ bastante evidentes que podemos mencionar são:

- *O mito do herói salvador*: aparece quando determinado líder é narrado como a figura capaz de “resgatar” uma nação em crise;
- *O mito da queda trágica*: comum em escândalos envolvendo celebridades, , na qual o personagem inicialmente aparece como símbolo de sucesso e ascensão moral, mas a narrativa jornalística reorganiza os fatos em direção à ruína;
- *O mito da superação individual*: recorrente em reportagens nas quais dificuldades econômicas, doenças ou exclusão social são configuradas como obstáculos vencidos pela força de vontade do indivíduo, reduzindo, portanto, a complexidade estrutural dos problemas sociais;
- *O mito da ameaça permanente*: bastante presente em coberturas de violência urbana ou crises sociais, produzindo a sensação de um perigo contínuo e difuso que estrutura o cotidiano em torno da expectativa de novos episódios de caos, medo ou insegurança;
- *O mito da corrupção como drama moral absoluto*: ocorre quando a política passa a ser narrada como um embate quase épico entre “purificação” e “degradação”, com personagens moralmente polarizados e investigações tratadas como jornadas revelatórias e operações policiais convertidas em clímax narrativos;
- *O mito do progresso tecnológico inevitável*: muito comum no jornalismo que aborda novas ferramentas digitais como etapas naturais e irresistíveis de um avanço histórico contínuo, frequentemente obscurecendo conflitos sociais, precarização do trabalho ou

⁶ Os exemplos de “mitos cotidianos” mencionados não foram extraídos literalmente de uma única obra ou autor específico, mas constituem formulações analíticas derivadas da articulação entre diferentes autores e obras. A base principal encontra-se na reflexão hermenêutica de Paul Ricoeur, especialmente em *Tempo e Narrativa* (1994). Já a ideia de que acontecimentos cotidianos podem adquirir estrutura mítica também dialoga diretamente com Roland Barthes, em *Mitologias* (2001), enquanto a recorrência de figuras como o “herói salvador” ou a “queda trágica” aproxima-se das estruturas narrativas estudadas por Joseph Campbell em *O Herói de Mil Faces* (1997). No campo da comunicação política, Murray Edelman, em *Constructing the Political Spectacle* (1988), demonstra como a mídia organiza simbolicamente ameaças, crises e personagens públicos segundo lógicas dramáticas e espetaculares. Já Jesús Martín-Barbero, em *Dos meios às mediações* (2009), investiga a relação entre mídia, narrativas populares e imaginário social, ressaltando os modos pelos quais os meios de comunicação reelaboram matrizes culturais profundas. Em perspectiva brasileira, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, em *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística* (1986), interpretam o jornalismo como prática narrativa que dramatiza e simboliza o cotidiano social, enquanto Motta, em *Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística* (2013), analisa explicitamente as estratégias narrativas do discurso jornalístico e sua aproximação com formas tradicionais de composição dramática.

disputas de poder envolvidas nesse processo.

Esses “mitos” emergem, portanto, porque o jornalismo, ao organizar temporalmente os acontecimentos, tende a recorrer a formas narrativas sedimentadas culturalmente. Assim, fatos isolados passam a integrar histórias maiores, reconhecíveis e emocionalmente inteligíveis para o público. Nesse sentido, a notícia não apenas informa sobre o mundo: ela também retoma e reforça modelos simbólicos para compreender o tempo histórico e a experiência social.

Diferentemente de como ocorre na ficção, o tempo no relato jornalístico aparece de maneira bastante específica: Motta o define como difuso, anárquico, invertido (p.96). Isso porque a experiência do tempo jornalístico é ainda mais desordenada e confusa, menos cronológica que a experiência do tempo natural (p.97). Isso altera inclusive a experiência do leitor, que se torna responsável por fazer parte dessa organização.

É o jornalismo que faz os acontecimentos do presente inteligíveis, faz os incidentes tomarem a forma de sequências, faz as novidades adquirirem significação minimamente coerente e consistente, ainda que relativamente provisória. Até porque a lógica do acontecimento é dupla: surge pela ruptura e pelo conhecimento, necessita tanto da diferença quanto do barulho que faz. Para tornar-se um acontecimento, um incidente qualquer precisa tanto das forças de mudança próprias das narrativas dramáticas quanto das potências da informação (Motta, 2013, p.105).

Se, por um lado, o jornalismo transforma rupturas e incidentes em sequências compreensíveis, conferindo-lhes coerência provisória, por outro, amplia esse processo ao assumir a função de registrar e interpretar o presente em tempo quase simultâneo aos fatos. Nesse movimento, potencializado pelas tecnologias da informação, o acontecimento ganha densidade histórica e cultural, deixando de ser apenas um fato bruto para se tornar uma construção significativa, marcada tanto pelo impacto de sua irrupção quanto pelos modos de sua narração e circulação.

Outro aspecto relacionado ao aquecimento do presente cotidiano, e que justificaria o emprego da expressão, é que passamos a viver sob o signo do acontecimento (o excepcional, o surpreendente) e de seus ecos (a cobertura jornalística). Não apenas o acontecimento objetivo da história positivista, marcada por guerras, batalhas, mortes de heróis que distinguem as grandes mudanças (e seguem distinguindo), como dizem os historiadores. Para o analista da narrativa jornalística, especialmente, o acontecimento enquanto significação no seu sentido cultural e histórico. Com o advento das novas tecnologias da informação, o jornalismo ganhou um status ainda mais contundente como historiador do presente, historiador de uma história falada e escrita pelos jornalistas e seus colaboradores, crua, sangrenta, bruta, mal-acabada e mal-articulada, sem refinamento, mas uma história com h (p.104).

Assim, as histórias jornalísticas se expandem cronologicamente para frente e para trás,

desde a lógica da narração do presente, tornando particularmente intrigante e desafiadora a análise delas como estratégia narrativa. Para o pesquisador, conforme observado anteriormente, será preciso reordenar cronologicamente a intriga desde uma reconfiguração temporal até compor uma história integral, com princípio, meio e final. Só assim ele poderá destacar o conflito ou conflitos estruturantes, episódios, papéis das personagens, e proceder a uma análise da narrativa completa.

Em relação a esse alargamento do escopo de observação e análise, inclusive, Ricoeur propõe a teoria das três mimeses, que constitui um dos pilares de sua reflexão sobre a relação entre tempo e narrativa. Dentro dessa teoria, a mimese I (pré-figuração) refere-se ao mundo da ação antes de sua configuração narrativa, isto é, ao conjunto de práticas, normas, símbolos e estruturas temporais que tornam possível a compreensão das ações humanas (Ricoeur, 1994, p. 75-78). No contexto jornalístico, essa dimensão corresponde ao repertório cultural compartilhado entre narrador e público, que permite a interpretação dos fatos noticiados. A mimese II (configuração), por sua vez, diz respeito ao momento em que a narrativa é efetivamente construída, ou seja, quando a intriga organiza os acontecimentos em uma totalidade significativa (Ricoeur, 1994, p. 80-83). É nesse estágio que ocorre a transformação do tempo vivido em tempo narrado, por meio de operações de seleção, ordenação e hierarquização dos eventos. No jornalismo, essa etapa se materializa no processo de produção da notícia, em que o jornalista estrutura o relato de modo a torná-lo compreensível e relevante para o público. Por fim, a mimese III (refiguração) refere-se ao momento da recepção da narrativa, quando o leitor ou espectador interpreta o texto e o integra à sua própria experiência temporal (Ricoeur, 1994, p. 85-87). Nesse processo, a narrativa não apenas comunica um sentido, mas também transforma a compreensão que o sujeito tem do mundo e de si mesmo. No caso do jornalismo, isso significa que a notícia não se encerra em sua produção, mas continua a produzir efeitos na medida em que é apropriada pelos leitores.

A articulação entre essas três dimensões miméticas evidencia que a narrativa é, para Ricoeur, uma mediação fundamental entre tempo e experiência. O tempo humano torna-se inteligível na medida em que é narrado, e a narrativa, por sua vez, encontra no tempo sua condição de possibilidade (Ricoeur, 1994, p. 52). Essa concepção permite compreender o jornalismo não apenas como prática informativa, mas como uma forma específica de construção do tempo social, na medida em que organiza o fluxo contínuo dos acontecimentos em sequências dotadas de sentido.

Outro aspecto relevante da teoria ricoeuriana é a ideia de que a narrativa estabelece uma “concordância discordante”, isto é, uma unidade que integra tensões, rupturas e descontinuidades (Ricoeur, 1994, p. 66). Essa noção é particularmente útil para analisar o jornalismo contemporâneo, marcado pela fragmentação e pela multiplicidade de perspectivas. A intriga jornalística, nesse cenário, ao mesmo tempo em que busca produzir coerência, precisa lidar com a instabilidade dos fatos e com a constante revisão das informações. E, nesse sentido, a narrativa jornalística pode ser compreendida como uma tentativa permanente de estabilizar provisoriamente o sentido dos acontecimentos, articulando-os em uma trama que permita sua compreensão. Essa estabilidade, no entanto, é sempre precária, uma vez que novos fatos podem reconfigurar a intriga e alterar a interpretação do ocorrido. Tal dinâmica reforça a ideia de que o jornalismo opera em um regime temporal específico, marcado pela simultaneidade entre acontecimento e narração.

Por fim, ao integrar as contribuições de Ricoeur à análise da narrativa jornalística, torna-se possível compreender de maneira mais aprofundada como os fatos são transformados em histórias significativas. A intriga, ao configurar o tempo, e as três mimeses, ao articular produção, estrutura e recepção da narrativa, oferecem um quadro teórico robusto para pensar o jornalismo como prática de mediação simbólica e temporal.

4.4 NARRAR E LEMBRAR: CONSTRUINDO A MEMÓRIA CULTURAL

Em seu "Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural", cuja edição original é de 2006, Aleida Assmann escreve com um olhar que reúne diferentes perspectivas das ciências humanas para os estudos da memória, que estavam ganhando justamente mais força entre os anos 1980 e 1990, muito por conta da influência do contexto do pós-guerra e a necessidade de lidar com o trauma deixado pelo Holocausto. Nesse momento, há um deslocamento do foco da historiografia, antes ainda mais centrada em fatos, cronologias e estruturas, para o interesse nas formas de lembrar, esquecer e narrar o passado utilizadas pela sociedade contemporânea.

A autora começa a obra já trazendo um paradoxo interessante para se pensar também a respeito do trabalho de Eliane Brum: na concepção tradicional de historiografia, a objetividade só seria plenamente alcançada quando os acontecimentos do passado já não estivessem mais carregados de experiências vivas ou novas reivindicações, o que significaria

também que a memória dos envolvidos já tivesse se atenuado. Dessa maneira, o conhecimento histórico dependeria não apenas de rigor metodológico, mas também de um certo distanciamento obtido pelo enfraquecimento da dor e das marcas afetivas do passado. A crítica de Assmann incide justamente sobre esse ponto ao evidenciar o custo ético e político dessa ideia: ao pressupor o apagamento ou a desvalorização das experiências vividas, tal modelo tende a silenciar testemunhos e a adiar o reconhecimento de violências e injustiças. Essa mesma ideia se relaciona com outras teorias da memória de Nietzsche, Halbwachs ou Nora, no que diz respeito ao caráter eminentemente construtivista da recordação e sua relação com a identidade — que ocorreria até em oposição a uma história objetiva e neutra.

Naquela primeira concepção de historiografia já mencionada, seria possível encarar uma narrativa “habitada” e outra “inabitada”, uma teria a memória que pertence a portadores vivos com perspectivas parciais e outra teria a memória amortizada — que, também por isso, pertenceria a todos e a ninguém. Como a autora lembra, essa memória seria neutra em relação à identidade. Essa dualidade entre memória e história, amplamente debatida, é vista por ela de outra forma: em vez de uma oposição rígida, Assmann propõe reconhecer que as dimensões afetivas e conflitivas também são constitutivas da relação com o passado, tendo inclusive a vantagem de serem mais capazes de revelar aspectos da história que narrativas excessivamente distanciadas podem obscurecer. No jornalismo, essa ideia pode passar a ter outra força, já que, diferentemente da história, ali é justamente o relato mais vivo que sustenta a narrativa.

Nesse estudo, a autora inclusive se volta para os processos de institucionalização da memória, evidenciados pela expansão de museus, memoriais, arquivos e políticas de preservação, bem como pelas disputas públicas em torno do passado. Esse contexto reforça que a memória ultrapassa a esfera individual, configurando-se como um campo político e cultural em constante negociação, no qual se definem versões legitimadas da história ao mesmo tempo em que outras são marginalizadas ou silenciadas. Nesse quadro, ganha centralidade a distinção entre memória comunicativa — vinculada à experiência vivida e à transmissão oral — e memória cultural — mais duradoura e fixada em suportes institucionais. É justamente nessa articulação, que a relação com a narrativa se evidencia: longe de ser um simples acúmulo de fatos, nessa concepção, a memória constitui um processo ativo de construção de sentido, dependente de formas narrativas que organizam, selecionam e tornam o passado inteligível. A polarização brusca entre história e memória, por isso, pode se revelar

tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas. Por isso é que a autora sugere, a seguir, a fixação da história e a memória como dois modos da recordação que não precisam excluir-se nem recalcar-se mutuamente:

Enquanto certos tipos de memória se retraem (como a memória de aprendizagem, a formativa e, com referência à *shoah*, a memória experiencial), outras formas ganham claramente importância, como a das mídias ou a da política, pois o passado — do qual nos afastamos temporalmente cada vez mais — não fica completamente sob a custódia de historiadores profissionais. Na forma de reivindicações e obrigações rivalizantes, ele também exerce pressão sobre o presente. Hoje se contrapõem à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade. Ninguém pode negar que essas memórias se tornaram uma parte vital da cultura atual, com suas experiências e reivindicações tão próprias (Assmann, 2011, p.20).

Assmann também destaca que o ato de narrar altera a percepção sobre o tempo — algo que se relaciona profundamente com o trabalho realizado por Brum. Nesse sentido, o passado sempre é novo, já que ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Nesse processo, partes da vida, que parecem ter afundado no esquecimento, reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por terem se tornado menos importantes. Ou, nas palavras de Assmann (ao refletir sobre as contribuições de Italo Svevo): “O presente conduz o passado como se esse fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo” (p.21).

Nesse sentido, as ideias de memória funcional e memória cumulativa se tornam especialmente interessantes. A memória funcional é aquela constituída pela memória habitada, ou seja, que se vincula a um grupo, instituição ou indivíduo, e através dessa conexão faz a ponte entre passado, presente e futuro. Dessa forma, também procede de modo seletivo, e à medida em que recorda, age de forma seletiva: intermedia os valores dos quais resultam um perfil identitário e normas de ação. Já a memória cumulativa, por sua vez, é aquela ligada à memória inabitada, e se desvincula de um portador específico. Através dela, se faz a separação radical do passado em relação ao presente e ao futuro — ao contrário do termo interior, esse tipo de memória se interessa sem seleção pelos acontecimentos, tornando-os igualmente importantes e investigando a verdade, e, com isso, suspendendo seus valores e normas.

Ao tratar da memória funcional, vale entender ainda de que maneira as possibilidades de legitimação, deslegitimação e distinção atuam. O primeiro termo, de acordo com Assmann, diz respeito ao anseio prioritário da memória política ou oficial. A aliança entre dominação e memória, característica para esse caso, manifesta-se positivamente no surgimento de formas elaboradas do saber histórico, sobretudo na forma de genealogias, já que o poder dominante tem necessidade de explicitar sua própria origem. Esse anseio é atendido em particular pela recordação genealógica.

Essa memória legitimadora da dominação tem, ao lado de uma face retrospectiva, também outra, que se revela prospectiva. Nesse caso, quem busca deslegitimar não usurpa apenas o passado, mas também o futuro: e para isso elegem memórias que são vistas como mais interessantes para que uma narrativa os torne figuras eternizadas e arquivadas em monumentos. É também nesse sentido que a autora entende a maior fragilidade da memória oficial, já que ela depende de mecanismos de censura e de práticas celebrativas artificiais para se consolidar, o que também acaba revelando seu próprio caráter construído e interessado. Sua duração, portanto, não é autônoma, mas atrelada à permanência do poder que a sustenta. É nesse paradoxo que a memória oficial frequentemente tem origem em uma contramemória ainda não institucionalizada, que, em seu momento inicial, opera de forma funcional e criticamente subversiva, mas que tende a perder essa potência ao ser absorvida pelas estruturas de legitimação.

Uma outra função de uso da memória cultural é a distinção, que compreende todas as formas simbólicas de expressão que se prestam a delinear uma identidade coletiva a fim de, assim, também se diferenciar de outras. No campo religioso, por exemplo, isso é feito pela agregação comunitária, que funciona pela recordação em comum e renovada pelas festas e ritos, reforçando a relação da comunidade com uma história fundadora compartilhada.

A possibilidade de renovação permanente pressupõe uma grande permeabilidade do limite entre memória funcional e memória cumulativa. Sendo possível manter aberta a fronteira, chega-se mais facilmente a um intercâmbio dos elementos de uma e outra e a uma reestruturação dos padrões de sentido. No caso oposto, ocorre a ameaça de uma estagnação da memória. Se o trânsito fronteiriço entre as duas memórias fica bloqueado por uma muralha, e se a memória cumulativa fica barrada enquanto depósito de provisões que encerra possibilidades, alternativas, contradições, relativizações e protestos críticos, fica excluída qualquer mudança, e a memória torna-se, então, absolutizada e fundamentalista.

Por fim, Assmann chama a atenção para as transformações contemporâneas, em que novas mídias e formas de registro ampliam e fragmentam a memória, criando múltiplas narrativas concorrentes. Isso torna a memória cultural mais dinâmica, mas também mais instável. Em síntese, para a professora, não há memória sem narrativa: afinal, é só por meio dela que o passado ganha forma, significado e função no presente, ao mesmo tempo em que revela disputas, esquecimentos e se abre para reconstruções constantes. É esse potencial que pode justamente mostrar o que tem de mais complexo e mais atrativo na obra de Brum, que apresenta uma memória que se distancia da história oficial, ao mesmo tempo em que se aproxima de um testemunho vivo e que reconfigura as perspectivas de tempo.

4.5 A PERSPECTIVA DA METODOLOGIA DE ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

Em “Análise crítica da narrativa” (2013), Motta explana sua metodologia, primeiro no que diz respeito às instâncias da narrativa e em seguida aos movimentos necessários para fazer uma análise específica da narrativa jornalística — considerando toda a diversidade que a narrativa em geral e o contexto comunicacional em que ela ocorre pode conter.

Por isso, o autor começa reforçando que as narrativas, enquanto objetos e processos, podem ser estudadas em três instâncias expressivas, que podem ser assim definidas: como plano da expressão (linguagem ou discurso), plano da estória (ou conteúdo) e plano da metanarrativa (tema de fundo). Ele defende, no entanto, que, na prática comunicativa corriqueira, os indivíduos não percebem essa divisão, pois não há hierarquia entre as três instâncias, de modo que elas ocorrem de forma que os planos em questão podem se sobrepor e o sentido é deduzido de forma intuitiva. A separação feita por ele, portanto, só faz sentido metodologicamente para efeito de uma análise, mas, na prática, é sentida de forma unitária e sobreposta.

O plano de expressão, como explica o autor, é aquele da linguagem, ou seja: o plano de superfície do texto, por meio do qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador (seja a linguagem visual, sonora, verbal, gestual, multimodal, etc.) (p.136). É nesse plano que também aparecem usos estratégicos da linguagem para produzir determinados efeitos de sentido, como comoção, medo, riso e etc, sendo nesse âmbito que a intencionalidade do narrador e suas estratégias narrativas podem ser mais bem desveladas.

Já o plano da história eleva-se acima, e de forma relativamente autônoma, do plano da

expressão. Ele se projeta através dos recursos de linguagem utilizados pelo narrador, fazendo uso do universo da representação e de um conjunto de significados imaginados ou de mundos possíveis construídos pela narrativa. Ainda que dependa do plano do discurso para existir, o plano da história pode desenvolver uma sintaxe e uma lógica próprias, motivo pelo qual tem sido amplamente estudado por diversos autores. Trata-se de um nível virtual de significação, no qual uma realidade de referência é evocada pelo texto narrativo por meio de sequências de ações organizadas de forma cronológica e causal, realizadas por personagens e responsáveis por estruturar a intriga.

Já no plano da metanarrativa, por sua vez, é analisada a estrutura profunda da narrativa, relativamente mais abstrata e evasiva, que evoca imaginários culturais. Esse âmbito analisa o plano em que aparecem os temas ou motivos de fundo ético ou moral que integram as ações da história em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico. São situações éticas fundamentais plasmadas por um narrador no momento em que ele se põe a narrar, como por exemplo os temas da fidelidade, da fé, da confiança no futuro, da felicidade, da revolução, da conspiração ou corrupção, da exploração, da traição, do temor à morte ou a Deus, o tema de que o crime não compensa, do herói, do duplo, do erro e do castigo, do triunfo e da recompensa - isso entre tantos outros temas, mitos ou motivos.

No que diz respeito aos movimentos citados pelo autor para fazer a análise narrativa, ele entende que, num primeiro momento, é preciso começar compreendendo a intriga como síntese do heterogêneo. Isso significa que o analista precisa decompor e recompor a narrativa para conseguir determinar com exatidão o início, o desenvolvimento e o final do enredo, caso isso não esteja manifesto (muitas vezes, não está). Essa ideia ajuda a encontrar os fios que alinham a trama, seja em qual formato for — e para isso ele usa inclusive técnicas de roteiro e da literatura que podem ser aplicadas à reportagem. O analista deve identificar as partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista principais e seus coadjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante, a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação (p.141). Todos esses elementos são responsáveis por compor a sintaxe narrativa da estória (e não do discurso) e desvendar quais são as relações lógicas e cronológicas da trama. Para isso, o autor também descreve que é necessário estar atento, no plano da expressão, ao uso de certos recursos de linguagem que ajudam a captar elementos

estruturantes da narrativa que podem estar mais velados. Isso ocorre, por exemplo, a partir do uso de metáforas, hipérboles, comparações, exclamações, interrogações, ironia, ritmos, flashbacks (analepses), flashforwards (prolepses) e dêiticos (p.142). Além disso, ele entende que os pontos de virada da narrativa também acontecem quando uma ação cria diferentes caminhos possíveis para a história. Esses caminhos passam por três etapas: a virtualidade (as possibilidades), a atualização (a realização ou não dessas possibilidades) e o acabamento (o desfecho que se concretiza).

Como segundo movimento, o autor propõe a compreensão da lógica do paradigma narrativo — e, do ponto de vista operacional, propõe que os analistas produzam uma linha do tempo identificando os principais pontos de virada e inflexões que demarcam cada episódio até o desfecho. Esse movimento parte da compreensão de que o começo não significa ausência de antecedentes, como propõe Barthes e relembra Motta, mas sim a ausência de uma necessidade de sucessão anterior; do mesmo modo, o fim corresponde ao ponto em que essa necessidade se encerra, como estabelecem as exigências de composição da intriga. Assim, as noções de começo, meio e fim não derivam diretamente da experiência, mas resultam dos efeitos produzidos pela organização da narrativa. Nesse sentido, a lógica do paradigma narrativo é orientada pela forma como o narrador, em relação ao narratário, articula o que considera verossímil em uma dada situação de comunicação, organizando ações, surpresas, tensões e clímax até construir uma totalidade inteligível. O emprego de palavras como “aqui”, “lá” ou “agora”, em uma narrativa, situam espacial e temporalmente os eventos, e proporcionam recursos sociocognitivos para se inferir a coerência e os sentidos do discurso. No entanto, como destaca o autor, essa operação de desmontagem e remontagem da sintaxe no ato de fala não esgota os procedimentos analíticos desse segundo movimento. É possível ir além, observando outros elementos: a descrição de espaços, atmosfera, personagens e papéis. Isso também pode significar considerar as contribuições que o plano da expressão traz para o conhecimento das estratégias narrativas, observando ainda como o plano da superfície (do discurso ou linguagem) interage com o plano mais abstrato do conteúdo, percebendo se a identificação das sequências ganha significação se atribuída sempre à estratégia e aos ardis discursivos do narrador, às suas intencionalidades e aos efeitos de sentido pretendidos junto ao receptor.

Já em um terceiro movimento, Motta sugere deixar surgirem novos episódios. Isso significa fazer uma análise de modo que identificar e nomear os episódios também ajude a

revelar estratégias semânticas do narrador na construção dos sentidos da estória e dos papéis funcionais que eles desempenham. Dentro da narrativa, por exemplo, os episódios podem revelar como o narrador dispõe estrategicamente personagens, cenários, incidentes, conflitos, tensões, fracassos e conquistas. Esse recurso serve para investigar de que modo o narrador organiza o plano da intriga e busca produzir determinados efeitos dramáticos como o suspense, a tensão, o clímax e os pontos de virada. Esses episódios devem ser identificados e nomeados pelo analista de acordo com a relação sintagmática deles no interior da história, e podem ter extensão variável, diluir-se em momentos diferentes da intriga e não necessariamente se suceder linearmente dentro da narrativa. Isso significa que os episódios também podem fazer com que a narrativa se mantenha estável, sem alterações significativas, limitando-se a apresentar e detalhar personagens, ambientes ou situações. Em outros momentos, ela pode se tornar movimentada, marcada por transformações e encadeamentos de acontecimentos que impulsionam o desenrolar da história.

Em um quarto movimento, o analista deve permitir ao conflito dramático se revelar. Esse aspecto é fundamental porque o conflito dramático é o frame cognitivo (responsável pelo enquadramento, perspectiva, ponto de vista) por meio do qual o narrador organiza a realidade que pretende relatar (p.167). A identificação desses conflitos faz com que o analista entenda o projeto dramático que está sendo construído e avance em direção ao fenômeno analisado. É ele que dispõe as ações e as personagens na história e também é ele o responsável por tecer a trama por meio do relato dos incidentes, peripécias, rupturas, discontinuidades, transgressões ou anormalidades (p.168). A dimensão de um conflito, no entanto, pode só aparecer de forma evidente e em toda plenitude ao longo ou final da análise — o que não significa que não se deva tentar identificá-los desde o início, porque ao fazer isso, aparecem enquanto projeto discursivo de apreensão e organização da difusa e confusa realidade, sua percepção orienta e guia os procedimentos posteriores, esclarecendo as astúcias enunciativas e os efeitos de sentido. Também é preciso perceber que a presença preponderante de certo tipo de conflito em um determinado relato não exclui a existência de outros tipos: há em geral mais de um conflito acontecendo na mesma história. Na narrativa jornalística, o autor também destaca que os conflitos aparecem de maneira diferente, muito devido à relação íntima entre o referente e o discurso. Isso porque os conflitos permanecem pendentes de novos fatos no noticiário e se estendem enquanto houver demanda para esclarecê-los até que seja possível entendê-los de maneira completa. Essas “pendências” no conflito fazem com que se mantenham as

expectativas e tensões do discurso noticioso, e elas são capazes de criar o efeito de retardamento e ansiedade, que funcionam também como motores da construção diegética da estória jornalística. Vale perceber, nesse sentido, que o enquadramento acontece de maneira bipolar e antitética (propondo uma oposição por contrariedade), ou seja, colocando sucessivamente uma personagem versus outra, como opositores (sejam esses personagens partidos, políticos profissionais, autoridades, etc., como exemplifica Motta) nas páginas e telas, contaminando toda a cobertura, incitando oposições e, assim, instituindo e muitas vezes também fomentando dualismos na visão de mundo.

Em um quinto movimento, Motta chama a atenção para a figura do personagem como metamorfose de pessoa a *persona*. Para isso, ele recupera definições sobre o que seria um personagem, e se aproxima da visão de que essa figura (mesmo quando aparece de forma não ficcional) é um ser responsável pelo desempenho do enredo: é quem realiza a ação, e sempre aparece como uma invenção do discurso narrativo, mesmo quando baseada em pessoas reais. Perceber essa metamorfose faz com que seja possível encarar de outra maneira os personagens nas narrativas jornalísticas — menos como figuras reais e mais como representações que pertencem à narrativa, e que só devem ser considerados dentro do enredo. Vale destacar, nesse sentido, que os personagens a serem identificados na narrativa são aqueles que vivem e realizam as ações, sendo elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado.

No sexto movimento, cabe ao analista perceber as estratégias argumentativas usadas pelo narrador. Isso porque, como Motta já evidenciou, toda narrativa contém um permanente jogo entre os efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido, mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática, e também contém interesses próprios do narrador. Enquanto na ficção é possível perceber a presença implícita ou explícita do narrador no texto, e a narração como dispositivo argumentativo pode ser reconhecido de maneira mais evidente, o discurso narrativo do jornalismo conta — ao menos geralmente — com o distanciamento do narrador. Nesses casos, quem narra assume o papel de relator da verdade, como se estivesse vendo os objetos e fenômenos independentemente da sua intervenção na condição de narrador. É preciso estar atento, nesse sentido, para tudo que esse narrador é capaz de dissimular, como se não estivesse operando constantemente uma dessubjetivação do real — o que de fato está — para fazer com que o seu público interprete os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos. Portanto, vale perceber os

recursos de linguagem que centram o relato no “aqui” e no “agora”, e que colocam o leitor no presente, como se estivesse observando também os fatos.

Por fim, o sétimo movimento é aquele que permite às metanarrativas aflorarem. Esse item entende que a recepção das narrativas diárias remete leitores e ouvintes para o mundo fático, mas simultaneamente também para experiências mais fugazes de distanciamento imaginativo que paradoxalmente esvaecem o mundo fático, liberando o sujeito do seu mundo da vida. O autor entende, nesse sentido, que a narrativa jornalística destaca certos aspectos da realidade porque esses fatos transgridem algum preceito jurídico, ético ou moral, e também algum consenso cultural — causando uma razão ética ou moral que chame a atenção para ela. Isso faz com que o público perceba sentidos na obra que remetem a outros marcos de referência, porque de fato estão relacionados com antecedentes culturais e imaginários em comum (também conectados à memória coletiva e a uma determinada compreensão de mundo). Identificar quais são esses elementos pré-narrativos que os relatos carregam nas suas intrigas de superfície faz com que as narrativas possam ser entendidas no nível de suas significações mais profundas dentro da cultura. Isso também aprofunda a compreensão das fábulas e mitos que são contados e recontados nas narrativas cotidianas, e que habitam as metanarrativas culturais.

5 ANÁLISE DO LIVRO

Neste capítulo, é feita uma análise mais concreta e detalhada de *Banzeiro Òkòtó*, mobilizando o arcabouço teórico-metodológico construído nos capítulos anteriores. Parte-se da apresentação dos eixos analíticos centrais: as ferramentas estruturais da narrativa (manejo do tempo, intriga, sequências) e a presença marcada do narrador, que assume subjetividade, corporalidade e posicionamento político explícito. Em seguida, é demonstrado de que maneiras Eliane Brum opera usos contra-hegemônicos das palavras, em três movimentos: incorporando termos dos povos-floresta (como "banzeiro" e "òkòtó"), inventando neologismos que expressam realidades invisibilizadas (como "deflorestados" e "amazonizar-se") e questionando ativamente o vocabulário hegemônico que naturaliza violências (como "desmatar" ou "floresta virgem"). São traçados então os marcos temporais que estruturam a obra, que se faz articulando tempos pessoais, coletivos e históricos, evidenciando assim como a narrativa opera por síntese do heterogêneo, tal como propõe Ricoeur.

São então analisados três capítulos que foram tomados como exemplares da lógica narrativa da obra: "13.entres da floresta" (sobre os beiradeiros desterritorializados por Belo Monte), "51.altamiracles" (relato mais testemunhal da mudança da jornalista para Altamira); e "2018.alice" (narrativa centrada na luta pela sobrevivência das tartarugas-da-amazônia). Em cada um, foram aplicados os sete movimentos analíticos de Motta, evidenciando como Brum constrói intrigas, personifica rios e animais, maneja vozes múltiplas e produz efeitos de real sem abrir mão da dimensão poética, afetiva e politicamente engajada. Com isso, foi mostrado que *Banzeiro Òkòtó* radicaliza as possibilidades do jornalismo literário contemporâneo ao articular rigor factual, experimentação formal e compromisso ético.

5.1 ADENTRANDO O BANZEIRO

Ao analisar a narrativa de *Banzeiro Òkòtó*, o primeiro aspecto notável é a forma marcadamente explícita através da qual a autora se dirige a um leitor específico para quem ela espera servir como “tradutora” das vivências na Amazônia: longe de uma postura de quem está tão confortável com os limites do circuito comunicativo já consagrado e naturalizado entre escritores e público nos cenários urbanos e juntos às classes mais bem estabelecidas, ela

reconhece e aponta essas marcas ao assumir esse direcionamento não só como uma escolha, mas também como um padrão do qual não se pode escapar completamente. E faz isso ao registrar logo na abertura da obra, e de forma aberta: “Essa linguagem é branca, porque escrevo para não indígenas, e também para os não indígenas escrevem os pesquisadores” (Brum, 2021, p.20).

Esse direcionamento para um leitor específico, que nessa obra nunca se confunde simplesmente com um ser humano “universal”, está presente em vários trechos, inclusive na forma de interpelações bem diretas, quando ela se refere ao leitor como “você”. O “você” traçado por ela segue um perfil: são aqueles que ela espera poder sensibilizar sobre a importância da floresta porque sabe que em geral ainda não se deram conta disso, aqueles que estão afastados dela geograficamente — mas não só assim. Nesse sentido, é muito significativo que ela os identifique como “não indígenas”, deslocando abruptamente na própria linguagem, pelo prefixo de negação e falta, a identidade confortável e supostamente “universal” que os homens brancos costumam assumir. No mesmo movimento de exposição de limites e reconhecimento radical das próprias limitações, ela ainda faz questão de admitir que a linguagem adotada em sua obra é “branca” – e neste ponto não se refere apenas à cor da pele de seus falantes, mas àquela definição de “branco” dada por Davi Kopenawa aos seres humanos que são identificados, pelos indígenas, como “o povo da mercadoria” (Brum, 2021, p.13).

Logo depois de identificar em seus traços mais gerais qual é o seu destinatário e quais são os limites da sua linguagem, a autora logo passa a mostrar, diante desse leitor “não indígena”, de forma paulatina mas crescente, outros elementos desta outra perspectiva à qual certamente seu público não está acostumado, e que envolve dificuldades importantes de comunicação que englobam até as palavras mais fundamentais:

Para os povos originários, não existe a natureza *e* as pessoas humanas, uma coisa *e* outra coisa. Há apenas natureza. Os indígenas não estão *na* floresta, eles *são* floresta. Interagem com o que os brancos chamam de floresta, como também interagem as pessoas não humanas. *A floresta é tudo, o visível e o invisível (grifos meus)*. (Brum, 2021, p.20)

Como narradora, também nesse movimento, já introduz algo de um deslizamento sutil mas muito significativo: se, na abertura da explanação, ela se refere aos “povos originários”, usando portanto uma expressão mais genérica, coletivizante e distanciada, logo em seguida, já introduz na posição de sujeitos da frase os “indígenas”, portanto se aproximando mais de

indivíduos concretos, ainda que marcados pela forma como os brancos os denominaram. Na frase seguinte, no entanto, eles se transformam em sujeitos elípticos, portanto permanecendo na posição sintática mais proeminente, mas já sem carregar aquela nomeação imposta. E, na frase final da sequência, algo muito notável se dá, evidenciando retrospectivamente, pela chegada ao ponto culminante, o sentido da trajetória discursiva já percorrida: a narradora de repente assume a perspectiva desses indígenas, na súbita emergência de algo como um discurso indireto livre, quando afirma que “A floresta é tudo”, fazendo assim com que a distância entre a sua perspectiva “branca” e a dos indígenas seja ao menos por um momento como que dissolvida e as identidades em jogo sejam fundidas. Ou uma simplesmente dê lugar ou seja ocupada pela outra.

Ainda desde a apresentação, outro ponto de sua escolha se faz presente: a adoção consciente do que ela identifica como o projeto de uma linguagem neutra, e que inclusive assume como desconfortável, reconhecendo seu estranhamento em relação a ela durante sua escrita. Longe de rejeitar esse desconforto, no entanto, ela o assume como um elemento importante para o propósito do livro, que é o de ser um exemplo e um incentivo para aqueles que ainda se interessam em imaginar ativamente um outro mundo possível que possa ser regido pela convivência e o respeito entre todas as pessoas.

Ao longo da obra, Brum também decide fazer a marcação entre os “humanes” e entre os “mais-que-humanes”, pois entende que falar dos animais dessa maneira causa uma provocação interessante: ao invés de defini-los como “não-humanes”, por exemplo, e marcá-los pela falta, ela opta por identificá-lo como algo que expande ou supera o tipo de ser vivo que os humanos costumam considerar que são. Assim, ela abertamente descentraliza a ideia de que são os seres humanos que ocupam o centro do mundo e encarnam o parâmetro absoluto através do qual todos os outros seres são considerados, em uma operação discursiva bastante alinhada com o que Donna Haraway faz em sua crítica profunda ao especismo e sua defesa da convivência amorosa entre as espécies.

Nesse movimento, a narradora reforça a ligação entre os humanos e a natureza tematizando a questão e, principalmente, assumindo essa operação através da própria linguagem que adota. Com isso, ela não só busca apresentar aos “não indígenas” o pensamento dos povos-florestas, mas também de fato se aproximar ideologicamente da própria perspectiva deles, testemunhando diante do seu público a possibilidade e mesmo a necessidade ou o alcance dessa aproximação. Não por acaso, assim reconhece a radicalidade

da sua experiência e o efeito que espera que ela tenha:

A destruição da Amazônia tornou-se para mim uma questão pessoal, passei a compreender a corrosão da floresta como a corrosão do meu próprio corpo, e não num sentido apenas intelectual. Ou retórico. Passei a me entender como floresta. O entendimento de mim como uma realidade expandida me levou à compreensão de que a luta pela floresta é a luta contra o patriarcado, contra o feminicídio, contra o racismo, contra o binarismo de gênero. E também contra a centralidade da pessoa humana. Este livro, em mais de um sentido, carrega o desejo de tornar a Amazônia uma questão pessoal para quem o lê (Brum, 2021, p.49).

Assume também, nesse mesmo sentido, o grau de deslocamento inclusive discursivo que incorporou e o impacto definitivo que ele gerou sobre seu modo de ver o mundo e suas palavras, em um capítulo já mais adiante:

Agora que quilombolas e beiradeiros já foram aqui apresentados e se enfileiram ao lado dos diferentes grupos indígenas na composição humana da floresta, eu paro de chamá-los de “povos da floresta” e passo a me referir a eles como povos-floresta. Considero que, a partir deste momento, já é possível compreender primeiro o mais óbvio, uma das premissas deste livro: o fato de que a floresta não pertence a eles (nem a ninguém), por isso jamais usei “a floresta dos povos”. Inclusive por uma impossibilidade lógica e conceitual que se expressa na linguagem: quando a floresta passa a pertencer às pessoas humanas, no sentido da propriedade, ela já não é mais floresta (Brum, 2021, p.101).

Para entender como isso ocorre e como a narrativa como um todo é construída, foram escolhidos dois eixos temáticos olhar para análise inicial:

- a) **Ferramentas estruturais:** identificando as estratégias narrativas e argumentativas utilizadas para gerar os efeitos do real, incluindo o modo de manejar o tempo e os diferentes níveis da narrativa, entrelaçando as linhas temporais da nação, do local e dos indivíduos em um mesmo todo articulado;
- b) **Presença do narrador:** entender como Eliane Brum utiliza de sua presença para marcar o texto, identificando como a repórter exibe suas intencionalidades e reflexos na narrativa, dando assim rendimento discursivo e alcance público ao traço subjetivo e mesmo poético que seu texto assume.

Mais adiante, no entanto, como se verá, esses eixos básicos se desdobrarão ainda mais claramente para identificar e diferenciar em detalhes, nos três textos específicos que serão analisados, cada um dos sete movimentos analíticos previstos na metodologia proposta por Motta.

5.2 PALAVRAS EM USOS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Um primeiro ponto a se observar a respeito da obra de Eliane Brum é que a *palavra* passa a ocupar lugar central pelo próprio espaço que a autora passa a se colocar na narrativa. Ao perceber, no entanto, que as palavras de que a princípio dispõe carregam em si uma ideologia contrária à visão de mundo que pretende exprimir e são subordinadas ao pensamento hegemônico, a autora busca escancarar esses processos através de registros de seu próprio desconforto, do impacto de sua nova experiência mergulhada na Amazônica e também através de metáforas que unem corpo e palavra:

Desestruí-me no Xingu. E desestruturar-se é arriscado, porque uma vez que acontece não há retorno. Significa que você já não pode se conformar a uma estrutura de pensamento único. E com isso, jamais voltará a se sentir confortável, talvez nem mesmo poderá voltar a ser coerente. Você se descobre desformado. Antes, você estava deformado pela forma. E então você se desforma, mas você não é um bolo. Desformado você pode se transmutar em múltiplas formas, e isso é incrivelmente assustador. Eu não sabia que essa perda de ossos era o que acontecia comigo. Eu a desejava, mas não sabia (Brum, 2021, p.11).

Esse uso das palavras, que exibem as disputas contra-hegemônicas descritas por Gramsci, se dividem, principalmente, nestes três grupos:

- i) palavras usadas pelos povos-florestas que não costumam ser conhecidas pelo leitor a quem ela se dirige (e que exigem, portanto, uma espécie de tradução acompanhada de uma mudança de pensamento);
- ii) palavras e expressões assumidamente inventadas pela autora ao longo da obra para expressar situações específicas que habitam esse “entremundos” (e que buscam dar o tom do pensamento original que ela incorpora e desenvolve);
- iii) palavras usadas na língua dos brancos (nesse caso, o português) que não fazem sentido para narrar a realidade dos povos-florestas (e, portanto, é preciso questionar qual o sentido e a função de seu uso).

No *primeiro caso* de uso contra-hegemônico das palavras, tal como exposto aqui, é possível entender como a incorporação das palavras “banzeiro”, “òkòtó” e “Xingu” se faz como forma de aproximação da visão de mundo dos povos indígenas — inclusive trazendo esses aspectos de forma bastante pessoal para a vida da autora. A primeira palavra, conforme a autora define, é como o povo do Xingu chama “o território de brabeza do rio”, mas passa a descrever também o que se inquieta e muda dentro do próprio peito da jornalista a partir do seu envolvimento com a floresta. Já a segunda palavra, “òkòtó”, é uma palavra da língua iorubá, idioma da família nigero-congolesa e pluricêntrica, que assumiu raízes no Brasil pela

sua ligação com culturas afro diaspóricas e o uso litúrgico no candomblé e na umbanda. O termo foi dado a Brum em um jogo de búzios (oráculo sagrado dessas religiões), e diz respeito a um caracol com concha cônica que contém uma história ossificada e se move em espiral a partir de uma base de pião, mas que também passa a representar, para Eliane Brum, algo da própria forma que ela encontrou para desenvolver a sua narrativa. Por fim, o “Xingu” já não significa apenas o primeiro grande território indígena fixado pelo governo federal e localizado fisicamente no Mato Grosso, mas também algo de outra ordem mais alta: a “morada dos deuses”. Esse uso das palavras indígenas, que explora a largueza e os possíveis deslizamentos dos seus sentidos, aparece com clareza, por exemplo, neste trecho:

Ao mesmo tempo, ali sentada com um livro na mão e uma taça de vinho na mesinha ao lado, à luz suave do abajur antigo, eu pressentia o banheiro que já rodava em mim desde dentro. Adivinhava que nada mais seria como antes, que eu jamais voltaria para aquela poltrona com o sentimento de que a vida poderia finalmente se tornar acolhedora e macia. Percebi que aquela era a última chance para interromper fosse lá o que fosse, permanecer em vez de partir e me dedicar ao eterno plano de escrever apenas livros de ficção sobre as histórias demasiado reais que testemunhei ou vivi. Era a derradeira oportunidade para interromper o fluxo das águas que me puxavam para o Xingu. A buiúna, criatura metade sucuri, metade mulher, lançava seus cabelos sobre mim como uma teia e me alcançava, mesmo na cidade gigante onde os rios foram enterrados e cimentados, me alcançava mesmo na vida de classe média paulistana. Invadia a cena da mulher tomando seu vinho com um livro na mão numa poltrona de antiquário a meia-luz. Olhei para o homem que me acompanhava havia quinze anos e disse: “Estou com medo do que vai acontecer. Estou com tanto medo que me sinto quase paralisada” (Brum, 2021, p.152).

No que diz respeito ao *segundo caso* de uso das palavras em um sentido contra-hegemônico, aquele no qual a autora assumidamente inventa palavras para se expressar, observa-se que ela também busca soluções inventivas para movimentar as estruturas fixas da hegemonia que foi abordada, mesmo quando não se aproxima das palavras dos povos-florestas, tensiona o que entendemos como norma para nomear os mundos. É o caso, por exemplo, da palavra “despresidente” ou da expressão “mentiroso presidencial”, que inventa e utiliza por conta própria quando se refere ao ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) para questionar abertamente o seu poder. Também no capítulo que destrincha a sua própria origem enquanto gaúcha, por sua vez, ela questiona a identidade de quem nasce no sul e quais são os aspectos que mantêm essa conexão, quando essas pessoas se mudam para a Amazônia. Quando sugere que os gaúchos e gaúchas se abram para outra visão de mundo, diferente daquela à qual comumente são associados, radicalizando a aproximação com a floresta, faz uma provocação para que virem “gaúches” — e o que poderia parecer uma

simples adaptação para a chamada “linguagem neutra” revela um trocadilho mais sofisticado e significativo, ao se relacionar também da palavras francesa *gauche*, tradicionalmente usada para designar não só o lado esquerdo, mas também aqueles que ousam desafiar o poder e o *status quo*.

A autora adota esse mesmo tipo de uso contra-hegemônico das palavras também quando destaca a necessidade de usar termos como “deflorestados” ou “deflorestades” (são escritos de ambas as formas ao longo da obra) para os povos-florestas que foram convertidos em pobres, já que foram tirados de seus territórios por interesses do capital e foram submetidos a uma lógica de produção que os converteu em pobres. Em vez de chamá-los simplesmente de “cidadãos” ou pelo adjetivo substantivado “pobres” (que os caracterizaria apenas por sua falta de dinheiro), ela destaca em sua forma de nomeá-los justamente a violência com que foi rompida a ligação dessas pessoas com o território que habitavam, reforçando essa ligação simbiótica com o mesmo. Também faz algo semelhante ao falar dos beiradeiros que perderam a ligação com o Xingu, quando se refere a eles como “desterritorializados”. Ao falar de um desses indivíduos em particular, dá a dimensão da palavra e da realidade que busca com ela descrever:

Ele está perdido, da forma mais profunda que alguém pode estar perdido, porque foi desterritorializado não só de um chão, mas do próprio corpo. Sem norte, mas também sem sul, leste e oeste. São crianças sem passado nem futuro, cujo presente é violência. A que vem de fora, em geral como bala, e também a de dentro. A violência é a própria condição de um corpo que já nasce violado e violentado porque despertencido. Por isso as crianças de Altamira nascem velhas e, como a cidade, já em ruínas (Brum, 2021, p.246).

Outra expressão criada em justaposição pela autora, mas que ela destaca como “um só adjetivo, seria “belezaviolência” (p.320). A imagem que une a ferocidade da própria natureza com a graça que a compõe é evocada muitas vezes pela autora, como por exemplo no trecho em que mostra a forma pela qual as tartarugas escondem seus ovos. Ela destaca esse paradoxo que busca expressar pelo neologismo como uma maneira de enxergar as contradições na Amazônia.

É preciso destacar, ainda, dentro segundo caso de uso das palavras num sentido contra-hegemônico, em que uma assumida criação verbal da autora se conecta diretamente a uma alteração radical do seu próprio pensamento, esta palavra inventada e fundamental:

Amazonizar-se, como verbo, vai muito além da floresta. É um movimento para voltar a ser, para se despartir, no sentido daquele que se partiu ao se colocar fora da

natureza, ao deixar de ser parte do todo orgânico de um planeta vivo. Os mais sensíveis sentem esse arrancamento nas entranhas. Não é por acaso que muitos se sentem “diferentes” quando “perto” da natureza (Brum, 2021, p.50).

O impacto dessa experiência também se mostra, por exemplo, através da insistência em um tipo específico de metáfora que não retoma um chão concreto da linguagem apenas como recurso retórico para expressar o que é mais abstrato, mas que de fato brota do próprio corpo físico atingido e alterado de forma incontornável pelo mergulho na floresta:

Se você reparar, todas as minhas metáforas são corpóreas, e nem metáforas são. A Amazônia literaliza tudo. Já não posso ser cartesiana, porque o corpo é tudo e tudo domina. Quem entra na floresta pela primeira vez não sabe o que fazer com os sentidos que sente, com as partes do corpo que desconhecia e que de repente nunca mais a deixará. Em algum momento, adoecem, porque o corpo da cidade, acostumado a fingir que não existe, para poder se robotizar diante do computador, não sabe o que fazer de si (Brum, 2021, p.6).

Dentro dessa perspectiva, as questões sociais que a autora aborda não são apenas mencionadas por ela, mas passam a ser *experimentadas* de maneira muito próxima. Logo no começo da obra, por exemplo, Brum aborda os indígenas, em seguida, os quilombolas e os ribeirinhos, nessa ordem, mas se mantém ainda sempre atenta à circunstância muito nítida de ser *mulher* neste mundo — algo que a atinge de maneira pessoal e que também afeta a forma que a sua abordagem jornalística funciona.

Essa reflexão sobre gênero e raça está aliada a uma reflexão mais ampla sobre a linguagem, assim como a elementos que perpassam o cotidiano da autora. No capítulo que fala sobre ser mulher na Amazônia, por exemplo, e que conta como a experiência da violência sexual passou a habitar seu cotidiano em Altamira, ela também reflete criticamente sobre a equiparação que usualmente se faz, na linguagem, entre a floresta intocada pelos seres humanos e as mulheres que ainda não tiveram sua primeira experiência sexual. Como deixa claro neste trecho, assumindo aquele *terceiro caso* de uso de palavras em sentido contra-hegemônico (no qual as palavras usualmente utilizadas pelos brancos são retomadas e questionadas):

Não é possível citar tantas vezes a palavra “virgem” e seguir adiante como se estivesse tratando do preço do pão. “Virgem” não é uma palavra qualquer, porque carne. Na Amazônia, como na vida das mulheres, está intimamente conectada à destruição. Não apenas à destruição de uma barreira como o hímen. Mas à destruição que se dá pelo controle e pelo domínio dos corpos. A escolha da palavra “virgem” para se referir à floresta e a outros ecossistemas ainda não totalmente dominados por homens, como representação do fascínio por um corpo “natural” e “selvagem” e “intocado”, ilumina as relações de poder que levam a Amazônia para

cada vez mais perto do ponto de não retorno. Este também pode ser compreendido como o ponto em que a floresta estará totalmente submetida e, portanto, destruída em sua potência criadora de vida (Brum, 2021, p.33).

Por outro lado, ela também questiona o sentido do verbo “desmatar”, expondo que Altamira é o município que mais mata e também o que mais “desmata” na Amazônia. Nesse uso, como ela percebe, o que aparentemente conteria uma oposição, pelo prefixo “des”, contém na verdade apenas outra forma de morte, desta vez direcionada à natureza. Essa aparente atenuação linguística da realidade da matança que o desmatamento realiza é criticada por ela, quando afirma que o verbo diz o contrário do que faz. E nesse movimento que ela faz, se nota que encarar a violência contra a natureza como uma violência contra a própria vida como um todo também é algo que atesta a maneira pela qual sua perspectiva já se aproxima mais de uma visão dos povos-florestas.

Outro exemplo bastante interessante ligado ao questionamento ativo do uso de certas palavras, e que exhibe as tensões que se dão através da linguagem, aparece também na forma pela qual os próprios indígenas se apropriaram da forma genérica e redutora pela qual todos os povos originários de mais de mil grupos distintos foram nomeados pelos colonizadores portugueses que aqui chegaram em 1500: trata-se da palavra “índio”. Essa palavra, que ainda é utilizada por grande parte da sociedade brasileira e que inevitavelmente contém em si um notório equívoco de identificação geográfica, mas também uma simplificação arrogante, foi no entanto apropriada e ressignificada por parte dos próprios povos originários (já que não fazia parte do vocabulário deles) e passou a ser usada, nesse outro sentido, simplesmente para expressar algo como “parente”.

Diante de todos esses usos bem conscientes da linguagem, é interessante notar como a reflexão sobre o próprio *jornalismo* é um dos temas mais fortes que aparecem no livro. Desde o cuidado com as escolhas vocabulares até a seleção de quais fontes vão ser entrevistadas, passando por uma espécie de investigação permanente dos próprios bastidores de reportagem (o que inclui, por exemplo, o fato de ter se mudado para Altamira e passado a colocar a Amazônia como o centro do mundo), o texto funciona quase como uma explicação sobre suas escolhas ou um acerto de contas com seu leitor sobre a radicalidade da experiência que vive. Experiência essa que, como passa a defender de forma pessoal, se torna também sua *militância* — e ela espera que possa tocar e alterar também quem a lê.

Há, no entanto, algo que aponta para os limites ou até as impossibilidades do trabalho realizado: é o caso do que acontece, por exemplo, em um dos trechos no qual está narrando a

história do indígena Araweté. Trata-se do capítulo “translúgüe”, quando conta sobre um encontro entre lideranças indígenas e a Funai, no qual o próprio uso da língua portuguesa, na prática, exclui o ancião:

Aqueles que falam em suas próprias línguas dizem, em português, palavras que não existem em seu idioma, porque não existem em sua linguagem. Esses termos marcam no discurso a invasão sofrida pelo corpo, é o que acontece com palavras como "desenvolvimento", "progresso", "empresa" e "empreendedor". Ao empregá-las no discurso, são mais uma vez violentados, porque essas palavras também invadem a sua língua, a intangível e a língua mesmo, a que permite o som (Brum, 2021, p.335).

A violência se amplifica, ainda, quando a jornalista mostra que mesmo o nome Araweté foi dado pelos colonizadores, e que não faz sentido na língua daquele homem. Entre eles, se chamam "bĩde", que significaria “nós”, “a gente” ou “seres humanos”. Esse desencontro completo também é narrado por ela como uma continuidade do silêncio ao qual esses povos são submetidos, quando também precisam responder em uma língua que não falam e são submetidos a uma violência que não entendem.

5.3 MARCOS TEMPORAIS

A partir das sugestões contidas na metodologia de análise crítica da narrativa proposta por Motta, parece útil traçar uma linha temporal desenvolvida no livro. Essa missão, no entanto, se mostra bastante desafiadora: isso porque, em cada capítulo, a autora se dedica a um assunto ou a uma cobertura jornalística de forma relativamente autônoma, fazendo de dentro de cada uma delas conexões com outros momentos históricos e trazendo também, para essa narrativa, suas próprias memórias. Ainda assim, e apesar do tempo não ser tratado de forma linear ou pela maneira mais usual do jornalismo, que prioriza a notícia mais urgente, nota-se que há alguns marcos temporais que situam a narrativa e provocam mudanças impactantes na autora. Vale registrar primeiro, então, os marcos temporais mais pessoais registrados por Eliane Brum:

- década de 1990: primeiras visitas à Amazônia
- 2004: contato estreitado com as comunidades tradicionais da Amazônia
- 2011: decisão de fazer das famílias ribeirinhas atingidas por Belo Monte seu principal projeto de investigação jornalística
- 2017: mudança para Altamira

- 2021: morte de Lilo Clareto por Covid-19

Ainda que esses acontecimentos não apareçam no livro na sequência em que ocorreram, todos eles são mostrados como desencadeadores de eventos. Além disso, são pontos dramáticos em que tanto histórias de vida quanto histórias coletivas se entrelaçam, em uma operação narrativa que se relaciona diretamente com o conceito de *intriga* que Motta apresenta e discute. Assim, por exemplo, a concessão do governo federal para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em 2010, se entrelaça ao alagamento de um vasto território e à expulsão da população ribeirinha que ali vivia, assim como a realização do projeto Refugiados de Belo Monte, em 2016, se liga diretamente à decisão da autora de se mudar para Altamira, ou ainda o governo de Jair Bolsonaro (2019-2023) se conecta à explosão de violência contra a população indígena e ao desmatamento avassalador da Amazônia e ainda à explosão de casos da epidemia de Covid-19, que matou mais de 700 mil brasileiros, nos anos do seu governo.

Eliane Brum, por isso mesmo, não se atém só aos seus marcos temporais, mas os articula todo o tempo a esses de outras ordens. E, optando por construir nesse sentido uma narrativa menos linear e mais difusa, se mostra coerente com a própria lógica que defende de incorporação das outras vozes às narrativas sobre a floresta. Até porque, como ela deixa explícito, o excessivo centramento das narrativas em torno da perspectiva dos brancos se revela não só um equívoco histórico, mas também uma forma de violência que sequer é apenas simbólica. Afinal, “Os brancos têm a aborrecida obsessão de acreditar que todas as histórias começam com a sua chegada. Em geral, o que acontece é que as histórias terminam embaixo de suas botas, de suas motosserras e de suas armas” (Brum, 2021, p.23).

Considerando essa relação bem concreta entre a dimensão simbólica de certos marcos e seu impacto objetivo, vale entender quais são os marcos temporais que geraram mais efeitos para os povos-florestas que a autora narra. No caso dos povos indígenas, é notável que o primeiro marco temporal ao qual Eliane Brum se refere com frequência seja a chegada dos portugueses no Brasil e o início da colonização. Outro acontecimento importante seria a ditadura militar, quando as condições para a sobrevivência dos povos indígenas claramente pioraram, com a invasão sistemática de seus territórios e aldeias dizimadas. Em seguida, o governo de Jair Bolsonaro também é citado como um divisor, tanto pela aceleração do desmatamento, que permitiu e até incentivou, quanto pelo descaso em relação aos ataques e contaminações da água nos territórios indígenas. Já em relação aos beiradeiros, o grande

marco que aparece na narrativa é a construção da usina de Belo Monte. Quando a autora se aproxima da visão de "mais-que-humanos", por sua vez, trata de outros divisores temporais, como as épocas de reprodução e temporada de desova.

É possível ver, então, que a autora incorpora diferentes tempos em sua narrativa, mas que as referências cronológicas que a encadeiam são aquelas que afetaram mais diretamente sua própria concepção de mundo. Longe disso representar um autocentrismo condenável, os marcos temporais assim reconhecidos são coerentes com o funcionamento mais geral da memória individual e também coletiva. Ou, para lembrar as palavras de Assmann:

O presente conduz o passado como se esse fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo (Assmann, 2011, p.21).

É preciso, porém, neste ponto, falar de algo que vai além da memória, e que se trata de um elemento fundamental da narrativa: a intriga como seu elemento estruturante, especialmente quando se trata de pensar a mediação entre o tempo vivido e sua configuração discursiva. Para Ricoeur, como já vinha sendo comentado, a narrativa não apenas organiza acontecimentos, mas opera uma verdadeira transformação do tempo, convertendo a experiência temporal difusa em uma totalidade inteligível. Nesse sentido, ela desempenha papel central ao articular eventos heterogêneos e aparentemente dispersos em uma unidade significativa que faça sentido para o leitor (Ricoeur, 1994, p. 65-67).

Há três textos dentro do livro que podem mostrar especialmente bem como esse elo entre narrativa e manejo do tempo aparece na obra de Brum, e que valem análise à parte.

5.4 ANÁLISE DE TEXTOS EXEMPLARES

A fim de dar uma visibilidade mais imediata aos elementos que estão sendo levados em consideração nas análises realizadas, e considerando inclusive os princípios norteadores da metodologia de análise crítica da narrativa propostos por Motta, antes de cada texto analítico mais discursivo, serão apresentadas anotações mais esquemáticas a respeito de cada um dos três capítulos analisados mais detidamente.

Vale lembrar, neste ponto, que na proposta de Luiz Gonzaga Motta, a “Análise Crítica da Narrativa” não funciona como um método rígido e fechado, mas como um percurso

interpretativo. Em vez de oferecer um esquema estruturalista duro, Motta propõe “movimentos de leitura” que ajudam o pesquisador a reconstruir os sentidos de uma narrativa e compreender seus efeitos simbólicos, ideológicos e pragmáticos. E esses são menos rigidamente “sequenciais” do que entrelaçados, buscando não só *avançar* etapa a etapa da análise, mas de fato reconhecer as camadas que estruturam inclusive a narrativa jornalística e se *aprofundar* nelas.

A originalidade da proposta teórica de Luiz Gonzaga Motta, portanto, reside na articulação entre diferentes tradições dos estudos narrativos e da comunicação. Em vez de restringir a análise à dimensão formal da narrativa, como ocorre em parte da narratologia estrutural clássica, Motta integra contribuições da hermenêutica, da pragmática, da análise crítica do discurso e dos estudos midiáticos, concebendo a narrativa simultaneamente como estrutura simbólica, prática comunicacional e forma de mediação social do real. Sua abordagem desloca o foco exclusivo das categorias internas do texto (como enredo, personagens e temporalidade) para incluir também os efeitos de sentido, as estratégias discursivas, os processos de legitimação simbólica e as condições históricas de circulação e recepção das narrativas. Nesse sentido é que sua perspectiva se aproxima de outros autores clássicos já trabalhados nesta dissertação, por compreensão de que toda narrativa organiza a experiência temporal e participa ativamente da construção social dos sentidos. E, nesse sentido, a narrativa jornalística (mesmo a supostamente mais “neutra” e “objetiva”) também incorpora procedimentos compartilhados por textos literários.

Isso entendido, essa pesquisa acrescenta uma tabela original que sintetiza os movimentos analíticos presentes em Motta e os relaciona com as perguntas-guia compatíveis com o espírito metodológico do autor, de forma a organizar mais didaticamente sua proposta a fim de utilizá-la como referência direta (e também como campo de teste) para os próprios movimentos analíticos. É preciso lembrar, no entanto, que não se trata de um protocolo totalmente fechado e linear, mas de um quadro de apoio para movimentos interpretativos articuláveis, percursos próprios de leitura e operações analíticas que comportam boa dose de flexibilidade.

Movimentos	Perguntas centrais
1. Intriga	<i>Qual conflito central organiza a história?</i>

Movimentos	Perguntas centrais
2. Sequência narrativa	<i>Como os fatos são encadeados?</i>
3. Personagens	<i>Quem ocupa quais papéis?</i>
4. Efeitos do real	<i>Como a narrativa produz credibilidade?</i>
5. Estratégias discursivas	<i>Como a narrativa persuade?</i>
6. Dimensão ideológica	<i>Que visão de mundo a narrativa legitima?</i>
7. Dimensão pragmática	<i>Que efeitos sociais a narrativa produz?</i>

5.4.1 Primeiro texto analisado

Partindo da tabela já fixada no item anterior, concebida a partir dos movimentos da metodologia de análise crítica da narrativa proposta por Motta, é apresentada a seguir a *primeira* tabela que incorpora o desenho criado e o aplica concretamente à análise de um texto específico. Logo depois dela, ainda estão registrados comentários a fim de aprofundar a análise e complementar o esquema já traçado.

Título	13.entres da floresta
1. <i>Qual conflito central organiza a história?</i>	A relação dos beiradeiros deslocados de suas terras com a nova realidade e os danos ecológicos produzidos pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte a partir de 2016.
2. <i>Como os fatos são encadeados?</i>	● Séc. XIX: migração do sertão do nordeste do Brasil para a Amazônia para cortar seringa e fazer borracha ● 1937-45: Estado Novo, com duas ditaduras em sequência ● 1939-44: Segunda Guerra Mundial, em função da qual outra leva de nordestinos pobres foi enviada para a Amazônia para produzir borracha ● 1964-85: Golpe Militar e ditadura empresarial-militar

	• 2004: início da relação da jornalista com os beiradeiros • 2008: crise econômica global que atingiu o Brasil com mais força e atrasou a construção das hidrelétricas programadas para a bacia dos Tapajós • 2010: leilão da hidrelétrica de Belo Monte pelo governo do PT • de 2011 a 2019: construção de Belo Monte e alagamento de vasto território • de 2011 em diante: cobertura de Eliane Brum sobre as famílias ribeirinhas atingidas pela construção de Belo Monte e assim desterritorializadas, com elaboração ativa da violência sofrida e de seus movimentos de insubmissão (como ao rasurarem o nome oficial da hidrelétrica e a renomearem como “Belo Monstro”)
3. <i>Quem ocupa quais papéis?</i>	• Com protagonistas: a população ribeirinha atingida, o próprio Xingu e, como representantes desse coletivo, Otávio das Chagas e seu filho Francisco • Como mediadora/ auxiliar: Eliane Brum • Como antagonistas: os responsáveis pela construção de Belo Monte, incluindo aí desde o governo federal que autorizou a obra até os integrantes das empresas que desenvolveram a obra (incluindo desde seus donos e diretores até os advogados que calcularam as indenizações a serem pagas para os ribeirinhos)
4. <i>Como a narrativa produz credibilidade?</i>	• Inserindo informações objetivas relativas às datas dos marcos temporais principais • inserindo informações e dados sobre os territórios alagados e os danos ecológicos provocados

	● trazendo as vozes e descrições detalhadas de personagens específicos como representantes do coletivo dos ribeirinhos desterritorializados ● reconhecendo a inscrição particular e os limites de visão da própria jornalista que busca fazer a cobertura do tema
5. <i>Como a narrativa persuade?</i>	● Usando flashbacks para manejo expressivo do tempo ● Usando metáforas e comparações para realçar ou descortinar o sentido das ações e da realidade observada ● Desenvolvendo uma linguagem criadora e poética para expressar uma realidade que tenderia a escapar dos limites da “língua do branco”
6. <i>Que visão de mundo a narrativa legitima?</i>	Basicamente, uma visão de mundo sensível e mais aderente à perspectiva dos povos ribeirinhos e dos povos-floresta e, portanto, contrária à perspectiva hegemônica de legitimação da construção da usina e uso predatório da natureza.
7. <i>Que efeitos sociais a narrativa produz?</i>	● aumenta a visibilidade da perspectiva dos povos-floresta a respeito da construção da usina de Belo Monte; ● promove uma maior sensibilização do público leitor do livro (preponderantemente branco e urbano) e respeito dos danos ecológicos e sociais provocados; ● elabora e aprofunda a discussão pública e acadêmica a respeito das limitações, do potencial e do próprio papel social que pode e deve ser desempenhado pelos jornalistas.

Já na abertura deste capítulo, a autora assume o traço subjetivo que marca seu texto e norteia também as suas escolhas conscientes em relação à organização peculiar da sua

narrativa ao avisar: “Demorei a chegar aqui porque é nessa roda do rodamundo que mora o meu amor”(p.83). E sobre isso, ainda frisa, mais adiante, já prevendo muito conscientemente que pode ser acusada de ter tido a percepção turvada por esse sentimento: “Ao contrário, o amor me aguça os sentidos”(p.84).

Reconhecendo, logo a seguir, que havia sido “capturada” por aquele outro “ser-e-estar no mundo”, a escritora então passa a buscar explicar o significado de “ribeirinho”, e marca sua posição: para ela, essa palavra se refere a algo mais do que apenas “aquele que vive na beira de um rio”, mas abrange “um universo inteiro”. Nesse gesto de ressignificação frontal da palavra, ela exhibe sua própria definição, como “uma transmutação de gente, um parto próprio de um modo de ser, uma explosão de criatividade”. Ainda em seu esforço de identificar quem seriam os “beiradeiros”, mais adiante, ela ainda os chama de “terceiras gentes” e “*entres* da floresta”, pois entende que é na *intercessão* e também na *soma* entre mundos diferentes que essa população precisou se criar, e que por isso mesmo aprendeu a viver na floresta e também fora dela, absorvendo e reformulando assim diferentes culturas. Não por acaso, ao falar deles, sua linguagem sente a demanda por maior prática de criação. Ou, em suas palavras: “Quando escrevo sobre eles, de imediato minha prosa se poetiza. Não peço licença, só aviso” (p.81).

Em relação à sua organização da narrativa e ao manejo temporal, Eliane Brum também assume que não há nada de “neutro” ou “natural” na sua forma de contar essa história, e, por isso mesmo, escolheu “começar de frente pra trás”: primeiro aponta o marco de 2010, com o leilão da concessão para construção da usina de Belo Monte, e só depois lembra que aquele momento se subordinava a uma longa trajetória anterior de violência e destruição. Conta, então, o principal conflito que atingiu essa população nos últimos anos e que foi responsável por deslocar entre 20 mil e 40 mil pessoas dos territórios que tradicionalmente ocupavam. É a partir desse ponto que é traçada uma trajetória sobre também a cobertura da autora sobre o assunto, e como ela se interessou sobre o tema. Depois de descrever esse panorama mais geral, no entanto, ela traz os acontecimentos que antecederam a construção de Belo Monte (utilizando flashbacks) e que foram responsáveis tanto por fazer com que a população dos ribeirinhos representasse outro tipo de ocupação do território dentro da Amazônia, quanto por se conectar a fatores econômicos que influenciaram na tomada de decisão pela construção de uma hidrelétrica naquele momento.

Sua visão a respeito dos resultados da obra, exposta logo depois dessa sequência, é bem clara: trata-se de uma construção equivocada e fadada ao fracasso, incapaz de fornecer as

vantagens que prometia, mas muito capaz de gerar os danos que de fato acarretou. A usina, assim, é tensionada na sua narrativa pelo rio-personagem que é, ali, o Xingu, e que não só se “encolhe” parte do ano ou “seca”, mas faz algo mais que assinala bem sua antropomorfização no discurso: “Esconde-se”.

Seguindo nessa linha de certa antropomorfização do rio, ela ainda fala na “incapacidade” dos brancos de “alcançarem” a linguagem do rio. E faz a ressalva: “se o rio fala, a gente não entende”. E parte para o registro da única linguagem que os brancos parecem entender bem: a que produz o som da explosão do rio por dinamite. E, a partir disso, um silêncio “que dói”. Nesse ponto, aliás, Brum faz algo que marca também na organização da sua narrativa o ponto de virada representado por um completo desastre, uma destruição da vida, um imperativo de recuo das palavras diante da tragédia: ela interrompe a narrativa e faz seu leitor cogitar seu final definitivo inserindo depois dessa interrupção o tempo suspenso e devastado que é representado por uma página inteira vazia de palavras e pintada de cinza.

Ao retomar a narrativa, sinaliza, no entanto, que “O rio não está morto por completo” (p.84) e, prosseguindo com suas estratégias de humanizar a tragédia causada pela explosão e barragem do rio, passa a se concentrar sobre o ribeirinho Otávio das Chagas, que funciona assim como um personagem metonímico do próprio rio. Para falar dele, adota uma escrita assumidamente poética, e que também se enxerga assim por falar de um tema de especial sensibilidade através da escolha de um personagem anônimo o suficiente para poder ser lido como um coletivo. Esse personagem é tão anônimo que ela o chama “das Chagas”, por entender que são as suas cicatrizes que definem a sua história. Além dele, aparece como personagem apenas o filho, Francisco, que também não é descrito com sobrenome. Assim, apesar de até sermos apresentados a aspectos mais específicos de suas histórias, eles se confundem com as muitas vozes silenciadas por Belo Monte.

Usando esse conjunto de recursos narrativos, Brum não só se recusa a tratar o Xingu como mero pano de fundo onde se passa a reportagem, mas o assume ainda como um personagem capaz de encarnar a ideia de *descentralidade* humana. A complexidade que o rio apresenta ao longo do texto faz com que ele de fato tome caráter de personagem, e não apenas de cenário. E, sendo assim, se o Xingu é parte do corpo dos beiradeiros (que, por sua vez, também são parte dele), tal como fala a autora, é possível contar sua história também a partir da história dos ribeirinhos.

Cabe dizer, neste ponto, que as figuras de linguagem utilizadas por Eliane Brum, neste

capítulo, ao fazer a descrição do corpo de Otávio Chagas ou mesmo ao falar sobre o Xingu, estreitam ainda mais as metáforas corpóreas que se repetem ao longo da obra. São, no entanto, metáforas que quase se confundem com a realidade. Quando ela escreve sobre o rio “falar”, por exemplo, está se referindo à mudança de barulho provocada por ele, e como isso se torna uma linguagem que poucos compreendem. Já quando descreve o “desaparecimento” do corpo de Otávio Chagas ou na parte que está faltando, podemos entender como uma metáfora, mas também como um aspecto que pode ser sentido de maneira prática: a falta do rio deixa marcas reais no corpo.

Também aparecem novamente como metáforas as “balas perdidas” ou “balas achadas” de Otávio Chagas, apontando para uma aleatoriedade dos danos provocados por um projeto de desenvolvimento que propositalmente não olha para esses povos. Ao mostrar de forma especialmente evidente algo dos conflitos de ideologia presentes na linguagem, a jornalista entende que valores econômicos também são diferentes para os brancos e para os beiradeiros. Quando ela pergunta, por isso, para uma pessoa dessa população a respeito do que é ser pobre, a resposta é, de novo, capaz de renovar a percepção a respeito do próprio mundo que também seu leitor habita: “‘Ser pobre é não ter escolha. Do que comer, de onde ir e de onde vir, do que fazer ou não fazer.’ Ser pobre é não ter escolha sobre o desejo. Perguntei a eles o que é ser rico. ‘Ser rico é não precisar de dinheiro.’ É preciso entender também isso.” (Brum, 2021, p.97).

Em outro momento, essa aparente “confusão” entre os conceitos é usada, ainda, como forma avançada de oprimir a população beiradeira, fazendo com que não só precisem sair de suas casas, mas que suas moradias nem mesmo sejam classificadas como o tipo de imóvel que seria passível de receber uma indenização pela construção da hidrelétrica no local.

Para Otávio das Chagas, casa é o telhado de babaçu e também o ar que entra pela porta jamais trancada, são as fruteiras da floresta e os peixes no rio, é a roça e a liberdade de não ir pra roça. É a cutia e a paca no mato. O canto dos macacos guaribas na madrugada. Casa também são os vizinhos e as brincadeiras ao pôr do sol. É o futebol dos meninos e das meninas. É onde se amarra a rede para quem chegar. Mas essa casa não estava inscrita nos papéis dos homens da empresa. Quem diz o que é uma casa? (Brum, 2021, p. 94).

Brum passa, então, a incorporar essa noção de casa que não é definida por quatro paredes — e também uma perda de algo que deixa de dar materialidade à existência dos ribeirinhos, que tiveram suas memórias afundadas com o rio. Neste momento, ela também defende a posição deles como “refugiados dentro do próprio país”.

A linguagem, portanto, e mais uma vez, é apontada aqui como um elemento cerceador e capaz de muitas violências. O mesmo ocorre quando esse personagem tenta apresentar as “palavras de advogado” que não são entendidas por ele, e que ficam evidenciadas como uma barreira e uma estratégia dos brancos para efetuar ações de enganação e usurpação. No lugar da linguagem, então, o que ele consegue mostrar à jornalista são as marcas no corpo, reforçando mais uma vez essa ligação entre narrativa e presença que se alonga durante a obra.

Esse conflito a partir da linguagem também aparece quando a autora incorpora “Belo Monstro” e não mais “Belo Monte” como nome, incluindo a forma pela qual os beiradeiros passaram a chamar a construção, por entender que era sádico chamar uma arma de destruição de algo como “belo”, o que atesta o uso por Brum de um tipo de sensibilidade *hacker* proposto por Fabiana Moraes (2022).

No mesmo sentido, vale destacar que esse tipo de reportagem traz um aprofundamento ambiental e também cultural que se encaixa bastante com o que foi explorado ao longo do trabalho: foram captados elementos de uma mudança estrutural no modo de viver, quando a população beiradeira é forçada a viver não mais próxima ao rio, mas na cidade. E, para isso, ao invés de escutar fontes oficiais e trazer dados que trazem o panorama mais geral, se coloca ao lado dos beiradeiros. É assim que consegue chegar ao conflito dramático que mais evidentemente organiza essa parte da narrativa: *o que caracteriza a identidade deles quando perdem a ligação com o rio?*

Percebendo a fundo, neste capítulo, quais são as intrigas presentes, há ainda uma outra que se deixa mostrar, então, e que de fato parece costurar toda essa trama: *como pode uma jornalista branca, usando a língua dos opressores, trazer à tona a história dos oprimidos?* A resposta que Eliane Brum dá a isso, ao final do capítulo, para ser uma justificativa que também traz a si mesma, e que mostra esse potencial autorreflexivo do jornalismo:

Eu escuto as vidas barradas do Xingu. E fracasso em convertê-las em palavras. Fracassar é uma condição de quem escreve. A vida sempre escapa. A vida transborda, a vida é maior. [...] A vida flui na palavra, mas não aceita ser barrada por ela. A vida é rio que não se submete a hidrelétricas (Brum, 2021, p.93).

5.4.2 Segundo texto analisado

Partindo da tabela mostrada na abertura do item 5.4, está apresentada a seguir a *segunda* tabela que incorpora o desenho criado e o aplica concretamente à análise de um texto

específico. Logo depois dela, de novo ainda estão registrados comentários a fim de aprofundar a análise e complementar o esquema já traçado.

Título	51.altamiracles
<i>1. Qual conflito central organiza a história?</i>	A dinâmica básica entre os seres vivos que representam todos aqueles que foram atingidos e massacrados pela devastação da floresta e aqueles seres humanos que são os regentes ou cúmplices dessa destruição. (Num nível mais metanarrativo, os desafios trazidos pela mudança da jornalista de São Paulo para Altamira e a vida que ela passou a ter na cidade, incluindo os desafios, as alterações de perspectiva e o impacto íntimo que essa experiência trouxe.)
<i>2. Como os fatos são encadeados?</i>	Basicamente, a narrativa parte do momento de mudança da jornalista para Altamira e acompanha sua paulatina adaptação à cidade. Entrelaçados a isso e retomados à medida em que são úteis à narrativa desse processo, no entanto, aparecem os seguintes marcos temporais: ● 2001: primeiro trabalho de Eliane Brum e Lilo Clareto na Amazônia ● Entre 2010 e 2015: Transformação de Altamira em canteiro de obras de Belo Monte entre 2010 e 2015 ● 2017: Mudança da jornalista e de Lilo Clareto para Altamira em 16 de agosto ● 2017: Tentativas de encontrar uma casa para alugar ● De 2017 em diante: Impacto negativo e visível da reforma trabalhista de Michel Temer

	• De 2017 em diante: Percepção paulatina de que a cidade em ruínas também é Amazônia • De 2017 em diante: Aceitação dos limites e das contradições que carrega • 2019: Lançamento do livro premiado "Brasil, construtor de ruínas"
3. <i>Quem ocupa quais papéis?</i>	• Como protagonista: Eliane Brum, já representando uma perspectiva alinhada à dos povos-floresta, e também por extensão todos os seres atingidos pela destruição da floresta (incluindo não só ribeirinhos desterritorializados e povos-floresta, mas também árvores e animais massacrados por esse movimento) • Como auxiliares: Lilo Clareto e outros defensores da floresta e dos povos-floresta (como a companheira de Lilo Clareto, uma freira assassinada, integrantes de ONGs de defesa dos povos indígenas e da floresta etc) • Como antagonistas: os responsáveis pelo movimento incessante de destruição da floresta e perseguição de seus defensores (aí incluindo boa parte da população rica da cidade, que fixa equivalência entre destruir a natureza e "limpar" os terrenos, mas também expoentes mais particulares desse grupo como os proprietários de condomínios locais e de casas que são oferecidas para aluguel, os proprietários dos veículos robustos que ameaçam e atropelam a população pedestre e mesmo os cães agressivos que cercam sistematicamente a jornalista na casa em que

	mora)
4. <i>Como a narrativa produz credibilidade?</i>	● Inserindo informações objetivas relativas às datas dos marcos temporais principais ● inserindo informações e dados sobre as mudanças mais notáveis pelas quais a cidade de Altamira passou nos 10 anos anteriores à escrita do livro em questão e os problemas pelos quais tem passado ● trazendo descrições detalhadas de cenas que mostram a tensão permanente provocada por aquele que promovem e lucram com a destruição da floresta e a exploração econômica da floresta e também dos moradores mais pobres de Altamira ● reconhecendo a inscrição particular e os limites de visão da própria jornalista que busca fazer a cobertura do tema
5. <i>Como a narrativa persuade?</i>	● Adotando um tom testemunhal mais vivo a respeito da situação local e das mudanças observadas ● Detalhando expressivamente as cenas concretas mais representativas das tensões observadas ● Usando flashbacks para manejo mais expressivo do tempo ● Usando ironia para expor a naturalização das ações de destruição da natureza e ameaça constante a seus defensores
6. <i>Que visão de mundo a narrativa</i>	Basicamente, uma visão de mundo sensível e mais aderente à perspectiva dos povos ribeirinhos e dos povos-floresta e, portanto, contrária à perspectiva

<i>legítima?</i>	hegemônica e “branca” de legitimação e naturalização da destruição sistemática da floresta e da natureza de um modo mais amplo, do deslocamento e empobrecimento radial da população ribeirinha deslocada a partir disso e da violência cotidiana sofrida por todos os que são alvos desses danos ou solidários aos seres que os sofrem.
<i>7. Que efeitos sociais a narrativa produz?</i>	• aumenta a visibilidade da perspectiva dos povos-floresta, em especial dos ribeirinhos deslocados e transformados em pobres urbanos, a respeito das mudanças ocorridas em função da destruição sistemática e crescente da floresta amazônica; • denuncia as violências cometidas pelos opressores junto aos oprimidos ligados aos movimentos de defesa das floresta e seus povos diante das forças ligadas à destruição de ambos; • promove uma maior sensibilização do público leitor do livro (preponderantemente branco e urbano) e respeito dos danos ecológicos e sociais provocados por essa destruição sistemática; • elabora e aprofunda a discussão pública e acadêmica a respeito das limitações, do potencial e do próprio papel social que pode e deve ser desempenhado pelos jornalistas.

Esse capítulo apresenta um relato bastante pessoal de Eliane Brum sobre sua mudança para Altamira, com ênfase no deslocamento que foi necessário fazer para que essa mudança fosse possível. A escolha de começar listando os voos, as cidades e os estados, mostra como foi preciso cruzar várias fronteiras para fazer essa passagem — mas ela também destaca, neste momento, que a mudança causada pelo deslocamento foi muito maior em um sentido mais íntimo. “São Paulo-Belo Horizonte-Belém-Altamira, quatro cidades, três estados, três voos.

Não. Imensamente mais. Uma vida" (p.216). Trazendo o leitor para dentro de sua vida pessoal, ela inclusive aborda o término de seu casamento e o início do relacionamento de Lilo Clareto com Daniela Silva, que conhece assim que se muda para a Amazônia, com detalhes que não fazem parte do registro jornalístico. Apesar dessa aproximação tão grande, no entanto, ela se dirige pouco aos leitores, como faz em outros momentos do livro com bem mais frequência.

Esse tom confessional é construído, assim, em uma estrutura quase de diário e com a presença de flashbacks para os primeiros contatos com a cidade, mas também traz elementos que dialogam com o interesse público sobre a cidade e a vida nessa região do Brasil. A autora escreve olhando para o seu passado, então há diversas marcas de dêiticos neste trecho, como “naquele momento e enquanto escrevo este livro”, “estávamos”, “me lembro”, etc.

Um dos aspectos que mais chama atenção, nesse sentido, é o trecho que conta sobre a sua procura por uma casa na cidade. Além dessa busca ter um sentido metafórico potente, já que mais tarde a autora se diz sentir sempre “desterritorializada” na Amazônia, são apresentados problemas de infraestrutura sérios e que envolvem segurança pública e qualidade de vida, incluindo dados sobre esse assunto e a comparação com a cidade do Rio de Janeiro para se ter a noção da gravidade da violência — novamente, pressupondo que é provável que o leitor esteja em um território em que esteja mais familiarizado com esse território para efeitos argumentativos. Quando a autora cogita morar em um condomínio que, mais tarde, descobre ser do mandante do assassinato de Dorothy Stang, também se vê um ponto de virada importante na narrativa, que é a necessidade de estar sempre atento a origem das cadeias produtoras e das mercadorias, pois ela entende que na Amazônia entender esses preâmbulos pode significar a sua própria segurança.

Neste momento, ela também reflete sobre o que significa viver em um condomínio — uma palavra que, como conta, é de difícil tradução quando seus trabalhos são publicados em outras línguas. Isso porque os condomínios são a marca de um projeto político-habitacional que tem como objetivo deixar de fora os mais pobres e as pessoas negras do país. Então, não se trata apenas de uma mera tradução de uma palavra, mas de um conceito ideológico que precisaria de maior compreensão sobre o seu significado político dentro de um país marcado pela desigualdade social. E que, neste sentido, há mais outra subversão quando este mesmo ambiente se mostra também o lugar em que ela mesma poderia se sentir mais insegura: as pessoas por trás dos projetos de exclusão e de destruição da floresta costumam ser as mesmas.

O momento em que Lilo Clareto e ela fazem uma primeira reportagem juntos, na Amazônia, no território Yanomami, também é descrito com riqueza de detalhes, mesmo se tratando de um flashback dentro da história principal que se propõe a contar. Este trecho, inclusive, conta com a necessidade de apresentar palavras da língua yanomami para os leitores: *chabona*, que são as casas coletivas usadas por eles e que naquele momento os jornalistas não poderiam entrar. Além disso, ela mesma inventa mais uma palavra, a partir da sensação que teve, ao sobrevoar a floresta, de que aquele seria o verdadeiro mundo, do qual os brancos teriam deturpado o sentido.

Naquele momento, estávamos em um helicóptero, parados no ar, à espera de que as condições do vento permitissem um rápido e preciso mergulho. Suspensos sobre a floresta, eu também suspendia a respiração. Não por medo, nunca sinto medo voando, mas pela excitação própria das viagens em que sabemos que nos tornaremos outros de nós. E, então, velozmente mergulhamos. Para descobrir que aquele era o mundo; o que até então conhecíamos era um desmundo. (Brum, 2021, p.218)

Novamente, com a mudança de pele, vem também a necessidade de criação de um novo vocabulário para dar conta da perspectiva nova de mundo que parece tentar dar conta a partir de sua perspectiva. O próprio título do capítulo, “*altamiracles*”, aponta para uma visão mais positiva do local: ao fundir o nome da cidade com “*miracles*”, remete ao multiculturalismo que reverencia em Altamira, vista por ela, apesar da violência e das dificuldades, como um lugar apaixonante. Apesar das dificuldades que apresenta em morar na Amazônia, ao longo de todo o livro, também é um dos trechos no livro em que vemos mais claramente que há também um fascínio sobre o local.

Nos dias mais duros, em que a cidade me esfola pele e alma, me agarro a uma lembrança, a do momento exato em que me apaixonei por Altamira, ainda antes de viver nela. Era início de 2017, e eu deixava uma colorida e barulhenta reunião multilíngue de povos indígenas no início da noite. Caminhei algumas dezenas de metros e me deparei com uma espécie de rave numa academia de ginástica. Mais algumas dezenas de metros e meus ouvidos foram surpreendidos por cânticos desafinados, mas pungentes, de uma igreja evangélica. Um quarteirão, três mundos. E eu podia andar a pé por todos e ainda comer uma cumbuca de açaí ao final. (Brum, 2021, p.234)

Nesta mesma viagem que fez com Lilo Clareto, também já começou a inserir as diferenças culturais entre povos-florestas e brancos, dessa vez, com o uso do recurso de ironia. Esse recurso, suspeito, é pouco usado na obra justamente por ter sido responsável por subjugar os povos indígenas e colocá-los em posição de inferioridade historicamente. Mas, no trecho em questão, a autora faz uso da ironia subvertendo os papéis hegemônicos.

Acordamos na madrugada com a equipe de saúde que acompanhávamos gritando para que os indígenas não escarrassem no chão, e sim em potinhos plásticos. “No chão, não!” e “Cospe aqui!” eram os gritos de guerra de auxiliares de enfermagem desesperados, falando português com quem só entendia Yanomami. Era uma missão de testagem de tuberculose, e cada catarro era precioso. Eu queria muito saber o que os indígenas comentavam aos risos entre si. Deviam achar que todos os brancos eram loucos, e teriam razão. Quando não atirávamos neles, recolhíamos seu catarro. Esse foi nosso bom-dia. (Brum, 2021, p.219)

De volta para o momento que se muda para a Amazônia, ela percebe outra mudança cultural na cidade, e que se torna um dos pontos que a faz perceber que é impossível narrar a floresta sem abordar também a cidade em ruínas, por mais paradoxal que isso possa parecer.

O problema é que árvore, para grande parte da população da cidade Altamira, é sujeira. A palavra para capinar é "limpar". Só não cimentou o jardim quem (ainda) não teve dinheiro para comprar o cimento. O "progresso" é vencer a floresta, mesmo que seja o que restou dela no seu canteiro. Essa mentalidade é cimentada na cabeça da maioria, e a maioria é composta de migrantes que ali chegaram há pouco ou há muito para progredir na vida.

É nesse sentido que o uso da expressão "limpar" para arrancar a floresta aparece como algo que é dito entre a população local, de maneira informal, em uma mudança vocabular impregnada de uma mudança ideológica que enxerga a expansão urbana como uma maneira de “vencer” o verde. A linguagem, aqui, também se torna uma forma de registro de uma agressão naturalizada no dia a dia.

Neste capítulo, a própria autora sinaliza como a repetição da palavra sangue é presente em toda a narrativa: ela entende esse recurso não como pobreza de estilo ou de vocabulário, mas como a necessidade de marcar esse lastro se impondo nas fronteiras da guerra climática. No total, a palavra aparece oito vezes ao longo do capítulo, sendo usada também para descrever a cor de esmalte "vermelho-sangue" da corretora que afirma que apenas "dizem" que Reginaldo Galvão mandou matar Dorothy Stang.

Eliane Brum, aqui, não somente é a narradora e uma personagem, mas com certeza a centralidade deste texto. E isso aparece inclusive na descrição do que faz para se “disfarçar” na Amazônia ou mesmo sobre as estratégias que passa a adotar para evitar conflitos no dia a dia. Apesar de citar vários nomes, no entanto, apenas ela e Lilo Clareto aparecem como personagens com camadas dentro da narrativa.

Se assumindo nesta posição, a história também é narrada a partir de sua perspectiva: tanto a perseguição política que passa a se aproximar e os conflitos se acirrando (representados de maneira simbólica pelo pôster de Jair Bolsonaro que passam a ser sua vista de casa), ela assume qual a posição dela diante desse mundo e de que maneira irá caminhar

sobre ele. Quando ela usa a imagem do ex-presidente, ela encara o medo de uma ideologia que não só se perpetua por ele, mas pela presença de madeireiros, grileiros e outros agentes destruidores da floresta amazônica, que estão sempre a poucos metros dela. Em outro momento, esse posicionamento se traduz no questionamento sobre como protestar, durante a reforma trabalhista, se isso significa ficar sem trabalho na cidade ou ser obrigado a migrar mais uma vez.

As contradições que a autora carrega também ficam evidentes neste capítulo: inclusive no que diz respeito à limitação que tem em se sensibilizar com tudo ou conter todas as vozes. É o que o caso dos seus vizinhos, que foram expulsos da noite pro dia, e que ela se lamenta por não ter percebido a situação, parece exemplificar bem.

Vale pensar, ainda, que se o número dos capítulos foi adotado de forma aparentemente aleatória até então, assim como ela afirma que os povos-florestas falavam quando ela perguntava a idade, neste capítulo há uma lógica. Ela também chega a escrever, quando aborda esse tema, que o que esses números informaram, na verdade, não era mais a idade dos indivíduos, mas há quanto tempo tinham se “deflorestado”. E é com exatamente 51 anos que Eliane Brum estava em 2017, quando se muda para Altamira.

5.4.3 Terceiro texto analisado

Partindo pela última vez nesta tabela apresentada antes, está apresentada a terceira tabela que incorpora o desenho criado e que aplica concretamente à análise de um texto específico. Logo depois dela, estão registrados novos comentários a fim de aprofundamento da análise e complementação do esquema já traçado.

Título	2018.alice
1. <i>Qual conflito central organiza a história?</i>	A luta pela sobrevivência das tartarugas-da-amazônia, uma espécie ameaçada de extinção e representadas no texto por uma delas em especial (chamada pela jornalista de Alice), considerando o trajeto longo e perigoso que milhares delas precisam fazer para alcançarem o local de desova, enfrentado não só seus predadores naturais mas também, seus caçadores

	ilegais.
2. <i>Como os fatos são encadeados?</i>	A narrativa parte de uma observação mais próxima e detalhada do processo que possibilitou o nascimento da tartaruga chamada Alice. Entrelaçados a isso e retomados à medida em que são úteis à narrativa desse processo, no entanto, aparecem os seguintes marcos temporais: ● 1998: primeira vez de Eliane Brum na Transamazônica e quando ocorre um jantar que servem tartaruga-da-amazônia como prato principal ● 2009: ano em que 2 mil tartarugas desprotegidas foram capturadas no Tabuleiro do Embaubal ● Início da migração para desova ● Desova das tartarugas ● 20 de dezembro de 2017: nascimento de Alice ● 2019: quando Jair Bolsonaro chega ao poder
3. <i>Quem ocupa quais papéis?</i>	● Como protagonista: Alice, a pequena tartaruga-da-amazônia que está nascendo, e representa nesse sentido não só as milhares de tartarugas como ela mas também todas as demais espécies ameaçadas pelo avanço da destruição provocada pelos seres humanos. ● Como auxiliares: Gumercinda, Cristiane Costa Carneiro (Cris das Tartarugas), Juarez Pezutti (Juca) e Antonio Davi Gil (Tuíca) ● Como mediadora/auxiliar: Eliane Brum ● Como antagonistas: os caçadores ilegais que se situam principalmente na região de Porto de Moz.
4. <i>Como a narrativa produz</i>	● Inserindo informações objetivas relativas às datas dos marcos temporais principais

<i>credibilidade?</i>	● inserindo informações e dados objetivos sobre a situação das tartarugas-da-amazônia, como espécie ameaçada pela caça ilegal na Amazônia ● trazendo descrições detalhadas de cenas que mostram não só a tensão entre a luta das tartarugas-da-amazônia pela sobrevivência e as ameaças representadas por seus predadores ● reconhecendo a inscrição particular e os limites de visão da própria jornalista que busca fazer a cobertura do tema
5. <i>Como a narrativa persuade?</i>	● Adotando um tom testemunhal mais vivo a respeito da situação das tartarugas-da-amazônia ● Adotando uma focalização mais próxima de uma delas, em especial, chamada Alice, e operando uma certa personificação da mesma ● Detalhando expressivamente as cenas concretas mais representativas das tensões observadas ● Detalhando expressivamente também a dimensão emocionante e épica da luta das tartarugas-da-amazônia pela sobrevivência ● Usando onomatopeias para descrever movimentos e acontecimentos que estão além do que podem expressar a língua dos homens ● Usar metáforas e comparações para melhor expressar as dimensões da luta das tartarugas-da-amazônia pela sobrevivência em meio a um cenário cada vez mais ameaçador e desprotegido
6. <i>Que visão de mundo a narrativa</i>	Uma visão de mundo sensível e mais aderente à perspectiva das espécies animais ameaçadas pela ação predatória dos seres humanos, e mais especificamente dos caçadores ilegais

<i>legítima?</i>	que atuam na Amazônia e dos líderes políticos que são complacentes com a atuação dos mesmos ou até as apoiam.
7. <i>Que efeitos sociais a narrativa produz?</i>	• aumenta a visibilidade da perspectiva das espécies animais ameaçadas, denunciando ação predatória dos caçadores ilegais e a inércia ou cumplicidade criminosa dos governos que os apoiam. • promove uma maior sensibilização do público a respeito da força e da beleza das espécies ameaçadas e dos danos ecológicos provocados pela ação dos caçadores ilegais na Amazônia; • elabora e aprofunda a discussão pública e acadêmica a respeito das limitações, do potencial e do próprio papel social que pode e deve ser desempenhado pelos jornalistas.

O capítulo “2018.alice” já começa de maneira paradoxal: ao abordar a figura do urubu, comumente associada a morte, a narradora o capta com o olhar contemporâneo de quem enxerga esse personagem como quem se adapta a destruição sem se tornar ele próprio o destruidor — e, neste sentido, Eliane Brum já mostra que na natureza não é fácil encontrar figuras tão fixas como vilões e mocinhos. Ao dizer que inclusive se identifica com essas criaturas e que, se pudesse escolher seria um deles, ela cria uma aproximação com um ser que, dentro das narrativas mais tradicionais, costuma estar em uma posição antagônica aos humanos. Apesar de se aproximar com ainda mais cuidado e atenção sobre a figura da tartaruga-da-amazônia, no entanto, está longe de colocar esse animal, que é um de seus predadores, como o antagônico da narrativa.

Faz isso, inclusive, em um contexto que os “mais-que-humanes” já citados aqui ganham muitas características tipicamente humanas: ao longo da narrativa em que as criaturas fazem esforços enormes para chegar ao destino e continuar a espécie, os seres são chamados de “valente”, “atentas” e “cautelosas”. Quando a autora vai descrever um dos trechos que as tartarugas correm mais risco, por serem alvo de caça ilegal, conta que os criminosos costumam criar armadilhas com “mucajá”, uma fruta que descreve como um bombom para as

tartarugas e que é usada como isca. Ao fazer isso, novamente está criando paralelos entre os seres e reforçando comparações.

Essa perspectiva humanizante é tão intensificada que, próximo ao final da narrativa, quando a tartaruga Alice entra pela primeira vez no Xingu, a narradora chama a protagonista da história de “a pessoa tartaruga”. Esse jeito de se referir potencializa as características antropomórficas sem, no entanto, negar também o elo da criatura com sua natureza. O próprio título dado ao capítulo, que nomeia a tartaruga como “Alice”, em referência a neta da autora, coloca em pé de igualdade as criaturas de diferentes espécies.

Escolher os seres Alice e Gumercinda como protagonistas, neste sentido, funciona de forma a transformá-las em representantes de suas espécies. Apesar de não se tratar de um texto que faz um perfil das duas, traz muitas características que permitem diferenciar o jeito de Alice, por exemplo, das outras tartarugas, o tipo de atenção que só é possível com uma observação próxima e intensa, como Eliane Brum mesmo descreve, ao notar que, de longe, as tartarugas costumam parecer iguais, mas somente as observando de perto que é possível perceber a diferença em seus rostos, jeitos de se movimentar e no corpo. E também na escolha de tratar Gumercinda como a tartaruga “mãe” dessa história (apesar dela ser apenas uma das tartarugas que fazem essa travessia, e nada a ligar com o ovo de Alice), para trazer mais detalhes para a trama e também envolver o leitor com o tipo de sacrifício necessário para conseguir dar continuidade a espécie. Quando se conhece essa “linhagem”, a sensação de proximidade se torna maior.

Também vale perceber, nesse contexto, os personagens que aparecem ao longo do capítulo: além dos urubus e das tartarugas-da-amazônia que são narradas, aparecem também os especialistas no assunto, do ponto de vista de um jornalismo ambiental mais tradicional, que seriam Cristiane Costa Carneiro (Cris das Tartarugas), Juarez Pezutti (Juca) e Antonio Davi Gil (Tuíca). Apesar de aparecerem fazendo observações importantes sobre o modo de vida da espécie e suas características (como peso, número de filhotes ou tempo de vida), eles não aparecem como vozes que explicam a totalidade dos acontecimentos que vão se seguir ao longo do capítulo. Eles também surgem como observadores das criaturas, se surpreendendo com seus gestos e jeitos, e se envolvendo também bastante ao longo do processo de cuidado com suas vidas. Mesmo essas fontes ligadas ao pensamento científico, vale ressaltar, não aparecem aqui como neutras ou imparciais, mas como pessoas envolvidas afetivamente com os processos de cuidado e que respeitam os conhecimentos diversos sobre o tema.

Cris das Tartarugas e Juca fizeram carreira acadêmica, mas muito do que aprenderam foi com beiradeiros da região do Tabuleiro. Seus mestres, como a bióloga explica. Antonio Davi Gil, Tuíca, é um deles. Quase cego, ele fareja as tartarugas e esclarece que elas entendem muito de gente humana e também de floresta, mais do que qualquer humano, mais do que doutor, mais até do que ele mesmo, que praticamente nasceu dentro do rio. "A tartaruga é grande, mas ela sabe muito de água. Ela sabe mais do que eu." (Brum, 2021, p.313)

É possível notar, ainda, como todo o texto tem essa perspectiva de um olhar relacional: é o que acontece, por exemplo, a partir da perspectiva de Eliane Brum os pontos de virada da narrativa ao seguir a trajetória de Gumercinda e Alice. Frequentemente a autora compara os desafios enfrentados pelas tartarugas-da-amazônia com uma odisseia de Ulisses, e até a forma que escolhe narrar esse momento segue uma estrutura próxima de jornada de herói, quando para esses seres, é um processo que faz parte da vida e que é seguido em comunidade. Portanto, não se trata de um feito atípico ou anormal, mas de um rito. Essa mesma visão externa, que espetaculariza os processos, aparece novamente quando Eliane Brum diz que viu Alice se “autoparir” na areia, trazendo uma visão extremamente humana para os acontecimentos, inclusive os dotando de beleza.

O uso das onomatopeias ao longo do capítulo também desempenha uma função interessante neste sentido: os sons que os mais-que-humanes fazem em suas atividades diárias viram palavras da língua portuguesa nas mãos da autora, que registra o “ploft” quando há um furo na areia, “vrum vrum vrum” quando as tartarugas estão cavando ou “crac” quando o ovo se quebra. Esse gesto, no entanto, também marca uma hierarquia na criação de sentido e até uma separação entre o que pode ser descrito pela linguagem já conhecida e o que ainda não pode.

Essa ideia faz sentido quando se reflete que a própria autora afirma nunca ter se sentido tão estrangeira quanto observando essas criaturas de perto e tentando trazer para o papel suas dinâmicas e movimentos.

São três horas da madrugada quando nosso barco encosta na ilha de Juncal. Naquele momento vivo minha experiência mais profunda como estrangeira. Dois anos mais tarde, eu participaria de uma expedição pela Antártida, que faria esse sentimento se ampliar ainda mais. Não apenas estrangeira, mas astronauta. A paisagem é iluminada apenas pela lua. E as gaivotas sentinelam nossos passos. De imediato nos denunciam com seus gritos agudos, avisando que aquele que não deveria estar lá está pisando terra de mais-que-humanes. (Brum, 2021, p.320)

Se a intriga não é criada a partir de antagonistas entre os mais-que-humanes, há a criação de posições opostas muito delimitadas entre os destruidores da floresta (os humanos

exploradores) e a mera existência desses animais (no capítulo, especialmente a tartaruga-da-amazônia ou urubus). Nesse sentido, ainda que a autora não queira ocupar a posição de inimiga, aqui, ela inevitavelmente sabe que, aos olhos dos animais, pode sempre ser interpretada assim. E não exime a própria culpa nesse processo, quando, em um dos pontos de virada do capítulo, relembra já ter provado tartaruga-da-amazônia em uma das viagens de cobertura que fez quando militares prepararam o animal.

Se expor as próprias contradições é uma marca do livro como um todo, e neste capítulo esse aspecto aparece reforçando ainda mais os questionamentos que a autora passa a ter ao tentar captar o que as tartarugas podem estar entendendo sobre sua tentativa de as narrar e sobre a própria situação que se encontram — inclusive se entendendo como sujeito neste mundo. Para isso, trabalha com recursos estéticos como imaginar possibilidades do que pode acontecer no futuro (como as centenas de tartarugas que morrem por dia, quase exatamente iguais às protagonistas Alice e Gumercinda) ou os questionamentos sobre as verdades estabelecidas.

A caça de tartarugas-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) é proibida. Só a população ribeirinha, se não tiver outra fonte de proteína disponível, pode capturar uma tartaruga para alimentar a família. E apenas nessas circunstâncias. Mas o que é a lei? Se humanos já são mortos impunemente na floresta e em todo o Brasil, o que restaria para as tartarugas-da-amazônia? Essas mães são vendidas para restaurantes, viram prêmio em competições. Em 2017 chegavam a valer duzentos reais no mercado ilegal à luz do sol. Sua vida é assim interrompida. Uma brusquidão, uma dor excruciante. (Brum, 2021, p.317)

No entanto, a autora parece ser menos uma personagem nessa narrativa do que em outros trechos do livro, quando se coloca mais ativamente e também expõe mais suas opiniões. O que aparece de mais presente neste capítulo, sobre o seu olhar, porém, parece ser seu posicionamento em assumir uma perspectiva bem diferente da sua ao narrar essa história. Isso é possível observar, por exemplo, em trechos como esse:

Alice sobe e desce dunas que, diante de sua pequenez, devem parecer montanhas. Para apenas uma vez, quando escuta grito estridente de gaivota. E volta a correr. Quando chega mais perto do rio não há apenas areia, mas vegetação rasteira. Para ela, deve se assemelhar à floresta. Alice não hesita. Segue adiante. Correndo, correndo para a vida. Alice finalmente mergulha no Xingu. Pela primeira vez. Ela nada sem que ninguém a tenha ensinado a nadar. Vai sumindo na água. (Brum, 2021, p.328)

Por se tratar de um capítulo que aborda, principalmente, um nascimento, foi observado que os flashbacks (bastante usados ao longo do livro) são menos frequentes e a estrutura linear aparece de maneira mais estruturada, contribuindo para a tensão criada pelo principal

conflito dramático do capítulo. Quando, no entanto, a narrativa termina afirmando que a vida dessa tartaruga poderá durar “um segundo — ou século”, novamente o tempo é colocado sob uma outra perspectiva, que ousadamente já não é mais, sequer, aquela estritamente humana.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa partiu da necessidade de investigar como Eliane Brum mobiliza recursos de linguagem jornalístico-literários para construir pontes narrativas entre universos culturais distintos em *Banzeiro Òkòtó*, considerando as potencialidades e os limites dessa tradução intercultural no âmbito do jornalismo contemporâneo. Em um contexto marcado por urgências climáticas e pela intensificação dos conflitos socioambientais na Amazônia (e em todo o mundo, afinal), compreender de que maneira a autora articula estratégias do Jornalismo Literário, do Jornalismo Ambiental e do Jornalismo de Subjetividade tornou-se fundamental para pensar não apenas o que se narra sobre a Amazônia, mas como e de onde se narra — e como isso condiciona ou impacta dos debates públicos e mesmo as políticas relacionadas a esse tema.

É possível adiantar, a esse respeito, que a análise crítica da narrativa de *Banzeiro Òkòtó*, orientada pela metodologia de Luiz Gonzaga Motta e aplicada a três capítulos exemplares da obra ("13.entres da floresta", "51.altamiracles" e "2018.alice"), revelou um conjunto articulado de estratégias narrativas que operam deslocamentos epistemológicos, linguísticos e subjetivos significativos.

Logo de início, foi possível identificar e diferenciar três modalidades principais de uso contra-hegemônico das palavras por Eliane Brum: (1) a incorporação de palavras dos povos-floresta que exigem tradução acompanhada de mudança de pensamento (como "banzeiro", "òkòtó" e "bïde"); (2) a criação assumida de neologismos para expressar realidades do "entremundos" (como "despresidente", "gaúches", "deflorestados", "belezaviolência" e "amazonizar-se"); e (3) o questionamento ativo de palavras da língua dos brancos que não fazem sentido para narrar a realidade dos povos-floresta (como "virgem" aplicado à floresta, ou "desmatar" e "limpar" para se referir à destruição da vegetação).

Essas operações linguísticas, vale dizer, tais como analisadas e entendidas aqui, não representam apenas escolhas estilísticas. Ao subverter a linguagem hegemônica, Brum evidencia como as palavras carregam visões de mundo e relações de poder, tornando visível o que Gramsci identifica como o campo da hegemonia cultural. A linguagem, assim, deixa de ser tomada como instrumento neutro de comunicação para se revelar como território de luta simbólica.

Nessa linha de análise, e contrariando a linearidade cronológica típica do jornalismo

factual, evidenciou-se que a obra articula múltiplas temporalidades: os marcos pessoais da trajetória da jornalista (suas primeiras visitas à Amazônia na década de 1990, o estreitamento do contato com comunidades tradicionais em 2004, a mudança para Altamira em 2017, a morte de Lilo Clareto por Covid-19 em 2021); os marcos coletivos dos povos-floresta (a chegada dos portugueses, a ditadura militar, o governo Bolsonaro, a construção de Belo Monte); e até as temporalidades não-humanas (como as que se referem às épocas de reprodução ou às temporadas de desova das tartarugas). Essa articulação temporal complexa, analisada à luz do conceito de intriga de Ricoeur, converte a experiência temporal difusa em uma totalidade inteligível que não hierarquiza de forma prévia e enrijecida as diferentes perspectivas sobre o tempo, mas as entrelaça em uma narrativa que reconhece a validade e a dignidade de cada uma delas. Os flashbacks, assim, da mesma forma que outras formas de manejo narrativo da temporalidade, não funcionam então apenas como recurso narrativo, mas como estratégia discursiva de resistência à imposição conceitual de uma única linha temporal hegemônica.

A análise revelou ainda uma distribuição bem pouco convencional dos papéis narrativos. Nos três capítulos analisados, foi possível notar que ocupam posições de protagonismo não apenas seres humanos (como a população ribeirinha atingida por Belo Monte, por exemplo, representada inclusive por Otávio das Chagas e seu filho Francisco), mas também entidades não-humanas (o próprio rio Xingu, a tartaruga Alice ou os sapos-vizinhos). Já a jornalista, por sua vez, assume alternada e/ou simultaneamente os papéis de narradora, personagem, mediadora e auxiliar, explicitando assim seu afastamento assumido de uma posição pretensamente “distanciada” e “neutra” e sua inscrição múltipla, cambiante e particular na narrativa. Por muitas vezes, inclusive, se torna protagonista das histórias: sendo o ponto referente dos leitores, é o interesse pelo que acontece com ela que pode guiar muitas das leituras. Como antagonistas, por outro lado, aparecem não somente ou principalmente indivíduos isolados, mas também sistemas e estruturas: os responsáveis pela construção de Belo Monte (incluindo governo federal, empresas e seus advogados), os destruidores da floresta (madeireiros, grileiros, garimpeiros), os caçadores ilegais de tartarugas, e até mesmo elementos aparentemente mais cotidianos e “paisagísticos” como os cães agressivos de moradores próximos ou os veículos robustos que ameaçam pedestres em Altamira — todos representando, em diferentes escalas, a violência sistemática e o clima de ameaça permanente contra a floresta, seus povos e seus aliados ou defensores. Essa configuração de personagens,

vale notar, opera uma descentralização radical da perspectiva humana, especialmente da perspectiva branca e urbana, abrindo espaço para o que a própria autora chama de "mais-que-humanos" — uma categoria que não define os animais pela falta (como "não-humanos"), mas pela superação e expansão do que comumente é considerado humano.

Em termos da produção de credibilidade, ficou claro que a narrativa em questão agencia múltiplos recursos já previstos na bibliografia teórica da área: inserção de informações objetivas sobre datas, territórios alagados e danos ecológicos; apresentação de vozes e descrições detalhadas de personagens específicos como representantes de coletivos; e, fundamentalmente, reconhecimento explícito da inscrição particular e dos limites de visão da própria jornalista.

As estratégias persuasivas identificadas, por sua vez, incluem: uso de flashbacks para manejo expressivo do tempo; desenvolvimento de metáforas corpóreas que não são meramente retóricas mas emergem da experiência física na floresta; adoção de tom testemunhal; detalhamento expressivo de cenas concretas; uso de ironia para expor naturalizações violentas; emprego de onomatopeias para expressar o que escapa à língua dos homens; e ainda o desenvolvimento de uma linguagem assumidamente poética quando a prosa jornalística convencional se mostra insuficiente. Particularmente notável, em relação a esse ponto, foi por exemplo o uso de recursos gráficos não-verbais, como a página inteira pintada de cinza que interrompe a narrativa da explosão do rio Xingu por dinamite, materializando no próprio corpo do livro o silêncio devastado e o tempo suspenso que se seguiram à destruição abrupta e radical.

A presença marcada da jornalista na narrativa, por sua vez, sempre tão notável, representa uma estratégia consciente de situar o conhecimento produzido. Eliane Brum explicita suas intencionalidades, expõe suas contradições (como ter provado tartaruga-da-amazônia em uma viagem de cobertura), reconhece seus desconfortos e limites e assume a dimensão afetiva de sua relação com o território e seus habitantes. Essa subjetividade situada, como demonstrado, dialoga diretamente com as proposições do Jornalismo de Subjetividade teorizado por Fabiana Moraes, expandindo os dados técnicos e distantes para atingir reportagens mais envolventes, aprofundadas e eticamente comprometidas com as realidades que busca narrar.

Quanto aos resultados desta pesquisa, o que mais se faz claro é que através deste trabalho ficou demonstrado que é possível — e necessário — repensar radicalmente as formas

de fazer jornalismo quando se trata de cobrir realidades atravessadas por diferenças culturais profundas e relações de poder assimétricas. O jornalismo, especialmente nesses contextos, pode e deve atuar não apenas como projeto de registro apenas factual, mas como espaço assumido de disputa de narrativas hegemônicas e de legitimação de outras epistemologias. E isso exige do jornalista não apenas domínio técnico, mas também a disposição para deslocamentos múltiplos: geográficos (como na mudança de Brum de São Paulo para Altamira), subjetivos (como na aceitação do desconforto e da "desestruturação"), epistemológicos (como no reconhecimento de que a linguagem e as formas de conhecimento ocidentais têm limites), e ético (como na explicitação do próprio lugar de fala e das contradições que carrega). A articulação entre Jornalismo Literário, Jornalismo Ambiental e Jornalismo de Subjetividade, nesse sentido, longe de representar confusão ou cruzamento confortável de fronteiras disciplinares, emerge como verdadeira necessidade de uma cobertura que faça jus à complexidade dos temas socioambientais contemporâneos.

Em termos mais estritamente acadêmicos, acredito que a pesquisa possa ter contribuído para o campo da comunicação ao demonstrar empiricamente, através da análise de uma obra premiada e reconhecida, como as fronteiras entre jornalismo e literatura, objetividade e subjetividade, informação e conhecimento podem ser produtivamente tensionadas e reconfiguradas. Também a articulação entre os conceitos de hegemonia (Gramsci), dialogismo (Bakhtin), intriga e configuração narrativa (Ricoeur) e memória cultural (Assmann) mostrou-se fundamental para compreender como as narrativas jornalísticas atuam como espaço de disputa simbólica e de construção social dos sentidos.

O esforço de uma incorporação mais avançada da metodologia de análise crítica da narrativa de Luiz Gonzaga Motta, por fim, revelou-se especialmente produtivo para descortinar as camadas de sentido, as estratégias discursivas e os efeitos ideológicos e pragmáticos da narrativa jornalística. Os sete movimentos analíticos propostos pelo autor permitiram e orientaram uma compreensão aprofundada de como a narrativa organiza conflitos, encadeia fatos, distribui papéis, produz credibilidade, persuade, legitima visões de mundo e produz efeitos sociais. Devo frisar, em relação a esse ponto, que de fato foi nesse movimento que percebi com mais clareza não só os limites de outras análises com as quais eu vinha tendo contato, mas também os pontos ainda menos nítidos ou mais limitados desse mesmo instrumental (tantas vezes citado, mas tão poucas vezes de fato manejado e testado criticamente para análises concretas). Destaco, ainda, que o esforço de compreender mais a

fundo a metodologia proposta por ele me ajudou a organizar didaticamente um formato original de tabela analítica mais rigorosa e explicitamente afinada com os movimentos previstos por Motta e mesmo com o sentido profundo das categorias analíticas sobre as quais se debruça.

Considerando a dimensão social e política desta pesquisa, entendo que em um contexto de urgência climática e ambiental como este em que vivemos, as formas de narrar a Amazônia têm consequências diretas sobre políticas públicas, direitos territoriais e a sobrevivência de povos e ecossistemas. Narrativas que reconhecem a agência e a complexidade dos povos-floresta, que questionam a centralidade da pessoa humana e que explicitam as violências da linguagem hegemônica contribuem diretamente para desestabilizar estruturas discursivas coloniais que ainda persistem. E a obra de Brum ao fazer isso, demonstra que é possível aumentar a visibilidade da perspectiva dos povos-floresta, denunciar violências sistemáticas, promover sensibilização do público urbano e branco, e elaborar discussões públicas sobre o papel social do jornalismo — tudo isso sem cair em paternalismos, exotizações ou pretensões de "dar voz" a quem já tem voz própria.

É fundamental, no entanto, que eu reconheça também as limitações desta pesquisa, que em certa medida espelham as próprias limitações reconhecidas por Eliane Brum em sua obra. Como explicitado na introdução, parto de um lugar situado – como pessoa branca, formada no sudeste do Brasil e que nunca esteve fisicamente na Amazônia. Essa posição inevitavelmente marca a interpretação realizada e impõe perdas e lacunas ao exercício analítico. Assim, embora tenha havido um esforço consciente de buscar referências de autores indígenas e pesquisadores da região Norte, essa ainda constitui uma lacuna visível tanto na minha formação quanto nesta dissertação. A análise mobilizou predominantemente referenciais teóricos da tradição acadêmica ocidental (ainda que críticos dessa tradição), o que pode ter limitado a compreensão de aspectos mais profundos das cosmologias e epistemologias indígenas presentes na obra. Além disso, a metodologia adotada — análise crítica da narrativa com foco em três capítulos selecionados — não dá conta da totalidade e complexidade de *Banzeiro Òkòtó*. A obra contém 58 capítulos que abordam temas variados, e outros recortes analíticos poderiam revelar dimensões não exploradas neste trabalho. A escolha dos três capítulos analisados em profundidade ("13.entres da floresta", "51.altamiracles" e "2018.alice"), embora justificada por sua representatividade em relação aos eixos temáticos da pesquisa, necessariamente deixa de fora outras narrativas potencialmente tão ricas e

complexas como as que escolhi, e com certeza incorporá-las de forma mais detida ao meu *corpus* de análise poderia não só acrescentar elementos à análise já feita, mas também alterar algo das conclusões a que cheguei a respeito da estrutura do livro como um todo. Somente a título de demonstração: os capítulos finais da obra, por exemplo, detêm mais sobre os próprios bastidores de escrita e publicação da obra, e nesse mesmo movimento parecem recuar em relação às inovações e ousadias discursivas presentes em outros momentos, inclusive no que diz respeito ao interesse público do trabalho. O sentido disso e a maneira como esse movimento final impacta a avaliação da obra como um todo seria objeto de novas e mais extensas reflexões.

Outra limitação importante diz respeito à impossibilidade de incorporar mais sistematicamente as perspectivas dos próprios povos-floresta sobre a obra. Esta pesquisa analisa como Eliane Brum constrói pontes narrativas entre universos culturais distintos, mas o faz predominantemente a partir da perspectiva de quem está "do lado de cá" dessas pontes — o público urbano, branco, acadêmico. Uma investigação sobre como a obra é recebida, interpretada e avaliada pelos próprios povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas poderia oferecer insights fundamentais sobre os limites e potencialidades dessas pontes.

Por fim, reconheço que minha própria leitura da obra carrega as marcas da minha formação em jornalismo e comunicação, com ênfase em referenciais teóricos específicos. Outras abordagens disciplinares — antropológicas, literárias, filosóficas, ecológicas — poderiam iluminar aspectos que permaneceram menos visíveis nesta análise.

Ainda que com essas limitações, no entanto, desejo que essa dissertação represente uma abertura de caminhos para investigações futuras em diferentes direções, que podem tanto aprofundar aspectos aqui explorados quanto expandir o escopo da análise. Seria especialmente importante, por exemplo, realizar estudos de recepção que investiguem como *Banzeiro Òkòtó* é lido, interpretado e avaliado por diferentes públicos: leitores urbanos do sudeste, moradores da Amazônia, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, acadêmicos de diferentes áreas, jornalistas, ativistas ambientais. Compreender como as pontes narrativas construídas por Brum são efetivamente percebidas e se as estratégias de tradução intercultural identificadas nesta pesquisa de fato alcançam seus objetivos junto a públicos diversos seria fundamental para avaliar mais completamente os efeitos sociais da obra.

Outra possibilidade de desdobrar este trabalho seria realizar estudos comparativos entre *Banzeiro Òkòtó* e o Portal Sumaúma, criado por Eliane Brum em 2022, analisando como

as estratégias narrativas identificadas no livro se desdobram, se transformam ou se adaptam no ambiente digital e colaborativo do portal jornalístico. Seria relevante investigar se e como a natureza colaborativa do portal (que conta com jornalistas indígenas em sua equipe) altera as dinâmicas de tradução intercultural observadas no livro, verificando se a presença de vozes indígenas não apenas como fontes ou personagens, mas como produtoras diretas das narrativas, modifica substancialmente os processos de mediação cultural. Estudos comparativos também poderiam contrastar *Banzeiro Òkòtó* com outras obras jornalístico-literárias sobre a Amazônia, tanto contemporâneas quanto históricas, mapeando continuidades e rupturas nas formas de representação da região e de seus povos. A comparação com obras como *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (citada pela própria Brum), poderia iluminar diferenças fundamentais entre narrativas produzidas por indígenas e narrativas produzidas por não-indígenas sobre os povos-floresta, mesmo quando estas últimas buscam conscientemente se aproximar das perspectivas indígenas. Ainda no campo das análises comparativas, seria produtivo investigar outras experiências jornalísticas contemporâneas que buscam narrar a partir de epistemologias não-ocidentais ou que tensionam as fronteiras entre Jornalismo Literário, Jornalismo Ambiental e Jornalismo de Subjetividade, ampliando o corpus de análise para além da Amazônia e identificando padrões, desafios e inovações nesse campo emergente do jornalismo.

Pesquisas que mobilizem referenciais teóricos indígenas e latino-americanos de forma mais central, por sua vez, também poderiam oferecer leituras complementares e críticas à análise aqui realizada. Autores como Ailton Krenak, com suas reflexões sobre *Ideias para adiar o fim do mundo*, ou pensadores decoloniais como Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano e Silvia Rivera Cusicanqui poderiam enriquecer substancialmente a compreensão sobre os limites e potencialidades da tradução intercultural no jornalismo. Da mesma forma, a articulação entre os estudos da narrativa jornalística e os estudos sobre ontologias relacionais, como os desenvolvidos por Eduardo Viveiros de Castro sobre o perspectivismo ameríndio, poderia aprofundar a compreensão de como narrativas jornalísticas podem (ou não) incorporar cosmologias radicalmente distintas das ocidentais. E por fim: acredito que seria relevante aprofundar as conexões entre jornalismo ambiental e ecologia política, investigando como narrativas jornalísticas participam ativamente das disputas em torno do que Bruno Latour chama de "composição do mundo comum" ou do que Isabelle Stengers denomina "cosmopolítica".

Devo registrar, ainda, outros recortes analíticos da própria obra *Banzeiro Òkòtó* poderiam revelar dimensões não suficientemente exploradas nesta pesquisa. Por exemplo:

- Uma análise focada especificamente nas questões de gênero, investigando como a condição de ser mulher na Amazônia atravessa a narrativa e como Brum articula críticas ao patriarcado, ao feminicídio e ao binarismo de gênero com a defesa da floresta;
- Um estudo dedicado às relações entre palavra escrita e imagem, considerando as fotografias que compõem o livro e como elas dialogam (ou tensionam) com o texto verbal;
- Uma investigação sobre as dimensões performativas e poéticas da linguagem na obra, aprofundando a compreensão de como a "poetização" da prosa jornalística funciona não apenas como recurso estilístico, mas como estratégia epistemológica e política;
- Uma análise das metáforas corpóreas que permeiam toda a obra, investigando mais sistematicamente como a corporificação da linguagem relaciona-se com a crítica ao cartesianismo e à separação entre mente e corpo, cultura e natureza;
- Um estudo sobre os silêncios e as ausências na narrativa — o que não é dito, o que não pode ser dito, o que escapa à tradução — como elementos constitutivos, legítimos e significativos da própria tentativa de tradução intercultural.

Em termos de seus desdobramentos práticos, também penso que seria relevante investigar, no campo da formação jornalística, como as estratégias narrativas e os princípios éticos identificados em *Banzeiro Òkòtó* poderiam (ou não) ser incorporados ao ensino de jornalismo, especialmente no que diz respeito à cobertura de temas socioambientais e de comunidades historicamente invisibilizadas ou estereotipadas. Pesquisas-ação que acompanhassem experiências de jornalistas que buscam implementar práticas inspiradas no trabalho de Brum — como deslocamentos geográficos prolongados, explicitação da subjetividade, questionamento ativo da linguagem hegemônica — poderiam oferecer dados e mesmo reflexões importantes sobre os desafios práticos, éticos e mesmo econômicos dessas escolhas no contexto do jornalismo profissional contemporâneo.

Por fim... A pesquisa aqui desenvolvida demonstrou que o jornalismo pode e deve atuar como espaço de disputa de narrativas hegemônicas, não apenas tematizando conflitos sociais e ambientais, mas operando deslocamentos nas próprias estruturas de linguagem, nos modos de organização temporal, na distribuição de papéis narrativos e na legitimação de

diferentes formas de conhecimento. E isso porque as narrativas jornalísticas, como revelou a análise inspirada em Motta, não apenas registram o real, mas participam ativamente de sua configuração, legitimando certas visões de mundo e deslegitimando outras, tornando certas vozes audíveis e silenciando outras, organizando a experiência temporal de formas que têm consequências políticas e epistemológicas.

Banzeiro Òkòtó exemplifica como é possível usar conscientemente essas dimensões constitutivas da narrativa para disputar sentidos hegemônicos, legitimar epistemologias não-ocidentais e criar espaços de tradução intercultural – ainda que sempre incompletos e marcados por assimetrias de poder.

E mais: contrariando a tradição jornalística que valoriza a objetividade e a neutralidade, a obra de Brum demonstra que a explicitação radical da subjetividade pode ser não um problema, mas uma solução ética para o jornalismo. Ao assumir seu lugar de fala, suas limitações, suas contradições, seus afetos e suas transformações, a jornalista não compromete a credibilidade de sua narrativa, mas a fortalece. Porque isso significa situar o conhecimento produzido, explicitar as mediações envolvidas no processo de produção jornalística, reconhecer que não existe "vista de lugar nenhum" e que toda narrativa é necessariamente parcial e situada.

Essa perspectiva, vale notar, dialoga diretamente com epistemologias feministas (como as de Donna Haraway sobre "saberes situados") e com críticas decoloniais à pretensão de universalidade do conhecimento ocidental, apontando para formas de fazer jornalismo que sejam simultaneamente mais honestas sobre seus limites e, ao mesmo tempo, mais ambiciosas em seus alcances.

Nessa linha, está claro que a obra de Eliane Brum não oferece respostas definitivas nem fórmulas fáceis e imediatamente replicáveis, mas aponta caminhos possíveis para um jornalismo mais ético, aprofundado e comprometido com a complexidade do real. Que as reflexões aqui apresentadas possam dialogar com outros pesquisadores, jornalistas e leitores interessados em construir narrativas que não apenas registrem o mundo, mas que participem ativamente de sua transformação. Que possam contribuir, ainda que modestamente, para ampliar as possibilidades de um jornalismo que se deixe "desestruturar" e "despartir", que aceite "perder os ossos" da rigidez de suas formas estabelecidas para poder se transmutar em múltiplas formas – por mais assustador que isso possa ser.

Que este trabalho possa servir de inspiração e provocação para que outros jornalistas e

pesquisadores se arrisquem nesse caminho de deslocamento e transformação. Porque, como aprendi ao longo desta pesquisa, fracassar em converter a vida em palavras é condição de quem escreve — mas isso não nos exime da responsabilidade de continuar tentando, cada vez com mais consciência de nossos limites e com mais compromisso ético com aqueles e aquilo que buscamos narrar.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ATLAS DA NOTÍCIA. **Desertos de notícia na Amazônia**. 2025. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/deserto-de-noticias/>. Acesso em: 2 maio 2026.
- BACCHETTA, Victor. **Jornalismo ambiental: conceitos e práticas**. Montevideu: Friedrich Ebert Stiftung, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil 2023**. Brasília: MCTI, 2024.
- BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2014.
- BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.
- CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário: uma introdução**. Brasília: Casa das Musas, 2010.
- COSTA, Alda Cristina Silva da; NUNES, Paulo; COSTA, Vânia Maria Torres (org.). **Narr'Amazônia: modos de ser e estar no mundo**. Belém: Folheando, 2022.
- COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- DALLA ROSA, Luís Carlos. **Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade**. Educação (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 298–307, maio/ago. 2019.
- DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

EDELMAN, Murray. **Constructing the political spectacle**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

FIGARO, Roseli (org.); NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3 e 4.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu, 2021.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HIRSCHKOP, K. Bakhtin, discurso e democracia. In: RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I. (org.). **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INFOAMAZONIA. **Amazônia Legal conta com 49 rádios que tratam de temas socioambientais**. 2024. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/10/08/amazonia-legal-counta-com-49-radios-que-tratam-de-temas-socioambientais/>. Acesso em: 2 maio 2026.

IPSOS. **Global Advisor: Climate Change Report. 2023**. Paris: Ipsos, 2023.

JACKSON, Joe. **The thief at the end of the world: rubber, power, and the seeds of empire**. New York: Viking, 2008.

JÁCOME, Phellipy. **Narrativas jornalísticas e desterritorialização na Amazônia**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRAMER, Mark. Breakable rules for literary journalists. In: SIMS, Norman; KRAMER, Mark (org.). **Literary journalism: a new collection of the best American nonfiction**. New York: Ballantine Books, 1995. p. 21–34.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

LEITÃO, Miriam. **Amazônia na encruzilhada**. São Paulo: Intrínseca, 2023.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo literário: tradição e inovação**. Florianópolis: Insular, 2016.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Contexto, 2007.

MIRANDA, Mirla. **Jornalismo ambiental na Amazônia: desafios para uma cobertura contextualizada**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <https://www.intercom.org.br>. Acesso em: 2 maio 2026.

MOLON, Newton; VIANNA, Rodolfo. **O círculo de Bakhtin e a Linguística Aplicada**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/SKstZ8JH7M66mxQ7RnncZ7j/>. Acesso em: 2 maio 2026.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORIN, Edgar. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970–1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NELSON, Peter. **Ten practical tips for environmental reporting**. Rome: Inter Press Service (IPS), 1994.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **A cobertura sobre meio ambiente nos veículos de comunicação do Pará**. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/ecossistemas-de-informacao-da-amazonia/a-cobertura-sobre-meio-ambiente-nos-veiculos-de-comunicacao-do-para/>. Acesso em: 2 maio 2026.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Meio ambiente e mudanças climáticas: a cobertura dos veículos de informação no Amazonas**. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/ecossistemas-de-informacao-da-amazonia/meio->

[ambiente-e-mudancas-climaticas-a-cobertura-dos-veiculos-de-informacao-no-amazonas/](#).

Acesso em: 2 maio 2026.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Relatórios e análises sobre política climática no Brasil**. São Paulo: Observatório do Clima, 2023.

O JOIO E O TRIGO. **Prato Cheio – Temporada 7**. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/prato-cheio/temporada-7/>.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Genebra: IPCC, 2023.

PETRARCA, Fernanda Rios. Visibilidade pública e mobilizações sociais: a construção da agenda ambiental na mídia. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 40, n. 2, p. 95–118, 2009.

PEW RESEARCH CENTER. **Climate Change Remains Top Global Threat**. Washington, DC: Pew Research Center, 2022.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2010.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. Belém: Jornal Pessoal, 2000.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **People's Climate Vote 2024**. Nova York: UNDP, 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa. Tomo I: A intriga e a narrativa histórica**. Campinas: Papyrus, 1994.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Organização, introdução e notas de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWAAB, Reges Toni. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: GIRARDI, Ilza M. T. et al. (org.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 69–85.

SCOPUS. **Scopus database overview**. Elsevier, 2024. Disponível em: <https://www.scopus.com>. Acesso em: 2 maio 2026.

SERELLE, Márcio; SOARES, Rosana de Lima. **As novas formas do falso: entretenimento, desinformação e política nas redes digitais**. Intexto, Porto Alegre, n. 52, p. e94842, 2021.

SIMS, Norman. **The problem and the promise of literary journalism studies**. *Literary Journalism Studies*, v. 1, n. 1, p. 7–16, 2009.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SUMAÚMA. Quem somos. [S. l.]: **Sumaúma** – Jornalismo do centro do mundo, [2022]. Disponível em: <https://sumauma.com/quem-somos/>. Acesso em: 6 maio 2026.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**. São Paulo: Globo, 2005.

VELOSO, Mariza. **Redescobertas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEB OF SCIENCE. **Web of Science Core Collection**. Clarivate Analytics, 2024. Disponível em: <https://www.webofscience.com>. Acesso em: 2 maio 2026.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

((O))ECO. **Série Manguetown, Ceará**. Disponível em: <https://oeco.org.br/podcast/>. Acesso em: 2 maio 2026.